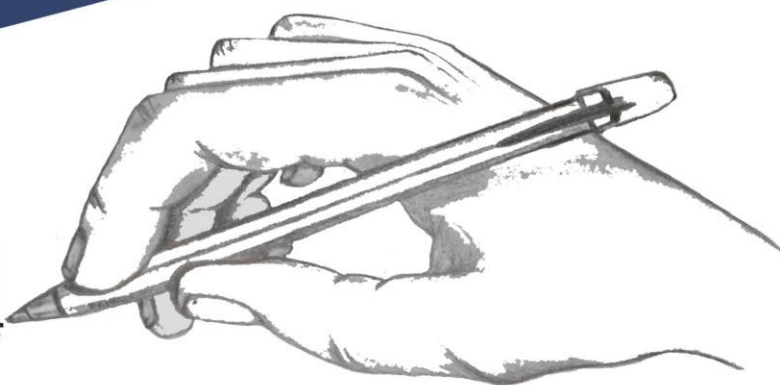


PE M

Projeto Educativo Municipal





Câmara Municipal do Porto
Pelouro da Educação, Organização e Planeamento
Departamento Municipal de Educação

Porto, 30 de dezembro de 2013.



Índice

Introdução.....	9
1 Enquadramento	11
1.1 As competências dos Municípios na Educação	11
1.2 O papel do Conselho Municipal de Educação	12
2 Estratégia metodológica de construção do Projeto Educativo Municipal	14
2.1 Metodologia de construção do PEM-Porto	15
3 Contexto e diagnóstico preliminar	22
3.1 Caracterização social, económica e cultural do município	22
3.2 Rede escolar e acessibilidades	42
3.3 Oferta educativa e formativa	58
3.4 Ação Social Escolar.....	70
3.5 Avaliação externa das escolas.....	73
3.6 Sucesso Educativo	77
3.7 Estruturas, parcerias e projetos socioeducativos no Município	93
4 Auscultação aos agentes educativos	105
4.1 Conselho Municipal de Educação	106
4.2 Associações de Pais, Associações de Estudantes e Juntas de Freguesia	110
4.3 Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas	118
5 Conclusões do diagnóstico	120
6 Análise Swot da implementação do Projeto Educativo Municipal	126
7 Plano estratégico.....	128
7.1 Proposta de domínios e áreas de atuação	129
7.2 Sistema de monitorização e avaliação.....	132
7.3 Operacionalização do plano estratégico	132
Nota final	133
Glossário	134
Siglas	134
Conceitos.....	137
Bibliografia.....	140
Anexos.....	143

Índice de anexos

Anexo 1 – Referencial PEM	144
Anexo 2 – Cursos Profissionais por estabelecimentos de ensino da rede pública e privada	151
Anexo 3 – Grelhas com informação acerca da avaliação externa das escolas pela IGEC	155
Anexo 4 - Parcerias internas e externas por programas e iniciativas do Departamento Municipal de Educação	180
Anexo 5 - Questionário de avaliação da satisfação – Plano Municipal de Educação	182
Anexo 6 – Guião entrevista elementos do CME	184
Anexo 7 – Questionário de auscultação às Associações de Pais e Encarregados de Educação do ensino básico e secundário da rede pública do Porto.....	189
Anexo 8 – Questionário de auscultação às Associações de Estudantes do ensino secundário da rede pública do Porto	194
Anexo 9 - Questionário de auscultação às Juntas de Freguesia	199
Anexo 10 – Guião de auscultação aos diretores e presidentes de CAP de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas	204

Índice de quadros

Quadro 1 - Referencial para auscultação.....	20
Quadro 2 - Agregação de freguesias no concelho do Porto	22
Quadro 3 - População residente e presente, no conjunto de municípios da AMP, Grande Porto, Continente e Portugal.....	24
Quadro 4 -Variação da população por freguesias da cidade do Porto e AMP entre 2001 e 2011	25
Quadro 5 - Variação populacional (N.º) por local de residência 2001 e 2012	26
Quadro 6 -Taxa bruta de mortalidade e natalidade por local de residência 2001 e 2012	27
Quadro 7 -Taxa de crescimento efetivo por local de residência 2001 e 2012	28
Quadro 8 - População do Porto, em 2011, por grupos etários e freguesias (%)	30
Quadro 9 - População residente, por nível de escolaridade e freguesias (%).....	31
Quadro 10 - População residente menor de 15 anos por nível de escolaridade mais elevado completo	33
Quadro 11 - População residente com 15-19 anos por nível de escolaridade mais elevado completo	34
Quadro 12 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade, segundo os Censos 2011	35
Quadro 13 - Evolução da taxa de emprego na cidade do Porto, entre 2001 e 2011.....	36
Quadro 14 - Índices de dependência de idosos e de jovens no Porto, Grande Porto e Continente em 2001 e 2011.....	37
Quadro 15 - Evolução do número de beneficiários/as do rendimento social de inserção, da segurança social por local de residência nos anos 2007 e 2011	39
Quadro 16 - Despesas em cultura e desporto dos municípios 2001 e 2011	40
Quadro 17 - Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante por localização geográfica 2005 e 2011.....	41
Quadro 18 - Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por localização geográfica.....	42
Quadro 19 - Organização do Sistema Educativo Português – Oferta educativa e formativa por níveis de ensino.....	44
Quadro 20 -Total de estabelecimentos de ensino por anos letivos	45
Quadro 21 - Reordenamento da rede - Agregações 2012/13.....	46

Quadro 22 - Integração dos jardins de infância nas escolas do 1ª CEB da rede pública do Porto	48
Quadro 23 - Total de JI's, salas de atividades e número de alunos na educação pré-escolar	49
Quadro 24 - Oferta do parque escolar da rede pública no 1º ciclo entre os anos letivos 2010/11 e 2012/13.....	49
Quadro 25 - Média de alunos por sala e turma entre os anos letivos 2010/11 a 2012/13	50
Quadro 26 - Frequência escolar do ensino básico das redes pública e privada por níveis, ciclos e modalidades entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11.....	55
Quadro 27 - Frequência escolar do ensino secundário das redes pública e privada por níveis, ciclos e modalidades entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11.....	57
Quadro 28 - Total população estudantil da cidade do Porto do pré-escolar ao secundário por anos letivos.....	57
Quadro 29 - CEFs - Cursos de Educação e Formação – por estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no ano letivo 2012/13.....	62
Quadro 30 - Distribuição de cursos EFA - Educação e Formação de Adultos por estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no ano letivo 2012/13	63
Quadro 31 - Cursos Profissionais por estabelecimentos de ensino (EE) da rede pública e privada no ano letivo 2012/13	64
Quadro 32 - Frequência escolar do ensino universitário por estabelecimentos de ensino público e privado no ano letivo 2010/11	65
Quadro 33 - Número de docentes de AEC's por atividade – ano letivo 2011/12	69
Quadro 34 - Distribuição de salas, pessoal não docente e alunos entre os anos letivos 2009/10 a 2012/13 - CAF	70
Quadro 35 - Valores atribuídos pelo município no ano letivo 2012/13	71
Quadro 36 - Número de alunos SASE do pré-escolar e 1º CEB nos anos letivos 2011/12 e 2012/13.....	71
Quadro 37 - Número de alunos SASE do 2º e 3º CEB e secundário entre os anos letivos 2011/12 e 2012/13	73
Quadro 38 - Taxas de retenção e desistência por ciclo de ensino, unidade territorial e ano letivo	79
Quadro 39 - Taxas de transição/conclusão segundo o ciclo de estudos e ano de escolaridade em 2010/11 (ensino público e privado)	80
Quadro 40 - Taxas de transição/conclusão segundo o ciclo de estudos e ano de escolaridade em 2006/07 (ensino público e privado)	81

Quadro 41 - Taxas de transição/conclusão no ensino secundário segundo a orientação curricular e o ano de escolaridade em 2010/11 (ensino público e privado)	81
Quadro 42 - Taxas de transição/conclusão no ensino secundário segundo a orientação curricular e o ano de escolaridade em 2006/07 (ensino público e privado)	82
Quadro 43 - Taxas de pré-escolarização em 2011	85
Quadro 44 - Taxas específicas de escolarização por grupo etário em 2011.....	86
Quadro 45 - Taxas reais de escolarização por grupo etário em 2011	88
Quadro 46 – Taxa de abandono escolar em 2001 e 2011.....	88
Quadro 47 - Taxa de abandono precoce de educação e formação em 2001 e 2011	89
Quadro 48 - Programas educativos “âncora” da autarquia - caracterização sucinta.....	93
Quadro 49 - Programas educativos “âncora”, por vetores de atuação	94
Quadro 50 - Principais programas/projetos/atividades do PME, por número de sinalizações da sua contribuição para o reforço curricular	103
Quadro 51 - Síntese da auscultação	106
Quadro 52 - Análise Swot à implementação do Projeto Educativo Municipal	127

Índice de figuras

Figura 1 - Esquema de planeamento da construção do PEM-Porto.....	18
Figura 2 - Percentagem de respostas por grupos de distribuição do questionário.....	99

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Número de entradas e saídas da cidade para estudar ou trabalhar em 2011.....	29
Gráfico 2 - Evolução da taxa de emprego na cidade do Porto, entre 2001 e 2011, por freguesias	36
Gráfico 3 - Evolução das taxas de desemprego entre 2001 e 2011, no Porto, Grande Porto e Continente	38
Gráfico 4 - Evolução da taxa de desemprego na cidade do Porto, entre 2001 e 2011, por freguesias	38
Gráfico 5 - Alunos matriculados no ensino público e privado por níveis de ensino (2010/11)	51
Gráfico 6 - Evolução das frequências da população estudantil por níveis de ensino (público e privado).....	52
Gráfico 7 - Taxas de variação dos alunos no concelho do Porto no ensino público e privado entre 2006/07 e 2010/11	53

Gráfico 8 - Evolução da frequência escolar entre 2006/07 e 2012/13 do pré-escolar e 1º CEB..	54
Gráfico 9 - Evolução da frequência escolar do ensino básico das redes pública e privada entre 2006/07 e 2010/11	58
Gráfico 10 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao ensino secundário das redes pública e privada ano letivo 2012/13 por freguesias	59
Gráfico 11 - Distribuição de estabelecimentos do pré escolar e 1º ciclo de ensino público e privado por freguesia no ano letivo 2012/13	60
Gráfico 12 - Total de alunos por curso entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11 do ensino básico ao secundário	61
Gráfico 13 - Taxa de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) no Ensino Superior em funcionamento em 2010/11	66
Gráfico 14 - Número de alunos a frequentar as atividades enriquecimento curricular entre os anos letivos 2006/07 e 2011/12	68
Gráfico 15 – Taxas de retenção e desistência no ensino básico em 2006/07 e 2010/11 por unidade territorial	78
Gráfico 16 - Taxas de retenção e desistência no concelho do Porto em 2006/07 e 2010/11 por ciclo de ensino	79
Gráfico 17 - Taxa de transição/conclusão no Porto no conjunto do ensino básico e do ensino secundário em 2006/07 e 2010/11	83
Gráfico 18 – Taxa de transição/conclusão no Porto segundo os ciclos do ensino básico em 2006/07 e 2010/11	84
Gráfico 19 - Taxa de transição/conclusão no Porto no ensino secundário por ano de escolaridade em 2006/07 e 2010/11	85
Gráfico 20 – Trajetória da taxa específica de escolarização no Porto em 1991, 2001 e 2011 ...	87
Gráfico 21 - Oferta educativa municipal por vetores de atuação (%)	96
Gráfico 22 - Distribuição da oferta educativa por níveis de ensino (%)	97
Gráfico 23 - Indivíduos “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com a oferta educativa municipal por parâmetros de avaliação	99
Gráfico 24 - Indivíduos “insatisfeitos” com a oferta educativa municipal por parâmetros de avaliação	99
Gráfico 25 - Indivíduos “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”, por grupos de inquiridos e parâmetros de avaliação	101
Gráfico 26 - Grau de concretização de expetativas dos inquiridos face aos resultados	102
Gráfico 27 - Grau de satisfação global dos inquiridos com a oferta educativa municipal	102
Gráfico 28 - Vetores de intervenção por sugestão da sua eliminação, manutenção ou reforço	104



Introdução

A estratégia da política educativa municipal no domínio da educação integra como propósitos: o apoio aos estabelecimentos de ensino, investimento em técnicos, equipamentos e infraestruturas; o incremento de parcerias no sentido de fortalecer estratégias conjuntas; a implementação de programas e projetos estruturantes; a sistematização da oferta educativa municipal por vetores de atuação, evidenciando o papel da educação em outros setores, como o da ação social, da cidadania, do ambiente, da ciência, da cultura, do desporto, da segurança, entre outros, consignada no Plano Municipal de Educação.

Na qualidade de parceiro educativo, o município do Porto, pretende implementar na área da educação uma dinâmica participada e integrada de forma a potenciar os recursos do território, surgindo nesta direção o Projeto Educativo Municipal do Porto (PEM-Porto).

O PEM-Porto resulta por um lado, de uma determinação prévia a nível municipal consonante as recomendações da Carta Educativa do Porto, que ancoradas no referencial das cidades educadoras têm por objeto não só a qualificação/valorização dos edifícios/espacos escolares e o seu redimensionamento mas também a ação educativa municipal, lançando como desafio aos agentes educativos a concertação de uma ação educativa em prol de objetivos comuns. Por outro lado, esta determinação surge igualmente associada a uma vontade a nível metropolitano, relacionada com o desafio lançado pela junta metropolitana do Porto de agregação da ação educativa comum à Área Metropolitana do Porto (AMP).

A construção dos Projetos Educativos Municipais ao nível da AMP, assenta num referencial, numa estratégia e numa metodologia comum.

Em conformidade com a metodologia definida, no processo de construção do PEM-Porto procedeu-se, numa primeira fase, à elaboração de um diagnóstico, integrando duas vertentes essenciais, uma de carácter quantitativo que pretende efetuar o retrato socioeconómico e educativo da cidade e outra de carácter qualitativo, integrando as perceções de vários agentes educativos sobre a realidade educativa, problemas associados e necessidades de intervenção.

Numa segunda fase, pretendendo-se a construção de planos de intervenção que corporizem projetos, ações, atividades e metas a alcançar associados às diversas áreas de atuação a priorizar, definiu-se um plano estratégico. Neste plano integra-se um conjunto de elementos úteis que orientarão a discussão de grupos de trabalho a constituir com a finalidade de ser operacionalizado o PEM-Porto no terreno, identificando conteúdos relativos aos domínios, áreas e possíveis agentes/parceiros a enformar o plano de intervenção.

Em termos da sua estrutura, este relatório que materializa o PEM-Porto, integra sete capítulos:



No primeiro e segundo capítulos as matérias apresentadas são de **contextualização e de apresentação do plano metodológico**, explanando-se sobre as competências dos municípios na Educação, sobre o papel do Conselho Municipal de Educação e sobre a metodologia utilizada para a construção do Projeto Educativo Municipal.

No terceiro, quarto, quinto e sexto capítulos apresentam-se **conteúdos de diagnóstico**, integrando dados demográficos, socioeconómicos e do sistema de educação com base em fontes diversas, nomeadamente INE; ME e Agrupamentos de Escolas, os resultados da auscultação aos agentes educativos e a análise swot da implementação do Projeto Educativo Municipal.

O sétimo capítulo refere-se ao **plano estratégico**, integrando informação útil de suporte à decisão dos parceiros resultante dos resultados e conclusões do diagnóstico nas suas duas vertentes (quantitativa e qualitativa).

Pretende-se que este seja um documento dinâmico, cujas propostas a discutir entre agentes/parceiros para a definição e operacionalização do plano de intervenção e a colocar em discussão pública, originem interesse, debate e reflexão, com resultados/contributos positivos e construtivos por parte de agentes educativos e comunidade em geral, no sentido da constituição duma ação educativa concertada e integrada.

O repto fica desde já lançado!



1 Enquadramento

1.1 As competências dos Municípios na Educação

O conjunto de atribuições e competências previsto para os municípios determina a conceção e concretização de estratégias coordenadas, capazes de responder a novas configurações das políticas autárquicas em matéria de educação.

As competências dos municípios em matéria de educação, tendo por base princípios de complementaridade e de subsidiariedade, têm evoluído ao longo dos tempos, determinadas por um quadro jurídico-institucional que revela o maior ou menor grau de descentralização de poderes da administração central.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986, constitui um normativo fundamental no reconhecimento do papel dos municípios na educação, designadamente no que respeita à educação pré-escolar.

Com esta lei os municípios assumem-se como parceiros, passando a fazer-se representar no Conselho Nacional de Educação através da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Na década de 90, assiste-se a uma nova visão da ação autárquica em matéria educativa, refletida em referenciais com a Lei-quadro da educação pré-escolar, aprovada pela Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro que determina a integração na rede pública dos jardins-de-infância a funcionar na dependência direta das autarquias; o regime de autonomia das escolas básicas e secundárias e estabelecimentos de educação pré-escolar determinado pelo D.L. nº 115-A/98, de 4 de maio e a Lei nº 159/99, de 14 de setembro, que “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”.

Os municípios passam a ter competências na constituição dos Conselhos Locais de Educação com funções consultivas referentes a todo o ensino não superior, na elaboração da Carta Escolar e na gestão de pessoal não docente e implementação da componente de apoio à família, da rede pública do pré-escolar.

Já no século XXI, a inclusão obrigatória das Cartas Educativas nos Planos Diretores Municipais, é recomendada no D.L. nº7/2003, de 15 de janeiro, assim como a constituição e regulação dos Conselhos Municipais de Educação e a construção e recuperação do parque escolar. Para além das competências transferidas a todos os municípios, começa a existir a possibilidade de estabelecimento de contratos programa celebrados com o Ministério da Educação.

O D.L. nº144/2008, de 28 de julho, no cumprimento da Lei das Finanças Locais e de acordo com o modelo de relacionamento financeiro com as autarquias, vem regulamentar o alargamento das competências a transferir para os municípios em matéria de educação, “designadamente as relativas ao pessoal não docente do Ensino Básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, às atividades de enriquecimento curricular



no 1.º ciclo do Ensino Básico, à gestão do parque escolar e à ação social nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico”.

Este modelo de contratualização não sendo consensual, pelo nível de encargos que comporta e insuficiência de verbas face aos investimentos necessários, não correspondendo a uma descentralização efetiva e clara de competências, não se efetivou na totalidade dos municípios, como no caso do Porto.

1.2 O papel do Conselho Municipal de Educação

A criação do Conselho Municipal de Educação do Porto foi deliberada pela Câmara Municipal em 15 de julho de 2003.

Instituídos e regulados pelo D.L. n.º 7/2003, de 15 de janeiro, os Conselhos Municipais de Educação constituem um órgão colegial de carácter consultivo que tem por objetivo “promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”.

Este órgão conta com a participação de representantes da autarquia e do serviço central de administração direta do Estado, DGEstE/DSRN (Direção–Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Norte) e assegura a representatividade dos diferentes agentes educativos e parceiros sociais envolvidos, nomeadamente, instituições de ensino privado e de ensino público até ao ensino superior, pessoal docente dos vários níveis/ciclos de ensino, associações de pais e encarregados de educação, associações de estudantes, serviços públicos de segurança social, de saúde, do emprego e formação profissional e da área da juventude e do desporto, instituições particulares de solidariedade social com atividade na área da educação e as forças de segurança.

São competências dos Conselhos Municipais de Educação:

- deliberar sobre matérias como o sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, a carta educativa, os contratos de autonomia, os projetos educativos municipais, a ação social escolar, as medidas de desenvolvimento educativo, a prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos, a qualificação e requalificação do parque escolar;
- analisar o funcionamento dos estabelecimentos de pré-escolar e de ensino, quanto à adequação das instalações, desempenho do pessoal docente e não docente, a assiduidade dos alunos e o sucesso escolar;



- refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

Se tivermos presente a sua constituição, objetivo e competências, o Conselho Municipal de Educação constitui-se um órgão, por excelência, mobilizador da construção de um Projeto Educativo Municipal, pela abrangência representativa das entidades que o compõem, facilitadora da articulação interinstitucional, nomeadamente no âmbito da ação social, saúde, formação profissional e emprego.



2 Estratégia metodológica de construção do Projeto Educativo Municipal

A prioridade da política autárquica passa pela implementação e reconhecimento das ações internas e externas que se configurem mais adaptadas ao território e que, ao mesmo tempo, tenham em consideração os princípios universais e nacionais veiculados no campo educativo.

A estratégia da autarquia portuense assenta em 3 princípios universais:

- a Educação tem de estar orientada para fortalecer a cultura e os valores de uma cidadania democrática;
- a Educação é um dos fatores básicos necessários para se promover e assegurar o progresso, a mobilidade, a integração e a coesão social;
- a Educação é um instrumento básico, essencial de renovação, criação e mudança cultural.

A atuação municipal em matéria de educação, na lógica das Cidades Educadoras, assume a formação e o desenvolvimento dos habitantes como objetivo central da ação, com enfoque nas crianças e jovens; a mobilização de parceiros e recursos para a procura e implementação corresponsabilizada de respostas às questões e necessidades educativas da cidade e a melhoria do desempenho da ação municipal e de todos os parceiros implicados, a partir de dinâmicas criadas em conjunto.

A atuação da Câmara Municipal do Porto assenta em 4 eixos estratégicos:

- 1) Reforço da educação pré-escolar.
- 2) Requalificação da rede escolar.
- 3) Desenvolvimento de atividades extracurriculares.
- 4) Promoção de programas e projetos inovadores.

Dando corpo aos eixos estratégicos definidos, a ação educativa da autarquia perfila-se no cumprimento dos normativos legais que enformam as competências municipais na área da educação; no apoio aos estabelecimentos de ensino em infraestruturas físicas e funcionais, materiais e recursos humanos e técnicos; no incremento de parcerias e fortalecimento de estratégias conjuntas e na implementação de programas estruturantes pela sua centralidade, abrangência e enfoque:

- **centralidade** face aos grandes desafios das sociedades contemporâneas, na procura de uma cultura do conhecimento baseada no mérito, na criatividade e na inovação, trabalhando o desenvolvimento pessoal, a cidadania, a educação financeira, o empreendedorismo, as novas tecnologias, a ciência, o património e o ambiente;



- **abrangência** dos vários estádios de desenvolvimento, investindo mesmo antes do início da escolaridade obrigatória e ao longo dos doze anos em que esta decorre, tendo sempre presentes as diferentes dimensões do ser humano. A formação das crianças e jovens extravasa os conteúdos curriculares, pelo que não é descurada a sua integralidade enquanto indivíduo e cidadão;
- perfilhando a filosofia de que a educação é um assunto que a todos diz respeito, aposta na **responsabilidade partilhada**, numa ótica de território, envolvendo atores que frequentemente estão alheados do sistema educativo e promovendo o trabalho em rede com o tecido empresarial local, as grandes instituições de ensino superior da cidade, entidades científicas, culturais e artísticas de referência e personalidades de relevo da sociedade civil.

Por outro lado, a vigência do Plano Municipal de Educação, abrangendo o universo da ação educativa no âmbito da autarquia, reporta-nos ao desiderato do município, na procura de ações inovadoras, integradoras e em rede, que respondam ao paradigma educativo atual, caracterizado pela complexidade, pela integração de diversas tipologias de educação, num processo a desenvolver ao longo da existência e no qual a escola, sendo o principal, não se constitui como único agente educativo.

Emerge assim, a construção do **Projeto Educativo Municipal do Porto** enquanto município/território, que espelhe uma visão progressista da educação e do Porto como cidade educadora.

O Projeto Educativo Municipal é aqui assumido como um processo aberto, dinâmico, com enfoque na educação ao longo da vida, abarcando as vertentes formal, não formal e informal, sendo construído com os demais atores e agentes educativos que atuam ou participam no território do concelho do Porto.

O objetivo é pois conhecer e refletir sobre a Educação na cidade do Porto, enquanto território, construindo um diagnóstico participado e policontextual, que oriente a ação individual a partir de objetivos e metas traçadas em comum, constituindo-se como um *work-in-progress*.

2.1 Metodologia de construção do PEM-Porto

O PEM-Porto é encarado como um enorme desafio, que deve englobar as diferentes vertentes educativas, todas as modalidades e tipos de ensino, a educação formal, não formal e informal e sobretudo a educação ao longo da vida, abarcando os diferentes ciclos de vida.



O Porto é a segunda cidade de Portugal, com 41,66 km² de área e uma população residente de 237.591 habitantes (Censos, 2011).

A cidade apresenta o maior registo de entradas para trabalhar e estudar da AMP (171.738 em 2011), contudo, o envelhecimento e a perda de população residente são duas características relevantes do comportamento demográfico da cidade, o que impõe, entre outros aspetos, um investimento nas novas gerações como fator de crescimento e renovação da cidade.

O ensino público assume uma expressão de 58% face ao total de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da cidade (exclui-se a educação pré-escolar, com maior peso no privado). No ensino básico o percentual de alunos matriculados no sistema público varia entre 64% a 69% e no ensino secundário o seu peso é de 60,5% (dados 2010/11).

No contexto básico global referenciado, assume-se, nesta fase inicial e como ponto de partida, direcionar o PEM-Porto para o **ensino público pré-escolar, básico e secundário**, sem esquecer o ponto de partida, atrás descrito (educação ao longo da vida / educação formal, não formal e informal), que será retomado numa etapa posterior e após a maturação deste processo piloto.

O PEM-Porto segue as linhas orientadoras definidas no referencial acolhido pelos 16 municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), que se comprometeram na criação de um Projeto Educativo Metropolitano, sob orientação da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP), entidade consultora do projeto e que se passam a enunciar na íntegra:

i. Princípio da Auscultação/Diálogo – A escuta e o diálogo são instrumentos que ativam e impulsionam a participação, adaptam a teoria aos contextos, potenciam o conhecimento, fomentam o envolvimento pessoal e institucional e devem estar presentes em todas as fases do PEM (conceção, desenvolvimento e avaliação).

ii. Princípio da Participação/Implicação – Mais do que um documento, o PEM é uma visão e uma dinâmica de envolvimento de muitas pessoas e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa. O PEM traduz a participação, implicação e corresponsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias previstas num projeto de cariz municipal.

iii. Princípio de Integração/Articulação – O PEM é um documento aglutinador das diferentes ações realizadas pelos diversos atores educativos e formativos do município, devendo estar continuamente recetivo ao esforço de inovação. Valorizando o que há de convergente e de distintivo em cada instituição, o PEM aposta na articulação e na complementaridade.

iv. Princípio da Equidade - O PEM assenta nos valores do respeito, da tolerância e do equilíbrio, favorece o diálogo em condições de igualdade e garante o princípio da equidade entre todas as instituições.



v. *Princípio da Valorização das Pessoas e das Instituições* – O PEM faz-se para as pessoas, acolhe as suas expectativas e necessidades, estimula as suas competências e fomenta as suas realizações. Nessa medida, fortalece e humaniza o trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições, que também se valorizam com pessoas motivadas e disponíveis para novos desafios.

vi. *Princípio da Utilidade/Orientação para a Ação* – O PEM é um documento com informação relevante para os diferentes atores educativos e decisores políticos, constituindo simultaneamente uma bússola para os objetivos e metas a atingir e uma âncora para a mudança e para os caminhos e processos a reequacionar.

vii. *Princípio da Monitorização e da Consequência/Avaliação* – Tendo como finalidade a melhoria efetiva das práticas educativas e formativas do município, o PEM requer práticas de autoavaliação contínuas e exigentes e de uma constante monitorização dos resultados obtidos, confrontando-os com o diagnóstico e as expectativas inicialmente afirmadas. Deste modo se dá consequência ao trabalho realizado pelas diferentes pessoas e instituições e se consolidam os mecanismos de regulação e de avaliação contínua, tendo em vista a melhoria de todo o processo educativo e formativo.

viii. *Princípio de Comprometimento e da Sustentabilidade* – O PEM impulsiona o estabelecimento de compromissos e de parcerias entre os diferentes atores e instituições do território, mobilizando as melhores vontades de mudança e dando resposta às aspirações e preferências da comunidade. A sustentabilidade do PEM implica uma contínua concretização de ações promotoras da melhoria do quadro educativo e formativo do município. “Referencial PEM” (FEP-UCP).

Contextualizado desta forma, define-se para o PEM-Porto:

Missão- elevar o nível educacional da população, com enfoque nas novas gerações, atuando numa vertente construtiva, numa lógica de território e em consonância com a conjuntura nacional e internacional.

Visão- alavancar o nível de participação e capacitação da população, pela mobilização e implicação das diversas organizações, agentes e cidadãos na orientação dos variados espaços e dos diferentes níveis de intervenção, para a prossecução de um projeto educativo coletivo e culturalmente corresponsável.

Finalidades

- Contribuir para a consolidação de uma sociedade de conhecimento inclusiva, estimulando a aprendizagem e a inovação;
- articular a educação formal, não formal e informal na promoção do *empowerment* e do desenvolvimento integral das crianças e jovens especificamente;

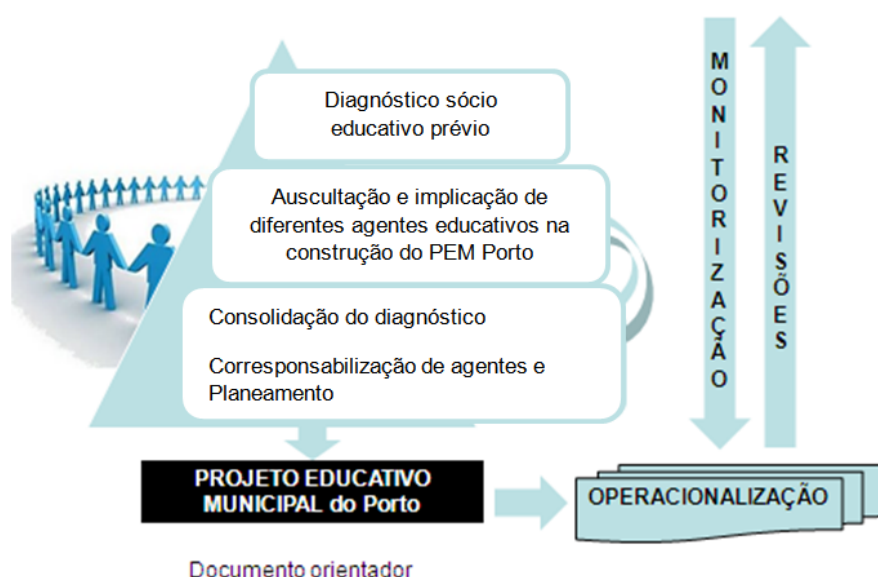


- consensualizar a ação educativa no território do Porto, empreendendo a construção de um projeto educativo comum para a cidade, que reflita e incorpore as diferentes identidades e dinâmicas;

2.1.1 Etapas metodológicas

A metodologia global de construção e planeamento do PEM-Porto compreende três grandes etapas, interligadas e que se influenciam mutuamente. Estas etapas deverão resultar num produto final, um documento estruturante da ação - o Projeto Educativo Municipal do Porto, assumindo-se o próprio processo de construção como uma ferramenta educativa de cidadania.

Figura 1 - Esquema de planeamento da construção do PEM-Porto



Etapa 1- Diagnóstico sócioeducativo prévio

O diagnóstico socioeducativo integra um conjunto de indicadores considerados pertinentes para o conhecimento dos sistemas de educação da cidade, que são apresentados e analisados/interpretados no segundo capítulo.

Estes indicadores estão agrupados em cinco domínios de análise: caracterização social, económica e cultural do município; a rede escolar e acessibilidades; oferta formativa; estruturas locais/municipais de apoio, rede de parcerias e projetos socioeducativos existentes no município; sucesso educativo.



Etapa 2 – Auscultação e implicação de diferentes agentes educativos na construção do planeamento do PEM-Porto

Em termos metodológicos, destaca-se esta etapa por ser estruturante e provedora da sustentabilidade do Projeto Educativo Municipal.

A auscultação encerra três objetivos essenciais para a consolidação do diagnóstico e definição da estratégia de intervenção e do plano de ação que integrará o Projeto Educativo Municipal:

1. Perceções dos inquiridos sobre a realidade socioeducativa da cidade.
2. Entendimentos sobre o que deve ser/implicar um PEM.
3. Posicionamento face à sua implicação no PEM-Porto.

Entidades e Intervenientes: Focalizando-nos no grupo alvo acima referenciado e salvaguardando outras entidades, cuja auscultação se venha a considerar pertinente ao longo do processo, foram desde logo identificadas, pelo seu papel preeminente no domínio educativo:

- Conselho Municipal de Educação.
- Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas/Diretores.
- Juntas de Freguesia.
- Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas públicas do ensino básico e secundário.
- Associações de Estudantes do secundário da rede pública.

Internamente e pela própria vigência do Plano Municipal de Educação da autarquia as unidades orgânicas e participadas assumem um papel valioso nesta dinâmica, pela oferta educativa que proporcionam aos cidadãos em geral e ao público-alvo em referência.

A auscultação foi efetuada utilizando métodos e instrumentos diferenciados, como sejam: aplicação de inquéritos por questionário, entrevistas e painel de discussão, de acordo com o quadro que se segue.



Quadro 1 - Referencial para auscultação

Entidades e Intervenientes	Métodos e Instrumentos	População a auscultar
Conselho Municipal de Educação	Painel/entrevista	Universo
Juntas de freguesia	Questionário	
Unidades orgânicas CMP	Reunião /guião	
Diretores e presidentes de CAP dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas	Painel de discussão	Universo
Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas de ensino básico e secundário da rede pública	Questionário	Universo
Associações de Estudantes do ensino secundário	Questionário	Universo

Etapas 3 - Consolidação do diagnóstico / corresponsabilização de agentes e planeamento / Inter-relação entre os diferentes projetos educativos

A consolidação do diagnóstico, resultante das etapas anteriores, produz conhecimento que dará corpo ao plano de intervenção. Nesta construção está presente a definição e priorização de domínios de atuação, metas e objetivos, assim como a articulação de recursos na enunciação de ações concertadas.

Esta etapa compreende diferentes fases nomeadamente:

- a análise e tratamento dos dados, das informações e contributos recolhidos no processo de auscultação;
- a definição de metas e objetivos decorrentes do diagnóstico, das aspirações e propostas das entidades e intervenientes que participaram no processo de auscultação;
- planeamento e estrutura organizacional do PEM;
- definição do sistema de monitorização e avaliação da execução do PEM.

Monitorização do processo de construção / planeamento do PEM-Porto

A construção do Projeto Educativo Municipal tem inerente uma contínua atualização referente às conceções de base e aos procedimentos de atuação no processo de conceção e desenvolvimento do projeto.



Ao longo do desenvolvimento das três primeiras etapas foram realizadas revisões ao desenho inicial da conceção do planeamento, decorrentes nomeadamente da sua integração num projeto supra municipal - “elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de um projeto educativo metropolitano”, da acessibilidade à informação estatística disponível, de constrangimentos temporais e do próprio desenvolvimento das etapas.

Estas revisões implicaram ajustes metodológicos, concetuais, de planeamento e de abrangência do PEM-Porto na sua fase piloto.



3 Contexto e diagnóstico preliminar

3.1 Caracterização social, económica e cultural do município

“A importância do desenvolvimento humano dos habitantes da cidade para o desenvolvimento desta e para a harmonia social faz incidir um novo olhar sobre o amplo leque de iniciativas educadoras – de origem, intencionalidade e responsabilidade diversas – que nela se desenvolvem.” (Machado, 2004, pág. 83)

O Porto é a segunda cidade de Portugal, situada no noroeste da Península Ibérica, sede do município homónimo com 41,66 km² de área, sendo a população residente 237.591 (Fonte: INE, Censos 2011), é a capital do Distrito, da Área Metropolitana do Porto e da região estatística do Norte.

Constituída administrativamente por quinze freguesias, com a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, que determina a “reorganização administrativa do território das freguesias [...]”, a cidade reduz o número de freguesias para sete, resultado das seguintes agregações:

Quadro 2 - Agregação de freguesias no concelho do Porto

Freguesias	Agregação
Aldoar	União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde
Foz do Douro	
Nevogilde	
Cedofeita	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória
Santo Ildefonso	
Sé	
Miragaia	
São Nicolau	
Vitória	União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos
Lordelo do Ouro	
Massarelos	
Freguesias	Sem agregação
Bonfim	Bonfim
Campanhã	Campanhã
Paranhos	Paranhos
Ramalde	Ramalde

Fonte: Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro

Ao longo dos anos o Porto foi-se destacando nas mais diferentes áreas, sendo hoje conhecido mundialmente pelo Vinho do Porto, pelas suas pontes e arquitetura contemporânea e antiga e



pelo Futebol Clube do Porto. O seu centro histórico está classificado como Património Mundial pela UNESCO. Foi capital europeia da cultura em 2001 e acolheu vários jogos do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

A cidade possui diversos espaços culturais de referência quer a nível regional quer a nível nacional e internacional, destacando-se o Museu Nacional de Soares dos Reis, a Casa da Música, o Teatro do Campo Alegre, o Rivoli Teatro Municipal, o Teatro Nacional São João, o Coliseu do Porto e a Fundação de Serralves.

Em relação ao ensino e investigação é importante destacar que o Porto conta com a maior Universidade e o maior Instituto Politécnico do País (em número de cursos e alunos), sendo referências ao nível da inovação tecnológica e científica, atraindo alunos de todo o país e de outras nacionalidades. A internacionalização do Ensino Superior no Porto também se traduz no aumento do fluxo de estudantes que, ao abrigo de programas de intercâmbio/mobilidade escolhem a Invicta, sendo esta opção o reconhecimento do elevado nível científico-tecnológico do seu ensino.

Resumindo, o Porto dispõe de oferta variada e serviços em diferentes áreas (cultural, educativo, formativo, de saúde, entre outros) e por isso é um pólo de atração de população. Esta multiplicidade e variedade da oferta tornam a cidade apelativa para uma população flutuante que, no caso dos jovens, é amplamente preenchida pelos estudantes do ensino superior.

3.1.1 População

Iniciamos o comentário salvaguardando que, em algumas situações, apenas foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística os dados provisórios provenientes dos Censos 2011.



Quadro 3 - População residente e presente, no conjunto de municípios da AMP, Grande Porto, Continente e Portugal

Local de residência		População presente por local de residência		População residente por local de residência	
		2001	2011	2001	2011
		N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal		10148247	10282306	10356117	10562178
Santo Tirso		70603	69630	72396	71530
Trofa		36725	37697	37581	38999
Espinho		32738	31208	33701	31786
Gondomar		158964	162264	164096	168027
Maia		116658	131191	120111	135306
Matosinhos		161494	171091	167026	175478
Porto		263013	242216	263131	237591
Freguesias	Aldoar	13404	12799	13957	12843
	Bonfim	28012	24146	28578	24265
	Campanhã	37444	31846	38757	32659
	Cedofeita	25904	22814	24784	22077
	Foz do Douro	11721	10569	12235	10997
	Lordelo do Ouro	22205	22068	22212	22270
	Massarelos	8330	7698	7756	6789
	Miragaia	3316	3012	2810	2067
	Nevogilde	5072	4748	5257	5018
	Paranhos	49845	47800	48686	44298
	Ramalde	36728	36838	37647	38012
	Santo Ildefonso	10425	9888	10044	9029
	São Nicolau	3007	2017	2937	1906
	Sé	4717	3705	4751	3460
	Vitória	2883	2268	2720	1901
Póvoa de Varzim		60999	61276	63470	63408
Valongo		83315	90209	86005	93858
Vila do Conde		71741	76143	74391	79533
Vila Nova de Gaia		278396	293393	288749	302295
Arouca		24187	21375	24227	22359
Santa Maria da Feira		133458	134822	135964	139312
Oliveira de Azeméis		68288	66127	70721	68611
São João da Madeira		20101	20834	21102	21713
Vale de Cambra		23791	22158	24798	22864

Fonte: INE, Censos – séries históricas

A cidade do Porto é a segunda cidade da Área Metropolitana do Porto (AMP) com maior número de população residente e com maior número de população presente, significando que exerce uma forte atração sobre a população residente em outras cidades próximas. No entanto, e de



acordo com o gráfico 1, o Porto é a cidade, por relação a outras cidades da AMP, com o *número* mais elevado de população que entra na cidade para estudar ou trabalhar.

Quadro 4 -Variação da população por freguesias da cidade do Porto e AMP entre 2001 e 2011

Local de residência		Taxa de variação da população residente (2001- 2011) por local de residência
		%
Portugal		1,99
Santo Tirso		-1,20
Trofa		3,77
Espinho		-5,68
Gondomar		2,40
Maia		12,65
Matosinhos		5,06
Porto		-9,71
Freguesias	Aldoar	-7,98
	Bonfim	-15,09
	Campanhã	-15,73
	Cedofeita	-10,92
	Foz do Douro	-10,12
	Lordelo do Ouro	0,26
	Massarelos	-12,47
	Miragaia	-26,44
	Nevogilde	-4,55
	Paranhos	-9,01
	Ramalde	0,97
	Santo Ildefonso	-10,11
	São Nicolau	-35,10
	Sé	-27,17
	Vitória	-30,11
Póvoa de Varzim		-0,10
Valongo		9,13
Vila do Conde		6,91
Vila Nova de Gaia		4,69
Arouca		-7,71
Santa Maria da Feira		2,46
Oliveira de Azeméis		-2,98
São João da Madeira		2,90
Vale de Cambra		-7,80

Fonte: INE, Dados Censos 2011



Quadro 5 - Variação populacional (N.º) por local de residência 2001 e 2012

Local de residência	Variação populacional por local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2001	2012
	N.º	N.º
Portugal	63895	-55109
Santo Tirso	298	-455
Trofa	324	-167
Espinho	2	-510
Gondomar	1022	-347
Maia	1912	80
Matosinhos	1440	-548
Porto	-1761	-5526
Póvoa de Varzim	317	-222
Valongo	1013	307
Vila do Conde	749	-56
Vila Nova de Gaia	2398	-281
Arouca	-113	-229
Oliveira de Azeméis	111	-382
Santa Maria da Feira	926	59
São João da Madeira	160	-64
Vale de Cambra	-91	-214

Fonte: INE, Indicadores demográficos, quadro extraído a 20 de junho de 2013

No que se refere à variação da população residente, os dados dos Censos permitem aferir que o Porto tem vindo a perder população face a algumas cidades que integram o território da AMP.

Focando a leitura ao nível das freguesias importa destacar que nas freguesias de Ramalde e Lordelo do Ouro a população residente aumentou, verificando-se uma evolução positiva.

A explicação desta diminuição da população verificada no Porto e em algumas cidades da AMP assenta em causas diversas, tais como o envelhecimento da população e a diminuição da taxa bruta de natalidade, o aumento da procura de habitações nas cidades periféricas do Porto (devido ao valor do metro quadrado), entre outras.



Quadro 6 -Taxa bruta de mortalidade e natalidade por local de residência 2001 e 2012

Local de residência	Taxa bruta de mortalidade por local de residência		Taxa bruta de natalidade por local de residência	
	Período de referência dos dados		Período de referência dos dados	
	2001	2012	2001	2012
	‰	‰	‰	‰
Portugal	10,1	10,2	10,9	8,5
Santo Tirso	8,1	8,6	10,8	6,6
Trofa	6,4	6,9	11,6	8,2
Espinho	8,6	10,3	11,4	6,3
Gondomar	7,3	7,7	11,9	8,2
Maia	6,2	6,4	12,7	9,3
Matosinhos	7,5	8,3	10,7	8,1
Porto	12,4	12,1	9,2	8
Póvoa de Varzim	8,2	7,7	13,5	8,5
Valongo	6,7	6,5	12,1	8,9
Vila do Conde	7,9	7,9	11,3	8,9
Vila Nova de Gaia	7,4	8,2	11,5	8,6
Arouca	9,5	10	9,9	8,2
Oliveira de Azeméis	7,7	8,8	10,3	6,6
Santa Maria da Feira	6,6	7,1	11,7	8,3
São João da Madeira	7,2	8,4	11,5	8,3
Vale de Cambra	9,5	10,7	9,1	6,5

Fonte: INE, Indicadores Demográficos, quadros extraídos a 20 de junho de 2013

Pode-se afirmar que a taxa bruta de mortalidade do Porto se encontra estável mas com evolução descendente (de 12,4% em 2001 para 12,1% em 2012). No que se refere à evolução da taxa bruta de mortalidade, em Portugal e nas outras cidades da AMP, apenas a Póvoa do Varzim, Porto e Valongo apresentam um decréscimo.

No que se refere à taxa bruta de natalidade importa destacar que em Portugal e cidades que integram a AMP, a tendência de evolução entre 2001 e 2012 é de decréscimo. Destaca-se que o Porto foi a cidade da AMP que apresentou menor decréscimo da taxa bruta de natalidade.



Quadro 7 -Taxa de crescimento efetivo por local de residência 2001 e 2012

Local de residência	Taxa de crescimento efetivo por local de residência	
	Período de referência dos dados	
	2001	2012
	%	%
Portugal	0,62	-0,52
Santo Tirso	0,41	-0,64
Trofa	0,86	-0,43
Espinho	0,01	-1,64
Gondomar	0,62	-0,21
Maia	1,58	0,06
Matosinhos	0,86	-0,31
Porto	-0,67	-2,40
Póvoa de Varzim	0,50	-0,35
Valongo	1,17	0,32
Vila do Conde	1	-0,07
Vila Nova de Gaia	0,83	-0,09
Arouca	-0,47	-1,04
Oliveira de Azeméis	0,16	-0,56
Santa Maria da Feira	0,68	0,04
São João da Madeira	0,76	-0,29
Vale de Cambra	-0,37	-0,94

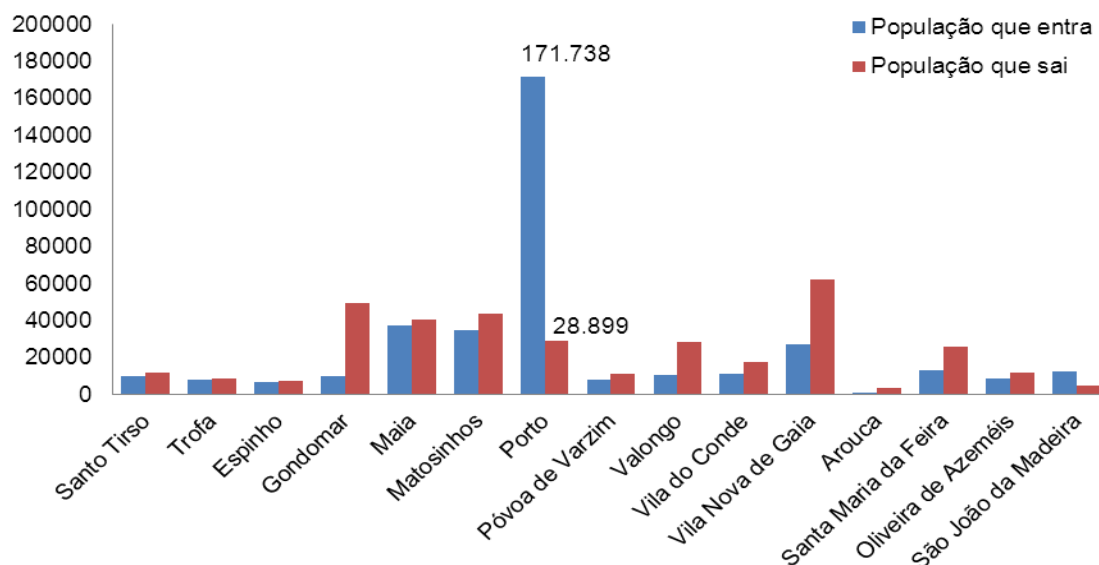
Fonte: INE, Indicadores Demográficos, quadro extraído a 20 de junho de 2013

A leitura deste quadro mostra a evolução do crescimento da população no período compreendido entre 2001 e 2012, denotando-se um decréscimo da taxa de crescimento em todos os municípios da AMP e em Portugal. Salienta-se que o Porto apresenta a taxa de crescimento efetivo de valor negativo com decréscimo mais acentuado e que apenas 3 municípios apresentam taxas de crescimento efetivo positivo mas que não atingem o 1%.

Face a estes dados, urge adotar medidas que contrariem esta evolução decrescente, sendo por isso fundamental dar continuidade a estratégias já adotadas pelo município, podendo o PEM-Porto traduzir-se numa atuação global de melhoria da qualidade e, por isso, um atrativo para a população permanecer ou migrar para o Porto.



Gráfico 1 - Número de entradas e saídas da cidade para estudar ou trabalhar em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Em contrapartida a análise deste gráfico reporta-nos para os movimentos da população, tendo-se registado 171.738 entradas de pessoas na cidade, em 2011, sendo este o município da AMP com o maior número de entradas para estudar ou trabalhar da AMP e um dos que apresenta um menor número de saídas.

A leitura conjunta do quadro 3 e deste gráfico, revela a forte atração que o Porto exerce face a outras cidades da AMP, podendo-se apontar como causas para esse facto a identificação do Porto como capital do Norte, com repercussões ao nível económico, de serviços e do tecido empresarial e comercial, para além de ter o maior pólo universitário do país.



Quadro 8 - População do Porto, em 2011, por grupos etários e freguesias (%)

		Grupo etários			
		0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 ou mais anos
Porto		11,9	10,5	54,3	23,2
Freguesias	Aldoar	14,0	11,6	55,0	19,4
	Bonfim	10,2	9,9	52,8	27,1
	Campanhã	12,3	11,4	53,3	23,0
	Cedofeita	9,5	9,1	54,5	26,8
	Foz do Douro	12,8	10,7	52,4	24,1
	Lordelo do Ouro	14,2	11,5	54,6	19,7
	Massarelos	10,3	9,9	55,7	24,1
	Miragaia	8,5	9,7	55,9	25,9
	Nevogilde	15,5	10,8	52,8	20,8
	Paranhos	10,8	10,5	55,1	23,7
	Ramalde	14,3	10,5	55,8	19,5
	Santo Ildefonso	8,8	9,6	54,6	27,0
	São Nicolau	11,6	10,5	52,7	25,2
	Sé	11,0	9,9	52,9	26,2
	Vitória	9,0	9,8	51,3	29,8

Fonte: INE, Censos 2011

Este quadro permite aferir a distribuição da população por freguesia e a respetiva faixa etária. Esta informação sobre a população é fundamental para a reflexão sobre as medidas e ações a implementar, respondendo a necessidades diferenciadas em função dos diferentes grupos.

Para além da constatação sobre a inversão da pirâmide etária, apurou-se que as freguesias que têm maior percentagem de população em idade de frequência da escolaridade obrigatória são Nevogilde, Ramalde, Lordelo do Ouro e Aldoar. Esta informação é importante para as tomadas de decisão, concretamente na reorganização de recursos, implementação de medidas, redimensionamento da intervenção e emergência de novas parcerias na área da educação.



3.1.2 Nível de instrução

Seguindo a linha de reflexão sobre os dados recolhidos - tendo presente que o foco é a educação - para além de se saber a idade/faixa etária importa saber quais as habilitações literárias da população residente.

Quadro 9 - População residente, por nível de escolaridade e freguesias (%)

Zona Geográfica		Nenhum	Ensino pré-escolar	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Porto		5,4	2,0	26,2	8,5	14,8	15,2	0,7	27,2
Freguesias	Aldoar	5,5	2,6	25,3	9,0	13,6	13,5	0,6	29,8
	Bonfim	5,3	1,7	25,0	8,5	15,1	16,8	0,8	26,8
	Campanhã	7,2	1,8	36,9	11,2	17,2	13,5	0,7	11,7
	Cedofeita	4,6	1,6	21,0	7,2	13,7	16,2	0,9	34,8
	Foz do Douro	3,8	2,2	18,9	6,3	11,2	15,2	0,7	41,6
	Lordelo do Ouro	5,4	2,5	24,8	8,8	13,9	13,9	0,7	30,1
	Massarelos	4,4	1,9	21,9	6,5	13,6	14,2	0,7	36,8
	Miragaia	5,7	1,5	38,2	9,8	14,2	12,7	0,9	17,1
	Nevogilde	3,3	3,1	10,2	4,0	10,3	17,5	0,6	50,9
	Paranhos	5,1	1,7	26,0	8,1	15,3	15,6	0,8	27,4
	Ramalde	5,4	2,7	23,8	7,9	14,3	15,5	0,7	29,6
	Santo Ildefonso	5,2	1,5	26,3	8,5	16,7	17,7	0,9	23,1
	São Nicolau	7,9	1,3	45,0	9,7	16,9	11,7	0,5	7,0
	Sé	8,4	1,3	39,1	11,7	16,9	13,1	0,4	9,0
	Vitória	7,5	1,9	36,9	10,6	17,4	13,0	0,8	11,8

Fonte: INE, Censos 2011

Neste quadro incide-se na análise da informação recolhida sobre o nível de escolaridade nas freguesias da cidade do Porto e na qual se verificam assimetrias significativas, nomeadamente no nível de escolaridade superior. Por exemplo, a freguesia de S. Nicolau apresenta 7,0% de população com instrução de nível superior, enquanto que Nevogilde apresenta 50,9% no mesmo nível de instrução.

O cruzamento destes dados com a informação referente à residência e grupo etário (quadro 8), permite aferir que na freguesia de S. Nicolau a percentagem de população residente com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (52,7%) é idêntica à da freguesia de Nevogilde



(52,8%), não havendo discrepâncias significativas na faixa etária dos 15 aos 24 anos (10,8% em Nevogilde e 10,5% em S. Nicolau).

Em relação aos restantes níveis de escolaridade e mantendo o foco na freguesia de S. Nicolau, verifica-se a percentagem mais elevada da cidade no 1º ciclo (45%). Já a população sem nenhum nível de escolaridade apresenta o segundo valor mais elevado (7,9%).

Analisando as percentagens dos diferentes níveis de ensino constata-se que o ensino pós-secundário é o que tem menos expressão, podendo este facto indicar que é um campo a investir, fomentar a formação especializada pós-secundário, oferecendo mais uma alternativa formativa que permita elevar o nível de escolaridade da população, assim como as suas competências e aptidões.

Cruzando esta informação com a faixa etária constata-se que 11,9% da população tem idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e 10,5% com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. A análise destes dados à escala da cidade do Porto demonstra que a taxa de população sem nenhum nível de escolaridade é de 5,4%, a população com o 1º ciclo completo é de 26,2% e 2º ciclo completo é de 8,5%.



Quadro 10 - População residente menor de 15 anos por nível de escolaridade mais elevado completo

Local de residência (à data dos Censos 2011)		Nível de escolaridade mais elevado completo				
		Sem nível de escolaridade completo	Ensino básico	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Porto		18744	9635	4655	4932	48
Freguesias	Aldoar	1189	606	311	290	5
	Bonfim	1610	868	407	455	6
	Campanhã	2642	1367	690	670	7
	Cedofeita	1436	672	321	350	1
	Foz do Douro	858	550	248	297	5
	Lordelo do Ouro	2086	1082	547	534	1
	Massarelos	461	241	117	123	1
	Miragaia	112	63	30	33	0
	Nevogilde	491	288	124	163	1
	Paranhos	3142	1624	770	841	13
	Ramalde	3658	1762	832	925	5
	Santo Ildefonso	538	258	125	131	2
	São Nicolau	150	71	36	35	0
	Sé	251	131	71	59	1
	Vitória	120	52	26	26	0

Fonte: INE, Censos 2011



Quadro 11 - População residente com 15-19 anos por nível de escolaridade mais elevado completo

Local de residência (à data dos Censos 2011)		Nível de escolaridade mais elevado completo					
		Sem nível de escolaridade completo	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Porto		124	388	2620	6712	1969	82
Freguesias	Aldoar	7	32	166	391	128	4
	Bonfim	9	33	195	662	234	6
	Campanhã	49	105	522	954	192	9
	Cedofeita	11	34	163	514	161	6
	Foz do Douro	1	8	61	396	131	7
	Lordelo do Ouro	10	39	298	723	188	17
	Massarelos	1	5	59	156	61	0
	Miragaia	0	0	20	48	11	1
	Nevogilde	1	1	25	195	61	2
	Paranhos	17	60	484	1142	373	14
	Ramalde	13	57	432	1173	345	11
	Santo Ildefonso	1	7	78	197	48	3
	São Nicolau	0	2	28	39	5	1
	Sé	2	3	56	79	22	1
	Vitória	2	2	33	43	9	0

Fonte: INE, Censos 2011

Tendo por base esse pressuposto, a leitura conjunta destes dois quadros referentes à população residente no Porto, ao nível de escolaridade e idade, demonstra que existe um número significativo de população que, face à idade, deveria ter concluído pelo menos os dois primeiros ciclos de escolaridade. Incidindo a atenção nas freguesias, destaca-se a freguesia de Campanhã como sendo a que tem maior número de indivíduos na faixa dos 15 aos 19 anos sem nenhum nível de escolaridade e as de S. Nicolau e Miragaia, nas quais todos os indivíduos têm algum nível de escolaridade concluído.



Quadro 12 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade, segundo os Censos 2011

Âmbito Geográfico	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Portugal	10,4	27,2	12,8	19,1	15,7	⊥ 1,0	13,8
Continente	10,3	27,1	12,6	19,1	15,8	⊥ 1,0	14
Grande Porto	7,3	27	13	18,9	16,1	⊥ 1,0	16,7
Santo Tirso	9,6	34,7	15,8	17,9	12,3	⊥ 0,8	8,9
Trofa	8	31	16,5	20,2	14,3	⊥ 1,1	8,9
Espinho	9,8	30,8	12,7	17,8	13,9	⊥ 0,6	14,3
Gondomar	7,8	28,8	14,4	20,4	16,4	⊥ 1,0	11,1
Maia	5,9	24,5	11,5	19,6	18,1	⊥ 1,3	19,1
Matosinhos	7,4	26,8	12,1	18,2	16,4	⊥ 1,1	18
Porto	6,6	24,2	10,2	17	15,7	⊥ 0,9	25,3
Póvoa de Varzim	8,2	28,4	17,7	18,8	14	⊥ 0,8	12
Valongo	7,1	28,1	15,1	20,1	16,6	⊥ 1,1	12
Vila do Conde	8,2	30,2	16,7	18,8	13,6	⊥ 0,9	11,6
Vila Nova de Gaia	7,4	27,7	13,3	19,5	16,2	⊥ 1,1	14,8
Arouca	13,4	33,2	18,2	16,5	10,3	⊥ 1,0	7,4
Oliveira de Azeméis	9,2	32	18	19,3	12,5	⊥ 0,9	8,1
Santa Maria da Feira	9,2	30,6	16,9	18,7	13,3	⊥ 0,8	10,4
São João da Madeira	6,9	27,4	14,5	20,4	16,3	⊥ 1,1	13,4
Vale de Cambra	12,3	32,5	15,4	16,8	12,5	⊥ 1,0	9,5

Fonte: PORDATA, dados extraídos a 2 de janeiro de 2013

Legenda: ⊥ Quebra de série

A leitura deste quadro permite aferir que, no que se refere ao nível de escolaridade da população do Porto e, tendo por comparação o ano de 1960 (ano em que o 1º ciclo se tornou escolaridade obrigatória), se verificou uma redução drástica da taxa de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade com idade igual ou superior a 15 anos (no Porto, em 1960 a taxa era de 50,2% e em 2011 situa-se nos 6,6%).

Centrando a análise na cidade do Porto, concretamente na primeira coluna, poder-se-á supor que parte da taxa de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade (6,6%) é constituída por população idosa, tendo em conta quer o envelhecimento da população, quer o ano em que foi implementado o 1º ciclo como escolaridade obrigatória. Destacam-se o primeiro ciclo (24,2%) e o ensino superior (25,3%) com os valores mais elevados por relação aos restantes ciclos de ensino.



Uma leitura mais lata sobre estes dados indicia que, no que se refere à população sem nenhum nível de instrução, a maioria das cidades que constituem a AMP, com exceção de Vale de Cambra e Arouca, apresentam valores inferiores a 10,4%, correspondendo este valor à percentagem de população residente em Portugal sem nenhum nível de escolaridade com idade igual ou superior a 15 anos.

Por último, importa sublinhar que a cidade do Porto, por relação às restantes cidades da AMP e Continente, tem a taxa mais elevada de população com escolaridade completa ao nível do ensino superior (25,3% em 2011), tendo-se verificado um aumento significativo no espaço temporal de 50 anos (em 1960 era de 1,9%).

3.1.3 Situação laboral

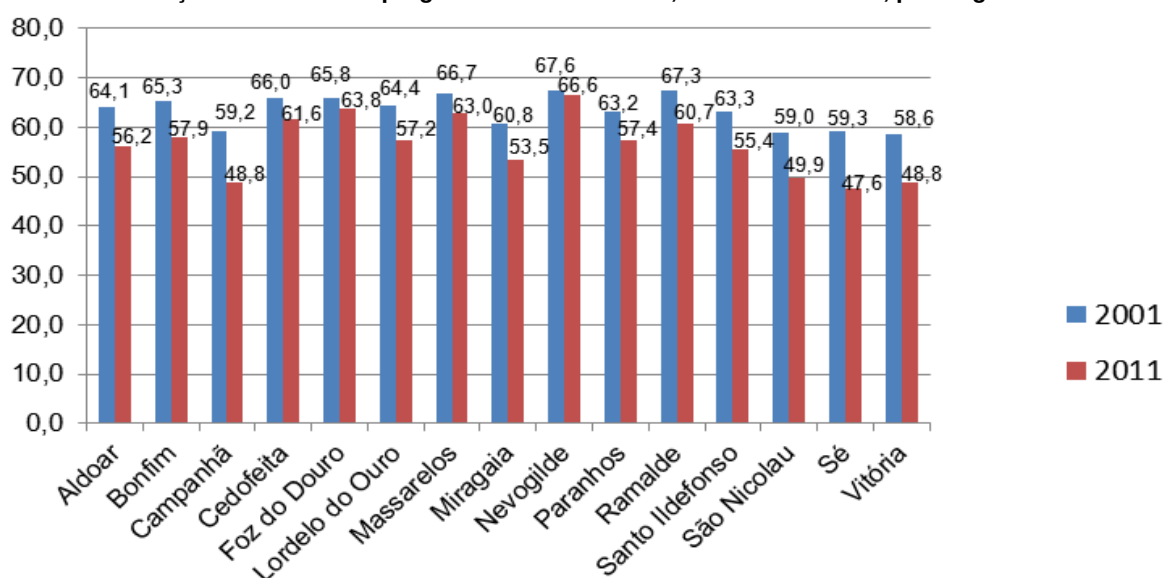
Emprego

Quadro 13 - Evolução da taxa de emprego na cidade do Porto, entre 2001 e 2011

	2001	2011
Porto	64,0	57,4

Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011

Gráfico 2 - Evolução da taxa de emprego na cidade do Porto, entre 2001 e 2011, por freguesias



Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011



A análise da evolução da taxa de emprego na cidade do Porto, definida como a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (15 e mais anos) evidencia um decréscimo significativo em concomitância com um aumento da taxa de desemprego.

Algumas freguesias do centro histórico (S. Nicolau, Sé e Vitória) e Campanhã, registam as menores taxas de emprego (59%, 59,3%, 58,6% e 59,2% respetivamente) da cidade, pese embora se tenha verificado uma descida acentuada da taxa de emprego em todas as freguesias (entre 5,8% e 11%). Neste quadro, as exceções são as freguesias de Nevogilde e Foz do Douro com uma descida de 1% e 2% respetivamente. Retomando a questão relativa ao nível de escolaridade, e tendo em conta a taxa de emprego, relembra-se que a freguesia de Nevogilde tem a percentagem mais elevada da população com o ensino secundário e ensino superior, seguida pela freguesia da Foz do Douro no que se refere ao ensino superior (35,6%) e ocupando a quarta posição no ensino secundário com 13,4%.

Quadro 14 - Índices de dependência de idosos e de jovens no Porto, Grande Porto e Continente em 2001 e 2011

Território	2001		2011	
	Índice dependência idosos	Índice dependência jovens	Índice dependência idosos	Índice dependência jovens
Porto	29	19	36	18
Grande Porto	19	23	24	22
Continente	24	23	29	22

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

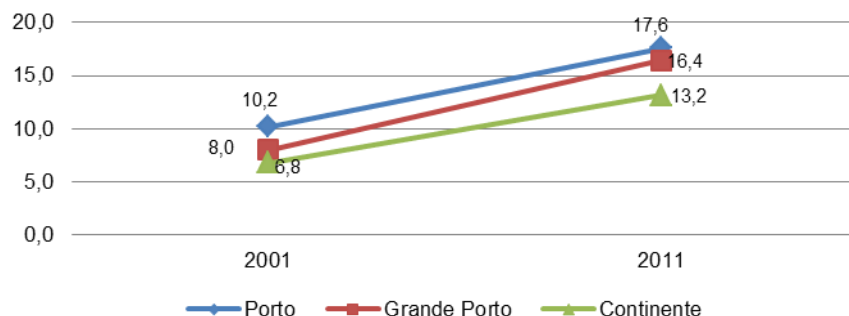
Em relação aos dados referentes ao índice de dependência de idosos, em 2011 verifica-se o seu aumento concomitante com a descida do índice de dependência de jovens. Examinando os valores nos diferentes anos, em 2001 e 2011, importa sublinhar que existem diferenças substanciais entre o Porto, o Grande Porto e o Continente.

Pode-se inferir que esta evolução de valores referentes ao índice de dependência dos idosos, se deve ao envelhecimento da população e a evolução de valores no índice de dependência dos jovens, se deve a uma diminuição da taxa de natalidade.



Desemprego

Gráfico 3 - Evolução das taxas de desemprego entre 2001 e 2011, no Porto, Grande Porto e Continente

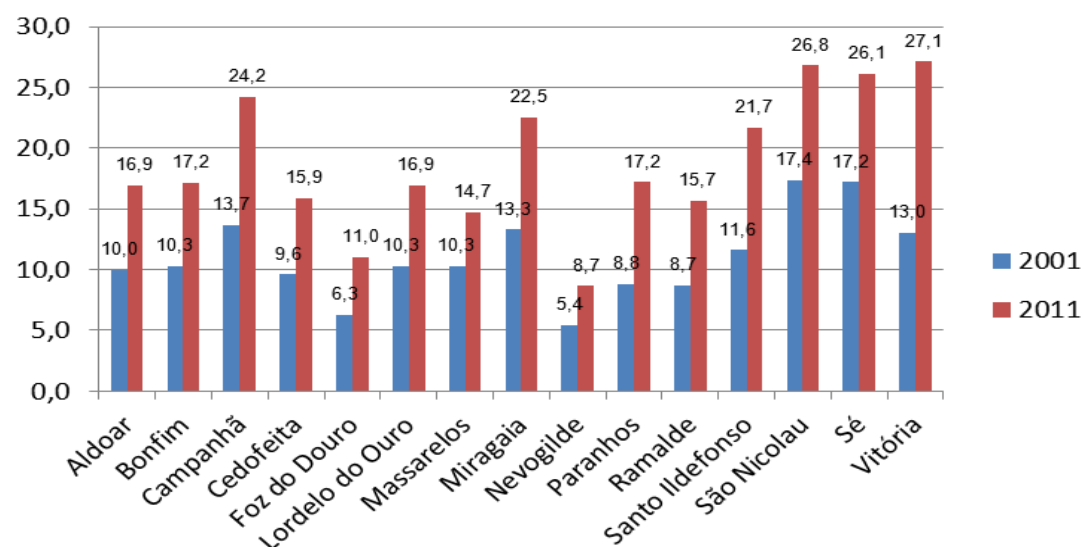


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A leitura do gráfico sobre a evolução da taxa de desemprego indica que a cidade do Porto, por relação ao Grande Porto e Continente, tem o valor mais elevado (em ambos os períodos referenciados), refletindo a situação de precariedade económica da sua população. Sublinha-se que no Porto, num espaço de dez anos, a taxa de desemprego passou de 10,2% para 17,6%.

Esta evidência justifica as preocupações que o executivo da Câmara Municipal do Porto tem vindo a manifestar nos últimos anos sobre a difícil e precária situação socioeconómica dos residentes no Porto.

Gráfico 4 - Evolução da taxa de desemprego na cidade do Porto, entre 2001 e 2011, por freguesias



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011



A leitura deste gráfico, tendo por base o que foi já abordado no anterior, permite levantar algumas questões. Se nos reportarmos ao comentário sobre o cruzamento de informação da faixa etária com o nível de escolaridade dos residentes por freguesia da cidade do Porto, verificamos que a freguesia de Nevogilde tem a taxa de desemprego mais baixa e a freguesia de S. Nicolau tem a taxa de desemprego mais elevada. Assim sendo, parece ser possível afirmar que existe uma relação direta entre nível de escolaridade e emprego. Reforçando o que foi já referido, justifica-se cada vez mais a construção de um projeto comum às diferentes entidades e instituições, visando a colmatação de problemas que afetam os cidadãos da cidade.

Quadro 15 - Evolução do número de beneficiários/as do rendimento social de inserção, da segurança social por local de residência nos anos 2007 e 2011

Local de residência	Beneficiários/as do rendimento social de inserção, da segurança social por local de residência	
	2007	2011
	N.º	N.º
Portugal	369902	448290
Continente	338164	414861
Norte	169388	190797
Santo Tirso	2415	3203
Trofa	1606	2056
Grande Porto	82917	101481
Espinho	1338	1654
Gondomar	11370	13367
Maia	6141	7334
Matosinhos	10237	12312
Porto	21064	25891
Póvoa de Varzim	2052	2998
Valongo	7314	7941
Vila do Conde	2757	2861
Vila Nova de Gaia	20644	27123
Arouca	793	635
Oliveira de Azeméis	802	1104
Santa Maria da Feira	3114	3734
São João da Madeira	430	540
Vale de Cambra	343	320

Fonte: INE, Censos 2011



A leitura deste quadro indica que, pese embora a alteração das condições de candidatura à medida (valor a atribuir, escalões, entre outras), o número de beneficiários entre 2007 e 2011 aumentou, com exceção de Vale de Cambra e Arouca. Este facto é indiciador da precária situação económica decorrente da situação de crise económica da atualidade.

Se analisarmos estes dados com o aumento da taxa de desemprego, o retrato da população que se esboça é preocupante, sendo por isso cada vez mais importante o investimento na Educação.

3.1.4 Cultura

Quadro 16 - Despesas em cultura e desporto dos municípios 2001 e 2011

Localização geográfica	Despesas em cultura e desporto dos municípios por localização geográfica	
	2001	2011
	€ (milhares)	€ (milhares)
Portugal	672344	679396
Santo Tirso	5310	2021
Trofa	1140	1145
Grande Porto	93635	80329
Espinho	2046	3630
Gondomar	10138	6797
Maia	17346	6893
Matosinhos	14343	15124
Porto	19523	17765
Póvoa de Varzim	3446	4044
Valongo	3562	3352
Vila do Conde	8783	6953
Vila Nova de Gaia	14448	15771
Arouca	642	1869
Oliveira de Azeméis	1828	1423
Santa Maria da Feira	3251	5804
São João da Madeira	1313	2334
Vale de Cambra	2297	1180

Fonte: INE, Censos 2011

A leitura deste quadro mostra uma retração na despesa nas áreas da cultura e do desporto, em vários municípios da Área Metropolitana, nomeadamente no Porto, o que poderá estar associado à atual crise económica. No entanto, e apesar do contexto de crise, em oito



municípios da AMP a despesa nessas áreas cresceu (Matosinhos, Arouca, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Espinho, Póvoa do Varzim e Trofa).

Quadro 17 - Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante por localização geográfica 2005 e 2011

Localização geográfica	Visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias por habitante e por localização geográfica	
	2005	2011
	N.º	N.º
Portugal	0,5	0,8
Continente	0,5	0,9
Norte	0,4	0,8
Santo Tirso	----	0,3
Trofa	----	----
Grande Porto	0,8	1,5
Espinho	----	1,2
Gondomar	----	0,2
Maia	----	0,6
Matosinhos	----	0,1
Porto	3,6	6,1
Póvoa de Varzim	0,1	0,4
Valongo	----	0,4
Vila do Conde		1,3
Vila Nova de Gaia	0,1	0,6
Arouca	0,1	0,3
Oliveira de Azeméis	----	----
Santa Maria da Feira		
São João da Madeira	0,8	1,9
Vale de Cambra	----	----

Fonte: INE, Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias

Legenda: ---- (sem informação)

A análise deste quadro, verificando a evolução desde 2005 a 2011, indica um acréscimo em algumas cidades, tendo-se destacado a cidade do Porto com maior evolução. Estes dados evidenciam que, pese embora possa ter ocorrido redução do investimento, conforme o que foi verificado no quadro anterior, não se verificou diminuição do número de eventos nem no número de visitantes.



Quadro 18 - Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por localização geográfica

Localização geográfica	Visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por localização geográfica	
	2002	2011
	N.º	N.º
Portugal	9.162.811	13.495.187
Continente	8.948.341	12.610.560
Norte	1.915.169	3.476.013
Grande Porto	----	2.275.108
Porto	----	1.701.619

Fonte: INE, Inquérito aos Museus, quadro extraído a 11 de junho de 2013

Legenda: ---- (sem informação)

No que se refere ao número de visitantes dos museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários por localização geográfica, denota-se na zona Norte uma evolução positiva, evidenciando um aumento do interesse por parte da população na visita a estes equipamentos. Em 2002 registou-se na zona Norte um total de 1.915.169 visitantes, comparativamente a 2011, onde se atingiu o valor de 3.476.013 visitantes.

3.2 Rede escolar e acessibilidades

O Sistema Educativo Português organiza-se em duas vertentes: uma de natureza pedagógica que compreende três grupos distintos (a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra escolar) e outra de natureza jurídica que incorpora as redes escolares pública, privada e cooperativa.

A rede escolar integra os estabelecimentos de ensino do pré-escolar, básico e secundário, que funcionam no âmbito do ensino público, particular e cooperativo, como em instituições particulares de solidariedade social e em instituições sem fins lucrativos que prossigam atividades no domínio da educação e do ensino. O ensino superior está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, sendo que os estabelecimentos de ensino superior gozam de um estatuto autónomo. O ensino superior privado é da responsabilidade de instituições pertencentes a entidades privadas e cooperativas.



Consideram-se integrados na rede pública os estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do ensino básico e secundário, que funcionam na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias. Os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integrem no sistema educativo regem-se pelas mesmas normas e disposições legais do ensino oficial, no que diz respeito a normativos pedagógicos, currículo, avaliação e habilitações profissionais dos professores.

A organização do sistema educativo português distribui-se pelas modalidades e níveis de ensino, sendo que o ensino básico e secundário correspondem aos doze anos de escolaridade obrigatória. O quadro 19 mostra toda a oferta educativa e formativa da rede escolar.

A educação pré-escolar, ministrada em jardins de-infância públicos ou privados, destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, é de frequência facultativa e gratuita na rede pública. O ensino básico tem a duração de nove anos sendo organizado em três ciclos, compreendendo as idades dos 6 aos 15 anos, e o ensino secundário organizado segundo formas diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos, quer para o mundo do trabalho. O currículo dos cursos de nível secundário é de três anos letivos e compreende cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos, cursos artísticos e cursos profissionais.

Os cursos de especialização tecnológica (CET) possibilitam formação especializada em diferentes áreas tecnológicas, permitindo a inserção no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos de nível superior. Os cursos de educação e formação (CEF) e a educação e formação de jovens e adultos (EFA) oferecem uma segunda oportunidade a indivíduos que abandonaram a escola precocemente ou que estão em risco de a abandonar, bem como àqueles que não tiveram oportunidade de a frequentar quando jovens e, ainda, aos que procuram a escola por questões de natureza profissional ou valorização pessoal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. Ainda nesta perspetiva o sistema oferece os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), ministrados em algumas escolas e em centros de formação públicos e privados.

O ensino superior visa assegurar uma sólida preparação científica, cultural, artística e tecnológica, que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e para o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica, num quadro de referência internacional. Em Portugal organiza-se num sistema binário: o ensino universitário, orientado para a oferta de formações científicas sólidas e o ensino politécnico, concentrando-se especialmente em formações vocacionais e profissionais.



Quadro 19 - Organização do Sistema Educativo Português – Oferta educativa e formativa por níveis de ensino

anos de escolaridade	Ensino Básico									Ensino Secundário			Pós Secundário			Ensino Superior																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	20	21															
Educação pré-escolar 3 – 4 – 5 – 6 anos	1º Ciclo				2º Ciclo			3º Ciclo		Cursos Científico Humanísticos			Cursos de Especialização Tecnológica	18 meses de experiência profissional	Ensino Universitário	Licenciatura + Mestrado integrado										Doutoramento													
	Ensino regular									Cursos Tecnológicos																													
										Cursos Profissionais																													
										Cursos de aprendizagem																													
										Cursos ensino vocacional																													
	Ensino artístico (regime integrado)									Cursos Artístico Especializado						Licenciatura																		Mestrado					
	Percursos curriculares alternativos (PCA)																																						
	PIEF															Licenciatura + Mestrado integrado																							
	Cursos de Educação e Formação (CEF)				Cursos de Educação e Formação (CEF) Tipo 1			Cursos de Educação e Formação (CEF) Tipo 2 e Tipo 3		Cursos de Educação e Formação (CEF) Tipo 4 e Tipo 5																	Licenciatura										Mestrado		
							Cursos Profissionais																																
	Ensino recorrente																																						
	Educação e Formação de Adultos (EFA) Percurso B1				Educação e Formação de Adultos (EFA) Percurso B1+2 e B2			Educação e Formação de Adultos (EFA) Percurso B3		Educação e Formação de Adultos (EFA) Percurso B3						Licenciatura														Mestrado									
	Formações modulares																																						
	RVCC - B1				RVCC - B2			RVCC - B3		RVCC - S																													

Fonte: Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei Nº 46/86, de 14 de outubro, com alterações introduzidas pela Lei Nº 115/97, de 30 de agosto



3.2.1 Reordenamento da rede escolar

A aposta num ensino mais integrado, visando a rentabilização de recursos, a atenuação dos efeitos negativos pela transição entre ciclos e níveis, assim como o enriquecimento da interação entre crianças, está retratada no funcionamento de mais do que um ciclo de ensino no mesmo estabelecimento. A educação pré-escolar (EPE) é agora desenvolvida em conjunto com o 1º ciclo do ensino básico (CEB), os 2º e 3º ciclos funcionam no mesmo edifício e, muitas das vezes, associados com o ensino secundário.

Face ao reordenamento da rede territorial, surgem assim novos agrupamentos que agregam escolas secundárias e agrupamentos anteriormente existentes. As escolas do 1º CEB, até então designadas por EB1, passam a designar-se EB (escola básica).

Atualmente a rede escolar pública do município do Porto é constituída por 15 agrupamentos de escolas: A educação pré-escolar integra 43 jardins de infância incorporados nas escolas básicas do 1º ciclo e cinco jardins de infância em edifício próprio (três dos quais de gestão partilhada entre a CMP e Juntas de Freguesia). No ensino básico existem 53 escolas do 1º ciclo (incluindo o Conservatório de Música do Porto), 15 escolas do 2º e 3º ciclos. No ensino secundário existem dez escolas, sendo que todas estas incluem o 3º ciclo e cinco têm o 2º ciclo.

As escolas secundárias integram os agrupamentos de escolas, à exceção da escola básica e secundária Filipa de Vilhena e das duas escolas artísticas - Conservatório de Música do Porto e Escola Artística Soares dos Reis.

Acrescenta-se ainda que o total de escolas profissionais é de dezanove (quadro 20).

Quadro 20 -Total de estabelecimentos de ensino por anos letivos

Estabelecimentos de Ensino	2010/11	2011/12	2012/13
Agrupamentos de escolas	18	17	15
Jardins de infância de gestão partilhada	14	11	3
Jardins de infância integrados com edifício próprio	2	2	2
Jardins de infância integrados nas EB's	37	41	43
Escola básica 1º ciclo	54	54	52
Escola básica com 2º e 3º ciclos	15	15	15
Escola básica com 3º ciclo e secundária	7	7	7
Escola básica com 2º e 3º ciclos e secundária	3	3	5
Escola básica e secundária não agrupada	7	6	1
Escola artística não agrupada	2	2	2
Escola profissional	19	19	19

Fonte: CMP – DME 2012/2013

Projeto Educativo Municipal do Porto



Na sequência desta linha orientadora é repensada a reorganização da rede escolar constituindo unidades administrativas de maior dimensão, por agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas, justificada pelo reforço do projeto educativo e da qualidade educativa das escolas, facilitando o percurso escolar dos alunos e a articulação entre os diferentes níveis de ensino.

No município do Porto, dos dezassete agrupamentos de escolas existentes em 2011/12, foram agregados oito, reduzindo assim o seu número para quinze (quadro 21).

Quadro 21 - Reordenamento da rede - Agregações 2012/13

Agrupamentos e escolas não agrupadas	Designação do do AE	Escola Sede
AE Augusto Gil	AE Aurélia de Sousa	ES de Aurélia de Sousa
Escola Secundária de Aurélia de Sousa		
Escola Secundária Garcia de Orta	AE Garcia de Orta	ES Garcia de Orta
AE Francisco Torrinha		
AE Irene Lisboa	AE Carolina Michaelis	ES Carolina Michaelis
Escola Secundária Carolina Michaelis		
AE Nicolau Nasoni	AE António Nobre	ES António Nobre
AE António Nobre		
Escola básica e secundária Fontes Pereira de Melo	AE Fontes Pereira de Melo	EBS Fontes Pereira de Melo
AE Maria Lamas		
AE Ramalho Ortigão	AE Alexandre Herculano	ES Alexandre Herculano
AE Dr. Augusto César Pires de Lima		
Escola Secundária Alexandre Herculano		
AE Manoel de Oliveira	AE Manoel de Oliveira	EB Manoel de Oliveira
AE Pêro Vaz de Caminha	AE Pêro Vaz de Caminha	EB Pêro Vaz de Caminha
AE Infante D Henrique	AE Infante D Henrique	EBS Infante D Henrique
AE Rodrigues de Freitas	AE Rodrigues de Freitas	EBS Rodrigues de Freitas
AE do Viso	AE do Viso	EB do Viso
AE Cerco	AE Cerco	EBS Cerco
AE Clara de Resende	AE Clara de Resende	EBS Clara de Resende
AE Leonardo Coimbra (filho)	AE Leonardo Coimbra (filho)	EB Leonardo Coimbra (filho)
AE Eugénio de Andrade	AE Eugénio de Andrade	EB Eugénio de Andrade

Fonte: Ministério da Educação e Ciência



Salienta-se aqui que um dos princípios basilares do processo de consolidação da reorganização da rede escolar pública, visa adaptar progressivamente a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos e adequar as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar (Despacho n.º 5634-F/2012), proporcionando um percurso sequencial aos alunos de uma dada área geográfica e a sua adequada transição entre níveis e ciclos de ensino.

3.2.2 Parque escolar da educação pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública

O planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da escola, não só no plano interno da organização, mas também ao nível da gestão de recursos e práticas, e das relações com a comunidade.

Uma das principais preocupações que tem norteadado todo este processo, prende-se com o objetivo de dotar o município do Porto de uma rede escolar equilibrada, com instalações condignas que garantam o acesso de todos à escola pública e que contribuam, na sua medida, para o sucesso escolar e para uma educação de qualidade para todos.

Nestes últimos anos foram alcançados grandes objetivos com repercussões na configuração social da cidade, nomeadamente a requalificação do parque escolar, cumprindo os seguintes critérios:

- o estabelecido na Carta Educativa do Porto;
- a otimização/racionalização da gestão dos espaços escolares – integração dos jardins de infância nas escolas básicas, no cumprimento no preceituado no Despacho 13-A/12 de 5 de junho de 2012 (orientações para organização curricular do próximo ano letivo) conjugado com a orientação do conceito de centro escolar, isto é, sempre que possível um jardim de infância instalado em cada escola básica;
- a extinção dos equipamentos de educação pré-escolar (EPE) instalados em construções pré-fabricados/modulares;
- a denúncia dos acordos de gestão partilhada com as Juntas de Freguesia em matéria de educação pré escolar.

Considerando a atual orientação estratégica do município do Porto relativamente à gestão da rede pública de EPE, tem vindo a ser implementado um programa faseado de negociação com as juntas de freguesia do Porto, que vem acontecendo desde 2008, com vista à denúncia dos acordos de cooperação para gestão partilhada dos jardins de infância da rede pública, potenciando-se assim o conceito de centro escolar, integrando num mesmo espaço físico, educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

Os jardins de infância, instalados em construções modulares, foram integrados nas escolas básicas do 1º ciclo e outros criados de raiz, como é o caso do JI que integra a EB Costa Cabral



(quadro 22) no decurso do processo de requalificação da escola. Foram criados dois centros escolares, o centro escolar das Antas construído de raiz e o centro escolar de S. Miguel de Nevogilde, ocupando o edifício da, até então, escola básica do 1º ciclo.

Foram asseguradas seis novas salas de jardim de infância nas escolas básicas de Augusto Lessa (1), Miosótis (1), Campinas (1), Montebello (1), e Costa Cabral (2).

Quadro 22 - Integração dos jardins de infância nas escolas do 1ª CEB da rede pública do Porto

AE	Freguesia	Estabelecimento Ensino	Identificação do Equipamento Escolar
António Nobre (Mega-agregação do AE António Nobre com AE Antas/Nicolau Nasoni)	Campanhã	JI Rua de Contumil	Integrado na EB Montebello no ano letivo 2011/12
		JI das Antas	
Cerco	Cedofeita	JI Rua do Falcão	Em edifício próprio e de gestão partilhada
Carolina Michaëlis		JI Águas Férreas	Integrado na EB Bom Pastor no ano letivo 2012/13
Aurélia de Sousa	Bonfim	JI Aurélia de Sousa	Em edifício próprio
		JI Rua Dr. António Agostinho de Sousa	Integrado na EB Fernão de Magalhães no ano letivo 2012/13
	Sto. Ildefonso	JI Rua João das Regras	Integrado na EB Fontinha no ano letivo 2012/13
		JI Trv. da Regeneração	Integrado na EB da Fontinha no ano letivo 2010/11
Alexandre Herculano (Mega agrupamento - agregação do AE Ramalho Ortigão e AE Pires de Lima)	Sé	JI Largo Actor Dias	Integrado na EB Sol no ano letivo 2009/10
Dr. Leonardo Coimbra Filho	Lordelo do Ouro	JI Rua do Estoril	Integrado na EB Condominhas no ano letivo 2011/12
Eugénio de Andrade	Paranhos	EB Costa Cabral	Criação de JI na EB Costa Cabral no ano letivo 2012/13
Garcia de Orta	Foz do Douro	JI Foz do Douro (Rua Padre Luís Cabral)	Integrado na EB Paulo da Gama no ano letivo 2012/13
	Nevogilde	JI Nevogilde (Rua Corte Real / Cantinho ao Sol)	Integrado na EB S. Miguel de Nevogilde (centro escolar) no ano letivo 2011/12
Infante D. Henriquen	Massarelos	JI Rua Barbosa Du Bocage	Em edifício próprio
Rodrigues de Freitas	Vitória	JI Praça Carlos Alberto	Em edifício próprio e de gestão partilhada
Viso	Ramalde	JI Cruzes	Desativado no ano letivo 2012/13
		JI Av. Vasco da Gama	Integrado na EB Campinas no ano letivo 2012/13
	Aldoar	JI Ferreira de Castro	Em edifício próprio e de gestão partilhada
Manoel de Oliveira		JI Rua de Angola	Integrado na EB Fonte da Moura no ano letivo 2012/13

Fonte: CMP - DME, dados recolhidos em setembro 2012



Em análise ao quadro 23 e comparativamente aos totais alcançados nos dois anos letivos anteriores, em 2012/13 regista-se uma ligeira subida do número de freqüências (mais 53), embora o número de jardins de infância e de salas de atividades tenha diminuído. Considerando os três últimos anos letivos, a média de crianças por sala nos jardins de infância aumentou.

Quadro 23 - Total de JI's, salas de atividades e número de alunos na educação pré-escolar

Ano letivo	Total de JI's	Total de salas JI	Total de alunos JI	média crianças por sala
2012/13	48	105	2249	21,62
2011/12	52	108	2196	19,96
2010/11	51	104	2136	20,53

Fonte: CMP - DME, dados recolhidos em setembro 2012

Relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, o número de salas por escola cobre a totalidade de alunos por ano de escolaridade (quadro 24). Constata-se carência de seis salas na EB João de Deus do AE Clara de Resende, onde as dezasseis turmas se distribuem pelas oito salas existentes, obrigando a funcionar em regime duplo. O mesmo acontece no AE do Cerco, nas EB Corujeira (carência de três salas), EB Falcão (carência de uma sala) e na EB S. Roque da Lameira (carência de uma sala), onde a falta das cinco salas impõe, também, a necessidade de funcionamento das escolas em regime duplo.

Quadro 24 - Oferta do parque escolar da rede pública no 1º ciclo entre os anos letivos 2010/11 e 2012/13

Ano letivo	Total EB	Total salas de aula	Nº de alunos					Nº de turmas			Carência Sala de aulas
			Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total	Reg. Normal	Reg. Duplo	
2012/13	53	405	7376	1766	1946	1795	1869	349	324	25	13
2011/12	54	422	7609	1919	1795	1845	2050	373	359	30	15
2010/11	54	383	7678	1782	1917	1949	2030	363	314	49	2

Fonte: CMP - DME, dados extraídos da base de dados do GAEC em setembro 2012

No que concerne ao total de turmas no 1º CEB, se analisarmos os três últimos anos letivos, verifica-se um decréscimo de 20 turmas, em 2012/13. Relativamente ao período de funcionamento das escolas, o número de turmas e de salas por escola possibilitou a supressão do horário em regime duplo (quadro 25), com exceção das escolas dos agrupamentos Clara de



Resende e Cerco, anteriormente referidas, possibilitando a todas as turmas do 1º ciclo funcionar em horário de regime normal. Em contrapartida, e justificado pela diminuição da população estudantil, verifica-se em todos os agrupamentos maior disponibilidade de salas de aula, facilitando a rentabilização destes espaços para o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular, permitindo assim a consolidação do objetivo estratégico de garantir a *Escola a Tempo Inteiro*.

Quadro 25 - Média de alunos por sala e turma entre os anos letivos 2010/11 a 2012/13

Ano letivo	Total de EB1	Total de salas de aula EB1	Total de alunos EB	média alunos p/ sala	Total de turmas	Média alunos p/ turma
2012/13	53	405	7376	18,21	349	21,13
2011/12	54	422	7609	18,03	373	20,39
2010/11	54	387	7678	19,83	363	21,15

Fonte: CMP – DME, dados extraídos da Base de Dados do GAEC em setembro 2012

3.2.3 Evolução das frequências escolares

Neste ponto é apresentada uma análise sobre a realidade escolar da cidade do Porto no que concerne ao ensino regular, compreendendo a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário, sendo de registar que a escassez de informação disponível desagregada ao concelho, condicionou a análise efetuada.

Procurou-se realizar comparações em termos temporais e espaciais, de forma a compreender tendências evolutivas e posições face a outros territórios, tendo sido possível situar o concelho do Porto no contexto do Continente e do Grande Porto e analisar a realidade recente reportada ao ano letivo 2010/11.

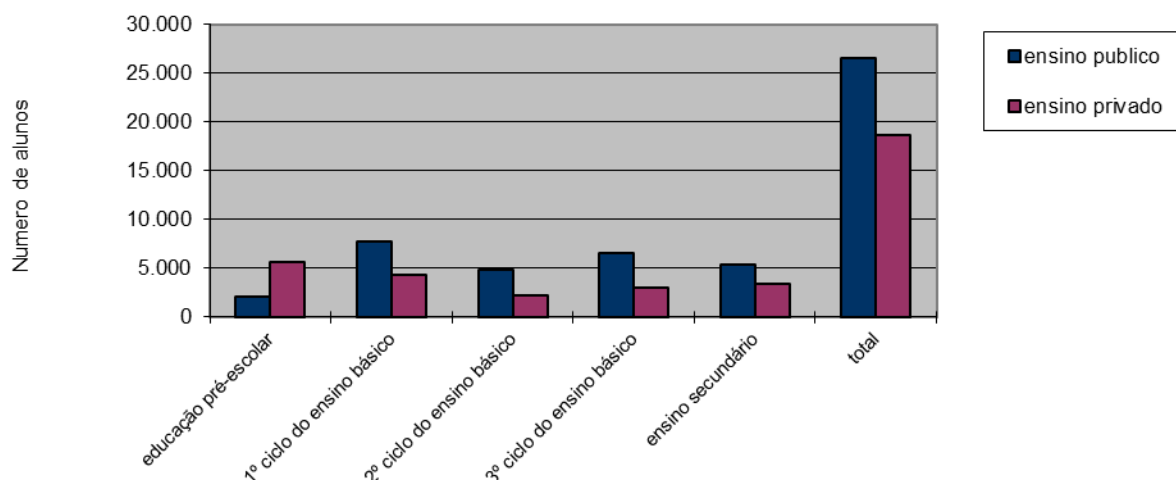
O volume e extensão do Porto, enquanto território educativo, é notório, tendo em conta os números das frequências escolares no sistema público e privado.

No ano letivo de 2010/11, frequentaram a educação pré-escolar um total de 7.816 crianças, no ensino básico regular 28.511 alunos e no secundário 8.765 alunos. Importa perceber a expressão do número de alunos por ciclo de ensino básico contando o 1º ciclo com 11.986 alunos, o 2º ciclo com 7.083 e o 3º ciclo com 9.442 alunos (quadro 26).

No gráfico seguinte está representada a distribuição dos alunos entre a escola pública e a escola privada para cada nível de ensino no ano letivo 2010/11.



Gráfico 5 - Alunos matriculados no ensino público e privado por níveis de ensino (2010/11)



Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol I – Norte

Em todos os níveis de ensino, à exceção da educação pré-escolar, é notório o peso do ensino público, com uma expressão de 58% face ao total de alunos matriculados. No que concerne ao ensino básico, o percentual de alunos matriculados no sistema público varia entre 64% a 69% (64% no 1º ciclo; 69% no 2º ciclo e 68,8% no 3º ciclo) e no ensino secundário o seu peso é de 60,5%.

Justificando a importância de ambos os subsistemas de ensino, revelada pelos números (do total de 45.092 alunos matriculados, 26.505 frequentam o público e 18.587 o privado, absorvendo o privado 41,2% do total dos alunos matriculados), é de salientar que nesta representatividade do privado contribui, significativamente, a educação pré-escolar com um percentual de 72,7% de alunos matriculados face aos 27% de alunos matriculados no público. Os restantes números referentes aos diferentes níveis e ciclos de ensino não revelam aproximações entre os dois subsistemas.

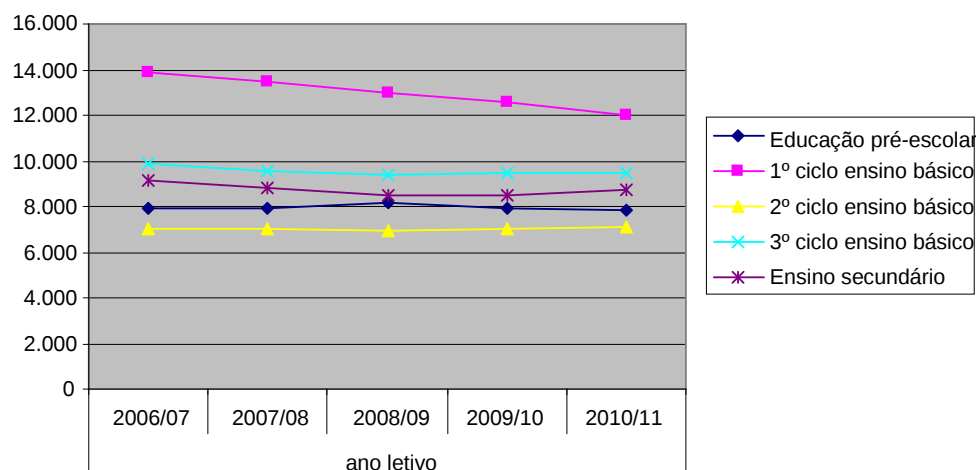
Em termos da evolução das frequências escolares segundo os diferentes níveis de ensino (gráfico 6) registou-se, em termos de variação entre 2006/07 e 2010/11, uma quebra de população estudantil total de 5,6% no concelho do Porto, no conjunto do ensino público e privado.

Percebe-se, através da análise do gráfico 6, que as variações da população estudantil ao longo de 5 anos são pouco significativas em termos globais, emergindo o 1º ciclo do ensino básico contrariamente a este panorama com uma tendência decrescente acentuada.



Entre 2006/07 e 2010/11, o 1º ciclo do ensino básico surge com uma taxa de variação negativa da sua população estudantil (- 13,7%).

Gráfico 6 - Evolução das frequências da população estudantil por níveis de ensino (público e privado)



Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I - Norte

Em termos de evolução da população escolar em cada um dos sistemas de ensino (no ensino público e no ensino privado) analisemos a situação ocorrida entre 2006/07 e 2010/11 no concelho do Porto, em termos de taxas de variação (gráfico 7).

Em termos totais regista-se no Porto uma diminuição de população escolar quer no ensino público quer no ensino privado com uma taxa de variação de (- 9,3 %) no público e de (- 0,1%) no privado.

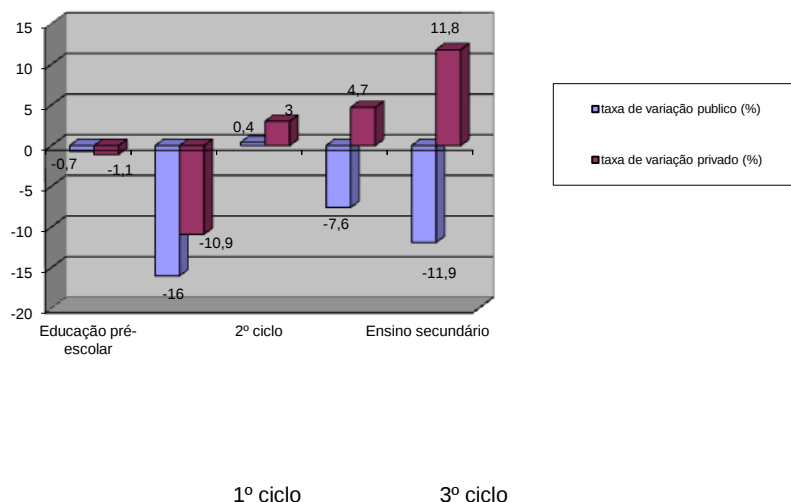
Em termos das tendências de evolução no período em avaliação por ciclo de ensino, há a registar uma diminuição pouco significativa na educação pré-escolar nos dois sistemas de ensino, uma quebra mais acentuada no 1º ciclo do ensino básico com uma taxa de variação de (-16%) no público e (-10,9%) no privado; no 2º ciclo regista-se um aumento de população escolar embora pouco relevante, com maior representatividade no privado com 3%, seguida do público com 0,4%.

No 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, conforme demonstrado no gráfico 7, há uma tendência evolutiva inversa nos dois sistemas de ensino, registando-se um aumento de população escolar no privado e uma diminuição no público.



Salienta-se que a maior redução de população escolar entre 2006/07 e 2010/11 é ao nível do 1º ciclo de ensino básico no sistema público (-16% de taxa de variação) e o maior aumento regista-se ao nível do ensino secundário no sistema privado (11,8% de taxa de variação).

Gráfico 7 - Taxas de variação dos alunos no concelho do Porto no ensino público e privado entre 2006/07 e 2010/11



Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I - Norte

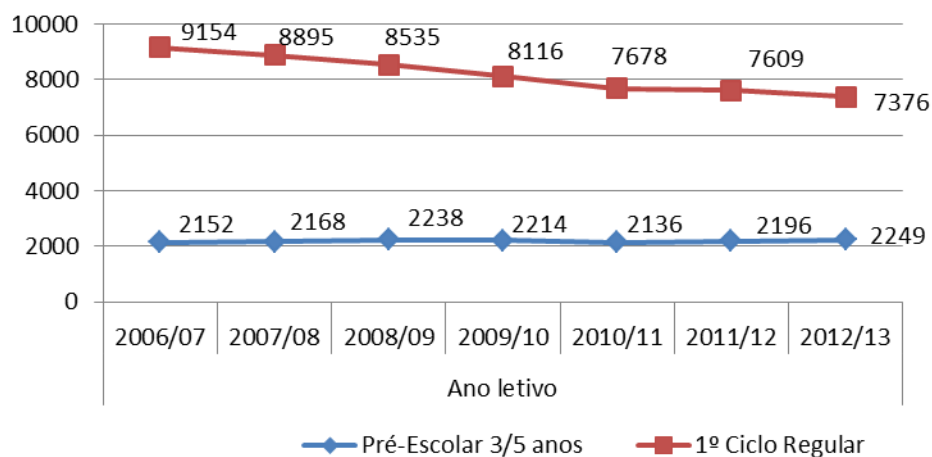
Evolução da frequência escolar por ciclos e modalidades de ensino das redes de ensino público e privado

Pretende-se apresentar neste ponto alguns contributos sobre a evolução da educação até ao ensino superior, tendo em conta as estatísticas apresentadas pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) do Ministério da Educação e Ciência, no que concerne ao ensino básico e secundário, dando particular atenção ao pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública.

Sendo a educação pré-escolar e o 1º CEB da rede pública da responsabilidade do município, destaca-se no gráfico 8 a evolução da frequência escolar entre os anos letivos 2011/12 e 2012/13, surgindo o 1º ciclo do ensino básico (ensino regular) com uma tendência decrescente, em oposição à leve subida do pré-escolar, nos últimos dois anos letivos.



Gráfico 8 - Evolução da frequência escolar entre 2006/07 e 2012/13 do pré-escolar e 1º CEB



Fontes: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I - Norte e CMP-DME dados anos letivos 2011/2012 e 2012/2013

O quadro seguinte apresenta a distribuição do número de alunos por níveis de ensino, ciclos e modalidades, de acordo com a oferta/procura das redes de ensino público e privado, entre os anos letivos de 2006/07 e 2010/11.



Quadro 26 - Frequência escolar do ensino básico das redes pública e privada por níveis, ciclos e modalidades entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11

Níveis	Ciclos	Modalidades	Ano letivo										
			2006/07		2007/08		2008/09		2009/10		2010/11		
			Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	
Ensino Básico	Educação Pré-Escolar - 3 / 5 anos		2152	5774	2168	5767	2238	5888	2214	5705	2136	5705	
	1º Ciclo	Regular	9154	4737	8895	4566	8535	4471	8116	4467	7678	4308	
		Ensino Artístico Especializado (regime integrado)	---	---	---	---	---	---	37	---	64	---	
		Percursos curriculares alternativos	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
		Cursos EFA	---	---	17	---	---	---	24	---	1	---	
		Processos RVCC	---	---	---	---	4	---	9	---	7	2	
		Ensino público	9154		8912		8539		8186		7750		
		Ensino privado	4737		4566		4471		4467		4310		
		Total	13891		13478		13010		12653		12060		
		2º Ciclo	Regular	4865	2134	4865	2138	4720	2232	4814	2234	4885	2198
	Ensino Artístico Especializado (regime integrado)		---	---	---	---	---	---	69	---	117	12	
	Cursos CEF		32	---	89	---	47	---	27	25	32	36	
	Percursos curriculares alternativos		---	---	---	---	---	---	---	---	15	---	
	Cursos EFA		12	40	144	25	304	62	105	---	987	---	
	Ensino Recorrente		22	22	14	14	---	---	---	---	---	---	
	Processos RVCC		---	---	---	---	193	126	335	116	415	89	
	Ensino público		4931		5112		5264		5350		6451		
	Ensino privado		2174		2163		2420		2375		2335		
	Total		7105		7275		7684		7725		8786		
	3º Ciclo	Regular	7038	2810	6697	2851	6539	2880	6559	2886	6500	2942	
		Ensino Artístico especializado (regime integrado)	---	---	---	---	---	---	39	---	73	5	
		Cursos Profissionais	---	---	---	29	97	---	---	13	---	16	
		Cursos de aprendizagem	1087	---	2100	---	1664	---	36	---	1139	---	
		Cursos CEF	---	85	---	228	---	267	1280	246	10	269	
		Percursos curriculares alternativos	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
		Cursos EFA	12	---	1551	302	2321	1041	247	214	117	317	
		Ensino Recorrente	370	87	117	20	---	---	---	---	---	---	
		Processos RVCC	---	---	---	---	2379	2273	2655	1633	1761	898	
		Formações modulares	---	---	---	---	---	---	---	74	11	---	
		Ensino público	8507		10465		13000		10816		9611		
		Ensino privado	2982		3430		6461		5066		4447		
		Total	11489		13895		19461		15882		14058		
	Total de alunos do ensino básico regular			30738		30.012		29377		29.076		28511	
	Total de alunos de todas as modalidades do ensino básico			32485		34648		24021		36260		34904	

Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I – Norte



Na sua análise constata-se no ano letivo 2010/11, uma procura significativa da oferta formativa para além do ensino regular quer ao nível do ensino público quer do privado, acentuando-se a frequência na rede pública dos cursos EFA (987 alunos) e dos processos RVCC (415 alunos) no 2º ciclo do ensino básico, e uma maior frequência nos cursos CEF (269 alunos) e os cursos EFA (317 alunos) do 3º ciclo do ensino básico da rede privada.

Relativamente aos anos anteriores, verifica-se ainda um decréscimo na procura dos processos RVCC no 2º e 3º ciclos de ensino básico das redes pública e privada e uma subida nos cursos de aprendizagem no 3º ciclo da rede pública (1.139 alunos). No que concerne aos processos RVCC, a diminuição da sua frequência é também justificada pela gradual extinção dos centros onde estes se desenvolvem.

Outro ponto a sinalizar na análise do quadro acima representado, refere-se ao ensino artístico especializado, nos três ciclos do ensino básico, que sendo ministrado apenas em uma escola, representa 0,9% do universo da população estudantil da rede pública do município do Porto.

Relativamente ao ensino secundário e analisando o quadro 27, podemos aferir que a procura da oferta do ensino regular do sistema de ensino público é ligeiramente mais elevada que no ensino privado. Em termos de frequência, os cursos abaixo designados são os que apresentam um total significativo de alunos, correspondendo a 2% do universo estudantil nos níveis do 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

Destacam-se nas duas redes de ensino, uma ligeira subida na frequência dos cursos científico-humanísticos e nos cursos EFA, no ano letivo 2010/11. Relativamente aos cursos profissionais, a procura no ensino privado (3.227 alunos) é muito superior à do ensino público (1.916 alunos), quase duplicando o total de alunos. O mesmo não se verifica nos cursos de aprendizagem onde a sua frequência incide apenas na rede pública (3.673 alunos), representando uma percentagem de 0,7 do universo estudantil do ensino público.



Quadro 27 - Frequência escolar do ensino secundário das redes pública e privada por níveis, ciclos e modalidades entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11

Níveis	Modalidades	Ano letivo									
		2006/07		2007/08		2008/09		2009/10		2010/11	
		Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.	Púb.	Priv.
Ensino Secundário	Ensino Regular	6025	3095	5440	3345	5181	3343	5226	3270	5306	3459
	Cursos gerais/científico-humanísticos	5175	3036	4834	3345	4742	3275	4816	3195	4782	3389
	Cursos Tecnológicos	850	59	606	---	439	68	410	75	524	70
	Ensino Artístico especializado (regime integrado)	782	94	842	324	843	93	780	102	830	111
	Cursos Profissionais	588	---	1167	2355	1660	2554	1958	2869	1916	3227
	Cursos de aprendizagem	---	111	---	---	1888	---	3081	---	3673	---
	Cursos CEF	41	---	123	131	112	34	168	---	166	---
	Cursos EFA	---	---	650	330	1495	1550	413	880	1387	799
	Ensino Recorrente	1471	1616	728	1255	562	937	436	1152	181	1352
	Processos RVCC	---	---	---	---	2474	2158	1711	1976	755	970
	Formações modulares	---	---	---	---	0	0	1	---	8	---
	Ensino regular público e privado	9120		8785		8524		8496		8765	
	Ensino público	8907		8950		14215		13774		14222	
	Ensino privado	7276		7560		10669		10249		9918	
	Total	16183		16510		24884		24023		24140	

Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I – Norte

Os dados abaixo apresentados (quadro 28) representam todo o universo estudantil do município referente à procura de toda a oferta educativa e formativa acima apresentada, verificando-se que a frequência no ensino público é mais elevada comparativamente ao ensino privado.

Quadro 28 - Total população estudantil da cidade do Porto do pré-escolar ao secundário por anos letivos

Ano letivo	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Ensino público	33651	35607	43256	40340	40170
Ensino privado	22913	23486	29909	27862	26757
Total	56564	59093	73165	68202	66927

Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I - Norte

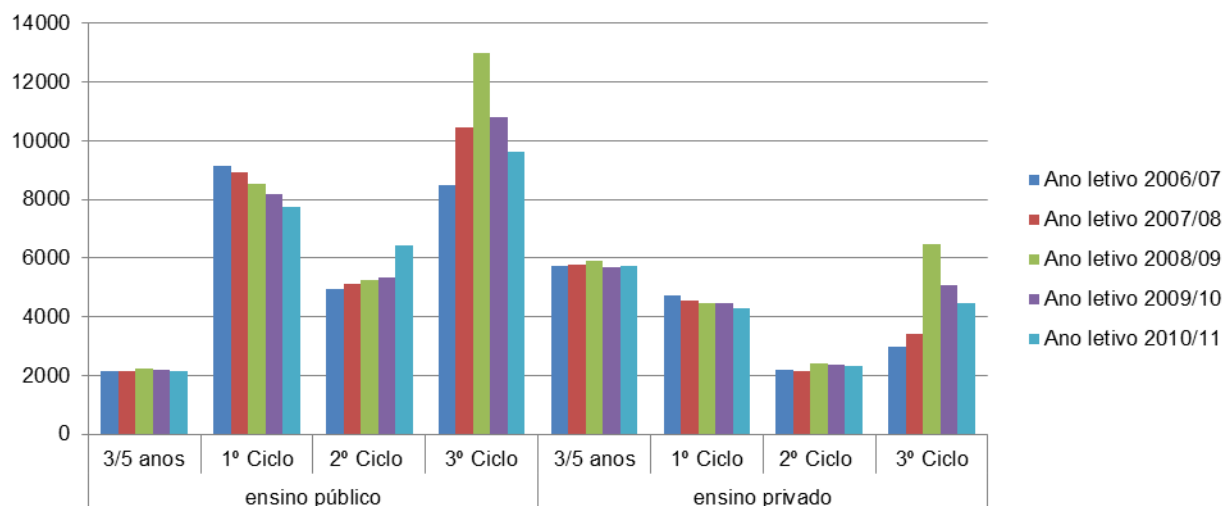


Distribuição da população escolar pelas redes pública e particular do pré-escolar ao 3º CEB

Tendo presente que o objetivo do município em matéria da educação é elevar o nível de escolaridade dos residentes na cidade do Porto, a leitura do gráfico abaixo permite-nos aferir a evolução da frequência escolar do pré-escolar e ensino básico das redes pública e privada entre 2006/07 e 2010/11.

Tal como referido anteriormente, é notório o peso do ensino público em todos os níveis de ensino, sendo que o 1º e 3º CEB da rede pública apresentam uma acentuada evolução ao longo dos anos letivos (gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução da frequência escolar do ensino básico das redes pública e privada entre 2006/07 e 2010/11



Fonte: Relatório Regiões em Números 2010/2011, vol. I - Norte

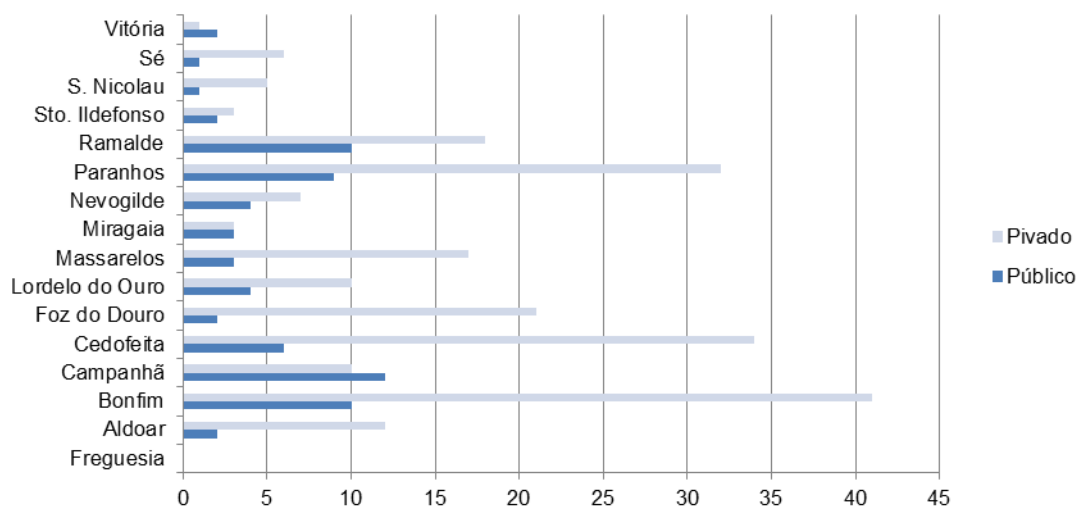
3.3 Oferta educativa e formativa

Relativamente à oferta educativa, o total de estabelecimentos de ensino das redes pública e privada por freguesia é díspar, conforme retratado no gráfico 10.

De salientar que, à exceção das freguesias da Vitória, Miragaia e Campanhã, predomina a existência de estabelecimentos de ensino da rede privada. Destacam-se as freguesias de Miragaia e Campanhã onde a oferta de estabelecimentos da rede pública sobrepõe-se à rede privada.



Gráfico 10 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao ensino secundário das redes pública e privada ano letivo 2012/13 por freguesias

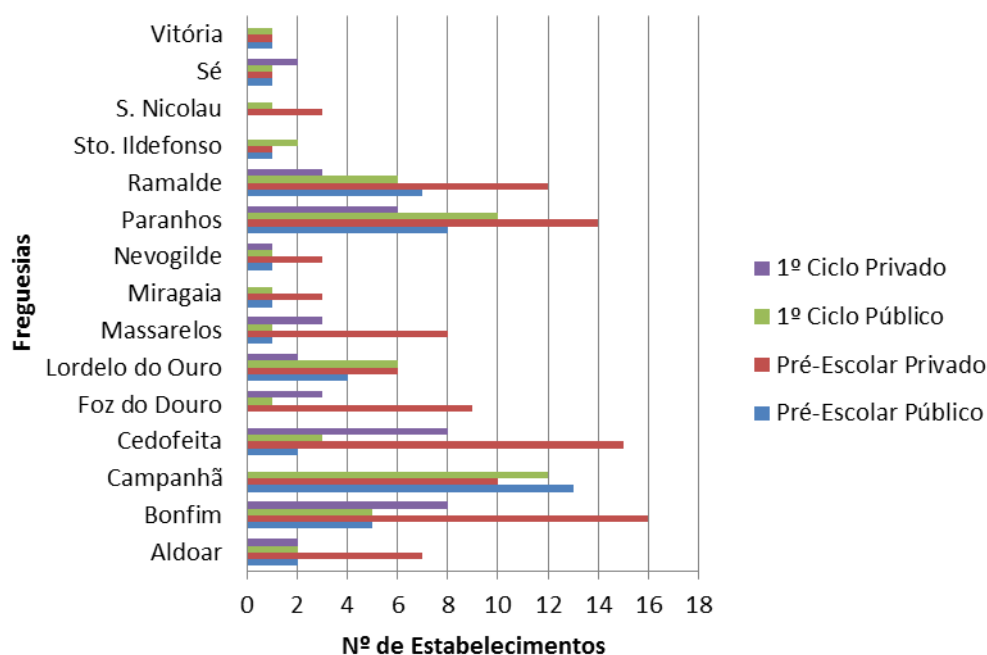


Fonte: MEC – Portal da Educação, Roteiro das Escolas

Comparando os gráficos 10 e 11, predominam as freguesias de Ramalde, Paranhos, Cedofeita, Campanhã e Bonfim com a maior oferta quer ao nível privado quer ao nível público. Relativamente à oferta da rede pública, continuam a destacar-se as freguesias de Vitória e Campanhã.



Gráfico 11 - Distribuição de estabelecimentos do pré escolar e 1º ciclo de ensino público e privado por freguesia no ano letivo 2012/13



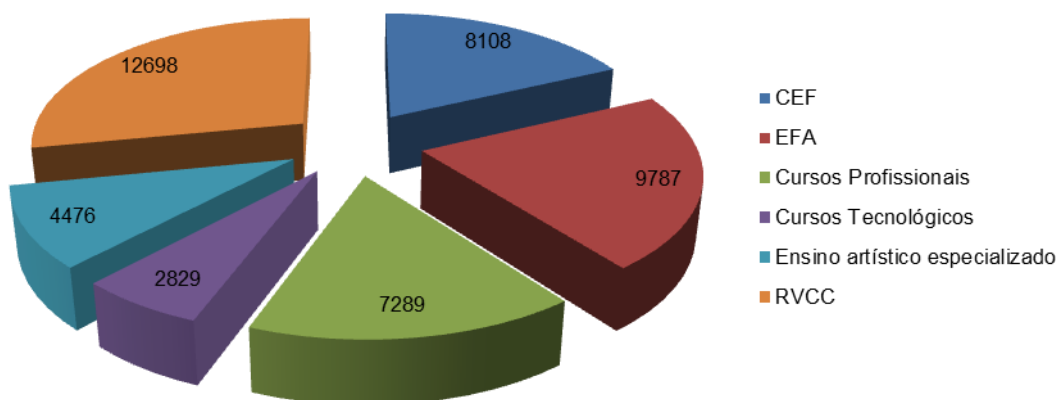
Fonte: MEC – Portal da Educação, Roteiro das Escolas

O sistema educativo determina diferentes modalidades de formação, consoante o propósito educativo, designadamente a vertente do ensino via profissionalizante e preparação para a integração no ensino superior.

Comparativamente ao ensino regular, a oferta formativa ocupa uma posição importante no universo da população estudantil, verificando-se no gráfico 12, uma forte procura dos cursos CEF, EFA e profissionais. Como referenciamos no ponto anterior (quadro 27), os processos RVCC que, entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11, detêm o maior número de alunos comparativamente aos restantes cursos, foram diminuindo ao longo dos anos.



Gráfico 12 - Total de alunos por curso entre os anos letivos 2006/07 e 2010/11 do ensino básico ao secundário



Fonte: Dados retirados do Relatório Regiões em Números, Min. Educação, DGEEC 2010/2011.

Apresenta-se, nos quadros abaixo, a oferta formativa relativamente aos cursos de educação e formação (CEF), profissionais (CP), os cursos de educação e formação de adultos (EFA), e o desenvolvimento da formação pós-secundária das redes pública e privada.

Os cursos de educação e formação (CEF) destinam-se a jovens candidatos ao primeiro emprego, ou a novo emprego, com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 23 anos, em risco de abandono escolar, ou que já abandonaram a via regular de ensino e detentores de habilitações escolares que variam entre o 6.º ano de escolaridade, ou inferior e o ensino secundário.

No quadro 29 estão indicadas as instituições de ensino público e privado que administram estes cursos, verificando-se uma variedade de cursos distribuídos pelos dois subsistemas. À exceção das EBS Carolina Michaëlis e Infante D. Henrique, todas as outras escolas da rede pública constituem as escolas TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) e estão localizadas em freguesias com baixo nível socioeducativo, nomeadamente as freguesias de Campanhã, Ramalde e Lordelo do Ouro.

O mesmo sucede com as escolas do ensino particular e cooperativo, excetuando os colégios D. Duarte e Vieira de Castro, que se encontram numa zona mais privilegiada da cidade.



Quadro 29 - CEFs - Cursos de Educação e Formação – por estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no ano letivo 2012/13

	Escola	Curso
Ensino público	EB Dr. Leonardo Coimbra - Filho	Serviço de Bar
	EBS Ramalho Ortigão	Cuidados e Estética do Rosto e Corpo
	EBS Cerco	Serviço de Mesa
	EBS António Nobre	Cozinha
	EB Nicolau Nasoni	
	EB Viso	Jardinagem e Espaços Verdes
	EBS Carolina Michaëlis /AE Irene Lisboa	Práticas Técnico-Comerciais
	EBS Rodrigues de Freitas/Miragaia	Serviço de Mesa
	EBS Alexandre Herculano	Eletricidade de Instalações
	EBS Fontes Pereira de Melo / AE Maria Lamas	Mecânica de Automóveis Ligeiros
	EBS Infante D. Henrique	Serralharia Mecânica
Ensino particular e cooperativo	EP Centro Juvenil de Campanhã	Práticas Técnico-Comerciais
	EP Infante D. Henrique	Cozinha
	EP Tecnologia Psicossocial do Porto	Geriatricia
	EP Tecnologia Psicossocial do Porto	Auxiliar de Ação Educativa
	EPC Colégio D. Duarte	Desenho Assistido por Computador / Construção Civil
	EPC Colégio Vieira de Castro	Eletromecânica de Equipamentos Industriais
	EPC Externato de "Santa Clara"	Operação de Sistemas Ambientais

Fonte: DGEEC 2012/2013

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) apresentam-se como uma importante estratégia no quadro das políticas de educação e formação ao longo da vida, visando elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas, em diferentes contextos, no sentido de aumentar a competitividade do tecido empresarial, face aos desafios provocados pela globalização da economia e pela inovação tecnológica.

A oferta distribuída pelos estabelecimentos de ensino refere uma maior variedade de cursos no ensino particular e cooperativo.



Quadro 30 - Distribuição de cursos EFA - Educação e Formação de Adultos por estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no ano letivo 2012/13

(Formação Modular Certificada (N.º UFCDx50h))	FMC	Nº Alunos
UNIDADE ORGÂNICA		
Rede pública		400
Escola artística Soares dos Reis	F M	50
Escola básica e secundária Fontes Pereira de Melo	F M	350
Rede privada		800
Escola particular e cooperativa Colégio Vieira de Castro	F M	150
Escola particular e cooperativa Externato Noturno de Santa Clara	F M	150
Escola profissional artística Árvore	F M	50
Escola profissional tecnologia e eletrónica - ESTEL	F M	150
Escola profissional Comércio do Porto	F M	50
Escola profissional Comércio Externo	F M	250

Fonte: ME – DGEE 2012/2013

Os Cursos Profissionais (CP) são uma modalidade de educação, inserida no ensino secundário, que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta o perfil pessoal do aluno, a aprendizagem valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o sector empresarial local.

Salienta-se a variedade da oferta em todo o sistema de ensino (quadro 31), dominada pelo ensino particular e cooperativo, sendo que a média de cursos administrados por estabelecimento de ensino entre o privado e o público é semelhante (3,3% e 3,2% respetivamente), refletindo a aposta das escolas do ensino público na implementação de respostas educativas adaptadas a diferentes perfis de aluno (anexo 2).



Quadro 31 - Cursos Profissionais por estabelecimentos de ensino (EE) da rede pública e privada no ano letivo 2012/13

Rede	Estabelecimentos de ensino (EE)	Nº de cursos	Média de cursos por EE
Rede Pública	EB Dr. Leonardo Coimbra – Filho	1	3,2%
	EBS Cerco	3	
	ES Alexandre Herculano	4	
	ES António Nobre	4	
	ES Artística Soares dos Reis	1	
	ES Carolina Michaelis	2	
	ES D. Filipa de Vilhena	2	
	ES Fontes Pereira de Melo	7	
	ES Infante D. Henrique	5	
	Total	9	-----
Rede Privada	EP Academia Contemporânea do Espetáculo	3	3,3 %
	EP Ballet Teatro Contemporâneo do Porto	2	
	EP Bento Jesus Caraças, Porto	3	
	EP C Est. Trabalho da Pedra – Porto	1	
	EP Centro Juvenil de Campanhã	5	
	EP Comércio Externo	4	
	EP Comércio, Esc. S Porto – Ass. Raul Dória	4	
	EP Comércio do Porto	3	
	EP Economia Social - Academia José M Silva	5	
	EP Escola Artística e Profissional Árvore	6	
	EP Escola de Moda do Porto	2	
	EP Tecnologia e Eletrónica	2	
	EP Instituto Profissional de Tecnologias Avançadas	4	
	EP Instituto Multimédia – IM	3	
	EP Infante D. Henrique	3	
	EP Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	2	
	EP Profitecla – Porto	6	
	EP Tecnologia Psicossocial do Porto	2	
	EPC Externato de Santa Clara	2	
	Total	19	-----

Fonte: DGEEC, 2012/2013

No que concerne à frequência do ensino superior (quadro 32) nos estabelecimentos de ensino público e privado no ano letivo 2010/11, a totalidade de alunos a frequentar o ensino privado é bastante elevada, correspondendo a 64,45% deste universo.



Quadro 32 - Frequência escolar do ensino universitário por estabelecimentos de ensino público e privado no ano letivo 2010/11

Estabelecimento Ensino	Total alunos
Ensino Público	40.968
Universidade do Porto	28.699
Instituto Politécnico do Porto	10.882
Escola Superior de Enfermagem do Porto	1.387
Ensino Privado	76.438
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo	473
Instituto Superior de Educação e Trabalho	93
Universidade Católica Portuguesa	4.439
Escola Superior Artística do Porto	767
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	699
Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria	331
Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais	234
Instituto Superior de Administração e Gestão	663
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas	95
Universidade Fernando Pessoa	3.568
Universidade Lusíada	2.487
Universidade Lusófona do Porto	2.087
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	1.799
Total	117.406

Fonte: DGES, 2010/2011

Apresentam-se ainda os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), uma formação pós-secundária não superior, que visa conferir qualificação de nível 5 e que define os níveis de qualificação de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), sendo ministrados em estabelecimentos de ensino superior e ainda em estabelecimentos de ensino não superior, nomeadamente em:

- **estabelecimentos de ensino secundário** (público e particulares ou cooperativos com autonomia e paralelismo pedagógico);
- **centros de formação profissional** (da rede sob coordenação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, de gestão direta ou participada);
- **escolas tecnológicas** (criadas ao abrigo do despacho conjunto dos Ministros da Indústria e Energia e da Educação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18

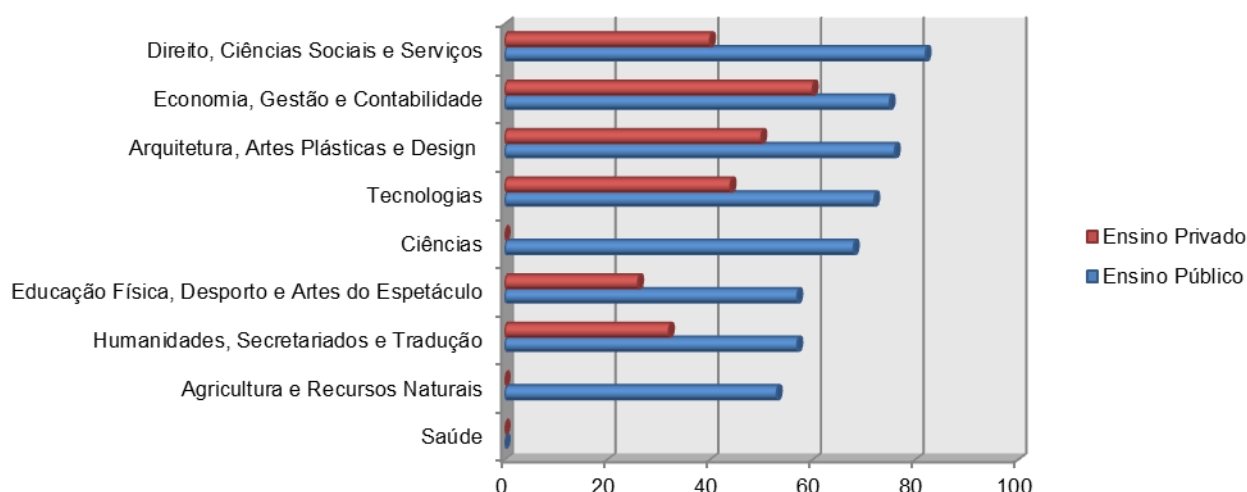


de novembro de 1991, e do despacho conjunto dos Ministros da Indústria e Energia, da Educação e do Emprego e da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, de 7 de outubro de 1995);

- **outras instituições de formação acreditadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.**

A procura de uma especialização no final do ensino secundário é notória no ensino público onde se regista, conforme gráfico 13, uma taxa superior a 45% em todos os cursos, fixando-se a maior percentagem, comparativamente ao ensino privado, na área de “Direito, Ciências Sociais e Serviços” com uma taxa acima dos 80%. Relativamente às áreas das “Ciências” e “Agricultura e Recursos Humanos”, é de evidenciar que o ensino público detém toda a oferta.

Gráfico 13 - Taxa de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) no Ensino Superior em funcionamento em 2010/11



Fonte: DGES e GPEARI

3.3.1 Apoios ao processo educativo

No desenvolvimento de ações na área da educação e no âmbito da promoção de medidas de combate à exclusão social, ao abandono escolar e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, assume especial relevância, a responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência (MEC) de garantir a continuidade dos apoios legalmente estabelecidos aos alunos do ensino básico e secundário, assim como a responsabilidade dos municípios nas seguintes competências:



- a) pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- b) componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;
- c) atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico;
- d) gestão do parque escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- e) ação social escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico;
- f) transportes escolares relativos ao 3º ciclo do ensino básico.

Relativamente a esta matéria a Câmara Municipal do Porto, através do Departamento Municipal de Educação, tem adotado não só as orientações vinculadas pelo MEC, quer quanto às condições de aplicação, quer aos valores mínimos de comparticipação, como implementa diferentes ações/iniciativas que visam assegurar a igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Atividades de Enriquecimento Curricular

Integrado num dos eixos estratégicos do Executivo Municipal, foi concebido o Programa Municipal de Enriquecimento Curricular “Porto de Atividades”, fundamentado pelo Despacho 14460/08 de 26 de maio, alterado e republicado pelo Despacho 6883/11 de 28 de junho, emanado pelo Ministério de Educação e Ciência, que estabelece as orientações inerentes à implementação das atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas de 1.º ciclo da rede pública.

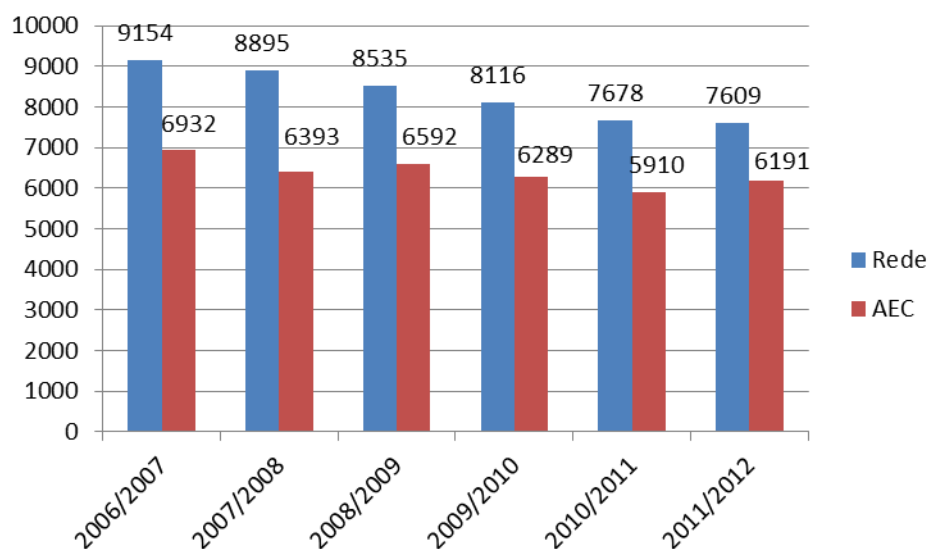
Assim, nas escolas básicas públicas da cidade do Porto, as atividades como a música, o inglês, a atividade física e desportiva e as atividades lúdico expressivas (plástica e dramática, a informática e a matemática), representam as diferentes áreas de enriquecimento curricular do 1.º ciclo deste programa que tem definido como visão, contribuir para a formação global e diversificada dos alunos, fomentando o desenvolvimento de competências relacionadas com a cidadania, participação cívica, responsabilidade e autonomia.

Este programa abrangeu, no ano letivo 2011/12, um total de 6.191 alunos, representando, 81,36% dos alunos matriculados no 1º ciclo.

O número de alunos que frequentam as atividades de enriquecimento curricular (AEC's) têm vindo a sofrer algumas oscilações ao longo destes últimos 6 anos letivos, verificando-se uma aproximação ao número total de alunos das escolas do 1º CEB da rede pública da cidade do Porto (gráfico 14).



Gráfico 14 -Número de alunos a frequentar as atividades enriquecimento curricular entre os anos letivos 2006/07 e 2011/12



Fontes: (Rede) Relatório Regiões em Números 2011, vol. I – Norte e (AEC's) CMP – DME, dados recolhidos da base de dados GAEC em setembro 2011

No que concerne ao número de alunos a frequentar o 1º ciclo, nos dois últimos anos letivos, houve uma redução de 69 alunos. É de referir que nestes últimos anos se tem verificado um decréscimo de alunos que frequentam este ciclo do ensino básico, de acordo com os dados da rede escolar. A frequência baixou dos 9.154 alunos, no ano letivo 2006/07, para 7.609 alunos no ano letivo 2011/12. Isto dever-se-á à tendência de redução da taxa de natalidade, bem como ao aumento da oferta educativa nas áreas de residência, fora do concelho do Porto.

Comparando a taxa de cobertura das atividades de enriquecimento curricular do ano letivo 2011/12 (81,36%) relativamente ao ano letivo anterior (76,97%), verifica-se um aumento de 4,4 pontos percentuais. Note-se que a taxa de cobertura está relacionada com o facto da frequência das AEC's ser facultativa.

O quadro abaixo representa o número de docentes distribuídos por atividade no ano letivo 2011/12.



Quadro 33 - Número de docentes de AEC's por atividade – ano letivo 2011/12

Identificação das Atividades	Nº de Docentes
Música	67
Inglês	81
Atividades lúdico – expressivas (Plástica, Dramática, Matemática, Informática)	31
Atividade Física e Desportiva	108
Total	287

Fonte: CMP – DME, dados recolhidos da base de dados GAEC

Componente de Apoio à Família

A animação socioeducativa surge como estratégia complementar do sistema educativo com base na educação não formal. Intervém, essencialmente, como uma ação educativa que tem como pressupostos básicos privilegiar o prazer de estar e conviver, a disponibilidade, a compreensão, a afetividade, a satisfação e o bem-estar. O prolongamento de horário escolar é uma componente não pedagógica de apoio à família que visa enriquecer o plano pedagógico escolar como um complemento ocupacional de qualidade. É exemplo disso a Componente de Apoio à Família (CAF) no pré-escolar e no 1º ciclo do ensino público.

A qualidade dessa componente passa pelo envolvimento e pela formação de todos os adultos intervenientes na educação das crianças, no âmbito das atividades que se realizam no estabelecimento de ensino.

A CAF no 1º ciclo do ensino básico, prevista no Despacho 14460/08, é uma resposta social às crianças e às famílias que reforça a generalização do conceito de escola a tempo inteiro. Assim, tem sido objetivo do município do Porto apoiar a promoção desta resposta junto das diferentes entidades, entre as quais as Juntas de Freguesia e Associações de Pais, em colaboração e articulação com os agrupamentos de escolas. Esta resposta social destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois das atividades curriculares e de enriquecimento e/ou durante os períodos de interrupção das atividades letivas no 1º ciclo.

O papel do município é colaborar e sensibilizar para que esta resposta seja proporcionada nas instalações das escolas, disponibilizando salas e outros espaços, tal como os centros de recursos, salas de aula e salas polivalentes, indo assim de encontro às necessidades das famílias.

Durante o ano letivo 2011/12 foi implementada a CAF em 21 escolas e formalizados contratos com Juntas de Freguesia e Associações de Pais.



No âmbito da Lei-quadro da educação pré-escolar (Lei 5/ 97, de 10 de Fevereiro) é assinado, anualmente, um Acordo de Cooperação da Educação Pré- Escolar, que tem por objeto a prestação de serviços vocacionados ao atendimento à criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

O Acordo de Cooperação permite identificar o número de crianças que frequentam a componente letiva e a componente de apoio à família (refeições e prolongamento), o pessoal não docente que exerce funções nos jardins de infância e a quantidade de salas de atividades e da componente de apoio à família. O quadro abaixo indica a evolução nestes últimos quatro anos letivos do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré escolar.

Quadro 34 - Distribuição de salas, pessoal não docente e alunos entre os anos letivos 2009/10 a 2012/13 - CAF

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Salas de JI	103	104	108	104
Assistentes Técnicos	51	56	63	67
Assistentes Operacionais	46	60	74	91
Alunos/Tempo Letivo	2101	2069	2196	2249
Alunos/CAF	1292	1150	1134	1056

Fonte: CMP – DME, dados recolhidos da base de dados CAF

A taxa de cobertura na componente de apoio à família no ano letivo 2012/13 é de 47%.
Constata-se que a frequência de crianças tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 4 anos, verificando-se um decréscimo neste período de 236 crianças.

A frequência na componente de apoio à família tem uma distribuição heterogénea, verificando-se maior frequência nos jardins de infância de proximidade aos locais de trabalho dos encarregados de educação, do que naqueles que se localizam preferencialmente nas áreas de residência, onde a frequência é quase nula.

3.4 Ação Social Escolar

A Ação Social Escolar (ASE), enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos, destina-se a crianças e jovens oriundos de famílias em situação socioeconómica desfavorecida que frequentam a educação pré-escolar e as modalidades dos ensinos básico e secundário em



estabelecimentos de ensino público ou particular e cooperativo em regime de contrato de associação.

A atribuição dos apoios da ASE é da responsabilidade do Ministério de Educação e Ciência (MEC) em todos os graus de ensino, à exceção do pré-escolar e do 1º CEB, cuja gestão é da competência dos municípios, pelos D.L. nº 399 - A/34 de 28 de dezembro e Lei 159/99, de 14 de setembro. Os valores mínimos a atribuir são anualmente definidos, tendo como documentos orientadores, no ano letivo 2012/13, o Despacho nº. 12284/2011 de 19 de setembro e o Despacho nº. 11886-A/2012 de 6 de setembro. O quadro abaixo aponta os valores atribuídos por escalão no ano letivo 2012/13.

Quadro 35 - Valores atribuídos pelo município no ano letivo 2012/13

Ano de escolaridade	Escalão A	Escalão B
Pré-escolar	€40,00	€28,50
1º	€40,00	€28,50
2º	€40,00	€28,50
3º	€45,80	€45,80
4º	€45,80	€45,80

Fonte: CMP – DME, dados recolhidos da base de dados ASE

Para efeitos de atribuição do abono de família nos termos do artigo 10º do D.L. nº 55/2009, de 2 de março e artigos 9.º e 14.º do D.L. nº 176/2003, de 2 de agosto, são comunicadas ao Departamento Municipal de Educação com vista ao processamento dos subsídios em causa, todas as crianças, cujos agregados familiares se encontram inseridos nos escalões de apoio - 1.º e 2.º.

Quadro 36 - Número de alunos SASE do pré-escolar e 1º CEB nos anos letivos 2011/12 e 2012/13

	Escalão A		Escalão B
	JI/1º/2º anos	3º/4º anos	JI / 1º CEB
2011/12	1467	1108	1580
2012/13	1912	1180	1395

Fonte: Fonte: CMP – DME, dados recolhidos da base de dados ASE



Comparativamente à taxa de cobertura na componente de apoio à família que tem vindo a diminuir, verifica-se um aumento nas crianças abrangidas pelo escalão A, que frequentam o pré-escolar e o 1º e 2º ano do 1º ciclo (quadro 36), e um decréscimo no escalão B, justificado pelo aumento de famílias carenciadas.

Consciente das suas responsabilidades nesta matéria, o município do Porto tem vindo, de forma crescente, a desenvolver outros Apoios Complementares no âmbito da Ação Social Escolar, nomeadamente:

- **Escola Solidária:** consolida-se na abertura de cantinas escolares durante os períodos de pausas letivas, garantindo que todas as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico possam ter acesso à refeição de almoço completa, nesse período de pausa letiva. Podem usufruir deste serviço, mesmo que não frequentem um estabelecimento de ensino da rede pública do Porto, os irmãos dos alunos com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos. No ano letivo 2012/13 estão inscritos 164 alunos.
- **Regime da Fruta e Lanche Escolar:** comparticipação de fornecimento de fruta às crianças do 1º ciclo do ensino básico dois dias por semana. O município suporta a distribuição do lanche escolar nos restantes três dias da semana. No ano letivo 2012/13 foram abrangidos 7.376 alunos.
- **Kit Escolar:** oferta de um Kit de material escolar entregue no 1º dia de aulas de cada ano letivo e composto por mochila, canetas, lápis (cores) estojo, régua, borracha, aguça, capa de arquivo, cadernos, entre outros. No ano letivo 2012/13 foram distribuídos 2.400 Kits.
- **Kit Natação:** oferta de um Kit constituído por mochila, toalha branca lisa, touca, óculos de piscina e par de chinelos, aos alunos do 3º e 4º anos, que frequentam esta atividade de enriquecimento curricular desenvolvida nas piscinas municipais, sendo o transporte das crianças assegurado pela Câmara Municipal do Porto.

Os dados referentes ao ensino básico do 2º e 3º ciclos, assim como ao ensino secundário, não estão concluídos por falta de informação de alguns agrupamentos de escola, obtendo respostas de cinco agrupamentos (quadro 37). No que se refere aos dados dos dois últimos anos letivos, conforme quadro abaixo, os alunos abrangidos pelo escalão A subiu, à semelhança do que acontece no 1º CEB.



Quadro 37 - Número de alunos SASE do 2º e 3º CEB e secundário entre os anos letivos 2011/12 e 2012/13

Escalão		2011/12			2012/13		
		A	B	C	A	B	C
Ensino Regular	Secundário Regular	331	15	0	337	2	0
	3º CEB	507	132	0	569	63	0
	2ª CEB	430	54	0	408	44	0
Ensino Artístico	Secundário	0	6	0	1	9	0
	3º CEB	4	18	6	11	14	3
	2ª CEB	6	16	4	9	8	3
CEF		47	23	30	91	38	39
Secundário Profissional		87	65	45	91	69	34

Fonte: Fonte: CMP – DME, dados recolhidos da base de dados ASE

3.5 Avaliação externa das escolas

No âmbito do Projeto Educativo Municipal entendeu-se como fonte enriquecedora de informação sobre a realidade das escolas e dos seus contextos, os relatórios da avaliação externa das escolas produzidos pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC). Assim, efetuou-se uma consulta a estes documentos, a fim de conhecer os resultados destas avaliações respeitantes às escolas do concelho do Porto, efetuadas no período 2006 a 2011.

A informação que se apresenta a este respeito foi recolhida a partir dos dados disponíveis no *site* da IGEC, onde podem ser consultados os relatórios globais desta atividade, desde o relatório do projeto-piloto levado a cabo, em 2006, pelo Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas, aos relatórios de 2006/07, 2007/08, 2008/09, 2009/10 e 2010/11, e ainda o relatório final de ciclo.

De referir que a metodologia de trabalho seguida nas avaliações externas baseou-se na análise documental, na análise da informação estatística, na aplicação de questionários de satisfação e respetiva análise dos resultados, na observação direta e na realização de entrevistas de painel.

A Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) realizou 28 avaliações externas a agrupamentos / conservatório / escolas secundárias / escolas artísticas da cidade do Porto, no período compreendido entre 2006 a 2012.

Todas as informações estão publicadas no portal oficial do IGEC (www.ige.min-edu.pt).



Em termos metodológicos entendemos não incorporar neste ponto informação de todas as escolas avaliadas, tendo sido selecionadas as que a seguir se apresentam:

- Escola Artística de Soares dos Reis
- Conservatório de Música do Porto
- Escola Secundária Filipa de Vilhena
- Agrupamento de Escolas do Cerco
- Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra (Filho)
- Agrupamento de Escolas do Amial (nome atual: Pêro Vaz de Caminha)
- Agrupamento de Escolas de Manoel de Oliveira
- Agrupamento de Escolas do Viso
- Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade
- Agrupamento Vertical de Clara de Resende

O critério que esteve na base desta seleção - que integra 1 escola artística; 1 conservatório; 1 escola secundária e 7 agrupamentos de escolas - teve em conta a atual configuração da rede escolar do concelho do Porto (uma vez que a informação dos relatórios sobre os restantes 18 agrupamentos de escolas está desfasada da realidade atual, ocasionada pelo reordenamento da rede em 2012).

Os conteúdos extraídos encontram-se nas tabelas do anexo 3, que integram informação atinente à avaliação por **domínios** e uma **análise Swot**.

•Tipo de domínios ponderados:

- **resultados** (Resultados académicos: evolução dos resultados internos contextualizados; evolução dos resultados externos contextualizados; qualidade do sucesso; abandono e desistência. Resultados sociais: participação na vida da escola e assunção de responsabilidades; cumprimento das regras e disciplina; formas de solidariedade; impacto da escolaridade no percurso dos alunos. Reconhecimento da comunidade: grau de satisfação da comunidade educativa; formas de valorização dos sucessos dos alunos; contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente.);

- **prestação do serviço educativo** (Planeamento e articulação: gestão articulada do currículo; contextualização do currículo e abertura ao meio; utilização da informação sobre o percurso escolar dos alunos; coerência entre ensino e avaliação; trabalho cooperativo entre docentes. Práticas de ensino: adequação das atividades educativas e do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos; adequação dos apoios às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais; exigência e incentivo à melhoria de desempenhos; metodologias ativas e experimentais no ensino e nas aprendizagens;



valorização da dimensão artística; rendibilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens; acompanhamento e supervisão da prática letiva. Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens: diversificação das formas de avaliação; aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação; monitorização interna do desenvolvimento do currículo; eficácia das medidas de apoio educativo; prevenção da desistência e do abandono.);

- **Liderança e gestão** (Liderança: visão estratégica e fomento do sentido de pertença e de identificação com a escola; valorização das lideranças intermédias; desenvolvimento de projetos, parcerias e soluções inovadoras; motivação das pessoas e gestão de conflitos; mobilização dos recursos da comunidade educativa. Gestão: critérios e práticas de organização e afetação dos recursos; critérios de constituição dos grupos e das turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço; avaliação do desempenho e gestão das competências dos trabalhadores; promoção do desenvolvimento profissional; eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa. Autoavaliação e melhoria: coerência entre a autoavaliação e a ação para a melhoria; utilização dos resultados da avaliação externa na elaboração dos planos de melhoria; envolvimento e participação da comunidade educativa na autoavaliação; continuidade e abrangência da autoavaliação; impacto da autoavaliação no planeamento, na organização e nas práticas profissionais.).

Ao analisar classificação que o IGEC atribuiu a cada um destes domínios, utilizando uma escala qualitativa de *insuficiente; suficiente; bom; muito bom; excelente* percebe-se o seguinte:

De uma forma geral e analisando a *moda* destas avaliações, a classificação de “bom” é a mais atribuída, não se encontrando nenhum “excelente” em nenhum dos domínios estipulados.

Face ao domínio *resultados*, é de assinalar a existência de uma escola/agrupamento que obteve a avaliação de insuficiente, o que se revelou ser excecional em relação à totalidade das avaliações consideradas.

Apesar do equilíbrio mediano das classificações, poderemos notar uma ligeira subida nas notas qualitativas atribuídas ao domínio da *liderança e gestão*, outrora desdobrado em três domínios: *organização e gestão escolar, liderança, capacidade de autorregulação e melhoria*; sendo este último domínio, aquele que auferiu pior classificação por comparação com os dois primeiros.

Genericamente, não se consegue definir um domínio que se destaque apenas pela positiva ou pela negativa, apenas podendo referir o domínio dos *resultados* como sendo o domínio que menor classificação obteve e os domínios da *liderança e da organização e gestão escolar* como os domínios melhor classificados por parte do IGEC nas avaliações externas às escolas/agrupamentos da cidade do Porto.



Análise Swot

No anexo 3 podemos observar os *pontos fortes* (atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos); *pontos fracos* (atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos); *oportunidades* (condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos) e *ameaças/constrangimentos* (condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos) conferidos a cada escola.

Uma breve reflexão acerca do conteúdo das *swot's* das várias escolas fornece-nos a dimensão da singularidade das realidades escolares.

Percebe-se através da análise destas *swot's* que cada escola é um universo próprio resultante de aspetos relacionados com o meio sociocultural onde se insere; com o seu espaço físico em termos de conservação e em termos funcionais; com as dinâmicas inter-relacionais extraescolares associadas a posturas e comportamentos do corpo docente, não docente e discente, e extraescolares (capacidade de estabelecer parcerias com os restantes agentes educativos); com aspetos organizacionais e pedagógicos.

Cada um destes aspetos/fatores vai sendo mencionado e pontuado de forma diferenciada, ora como constrangimento ou ponto fraco, ora como potencialidade ou ponto forte em cada escola, não se configurando no entanto, de uma forma geral, tendências de similaridade nessas apreciações o que nos remete para a máxima que “cada escola é uma escola!”.



3.6 Sucesso Educativo

Neste ponto do diagnóstico do Projeto Educativo Municipal do Porto, intitulado “Sucesso Educativo”, pretende-se apresentar uma análise sobre a problemática do insucesso escolar no Porto.

Nesta análise procurou-se efetuar comparações em termos temporais e espaciais, de forma a compreender tendências evolutivas e posições entre unidades territoriais, situando o concelho do Porto no contexto do Continente e do Grande Porto. Tendo em conta os dados mais recentes do Ministério da Educação, analisa-se a realidade recente reportada a 2010/11, comparada sempre que possível com a realidade em 2006/07 (ano de publicação da Carta Educativa). Através dos dados do INE analisa-se informação de 2011 comparada com informação de 2001 e de 1991.

Entendendo que a problemática do sucesso/insucesso escolar é complexa e multifacetada, requerendo abordagens analíticas compósitas, neste ponto encontra-se também um apontamento de nível qualitativo tendo como ponto de partida as perceções de interlocutores privilegiados inscritas na Carta Educativa do Porto, 2007, articuladas com aquilo que são as principais conceções teóricas atuais sobre a matéria.

3.6.1 Dimensão quantitativa

A dimensão do insucesso/sucesso escolar requer a comparação e a análise articulada de um conjunto de indicadores essenciais, para os quais ainda não existem dados disponíveis na sua totalidade desagregados ao concelho¹.

Tendo em conta a informação estatística mais atual e acessível, apresentamos dados concernentes a taxas de retenção e desistência, de transição/conclusão, de abandono escolar e de escolarização, que se encontram disponíveis nas fontes oficiais.

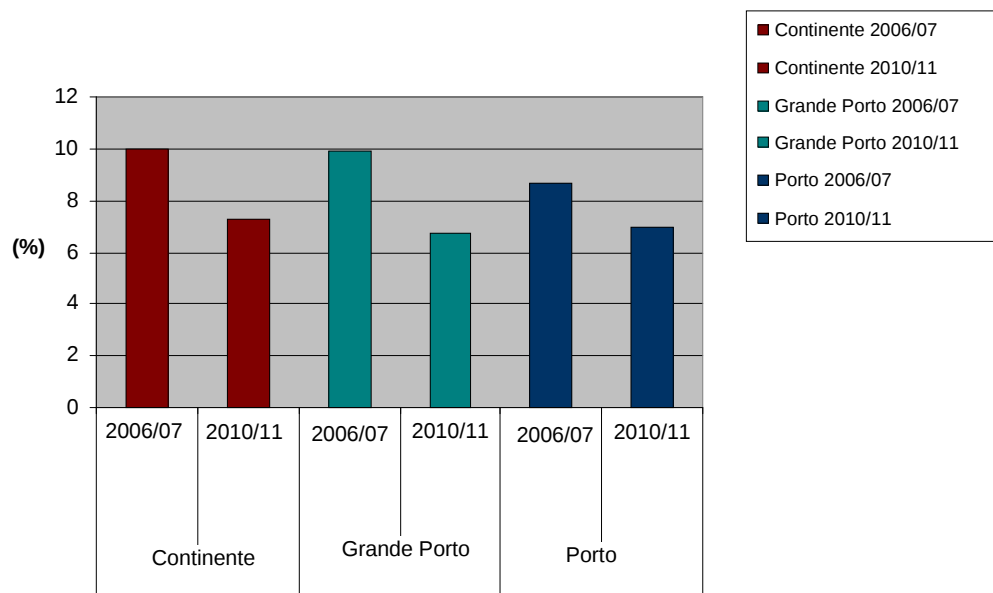
Taxa de retenção e desistência

O indicador de resultados escolares medido pela taxa de retenção e desistência revela que esta assume em termos globais uma tendência decrescente entre 2006/07 e 2010/11 no Porto, no Grande Porto e no Continente (gráfico 15), tendência esta que ocorre quer no conjunto do ensino básico em termos gerais, quer no ensino secundário (quadro 38).

1 Indicadores essenciais para medição do insucesso escolar: taxa de retenção e desistência; taxa de retenção e desistência por insucesso; por abandono; por absentismo; taxa de abandono escolar; taxa de abandono/saída escolar precoce; taxa de saída antecipada; taxa de transição de ano (do 2º ao 12º); taxa de conclusão de ciclo; taxa real de pré-escolarização (aos 3, 4 e 5 anos); taxa bruta de escolarização (ensino básico e ensino secundário) comparada com a taxa real de escolarização (ensino básico e ensino secundário).



Gráfico 15 – Taxas de retenção e desistência no ensino básico em 2006/07 e 2010/11 por unidade territorial



Fonte: Dados trabalhados a partir do Relatório Regiões em Números, Min. Educação, DGEEC, 2010/2011

Analisando o fenómeno por ciclo de ensino (quadro 38), a posição do concelho do Porto em 2010/11 é na generalidade próxima das realidades do Continente e do Grande Porto, notando-se alguma disparidade de resultados ao nível do 2º ciclo, embora pouco significativa, apresentando o Porto uma taxa de retenção mais elevada em 1,6 pontos percentuais face ao Grande Porto e em 1,1 pontos percentuais face ao Continente.

Situação inversa ocorre nos ciclos de ensino subsequentes, apresentando o Porto, taxas de retenção mais baixas relativamente ao Continente, em 2,1 pontos percentuais no 3º ciclo e em 2,5 pontos percentuais no secundário e face ao Grande Porto em e 1,2 pontos percentuais, no 3º ciclo e em 1,0 ponto percentual no secundário, relativamente ao ano letivo 2010/11.



Quadro 38 - Taxas de retenção e desistência por ciclo de ensino, unidade territorial e ano letivo

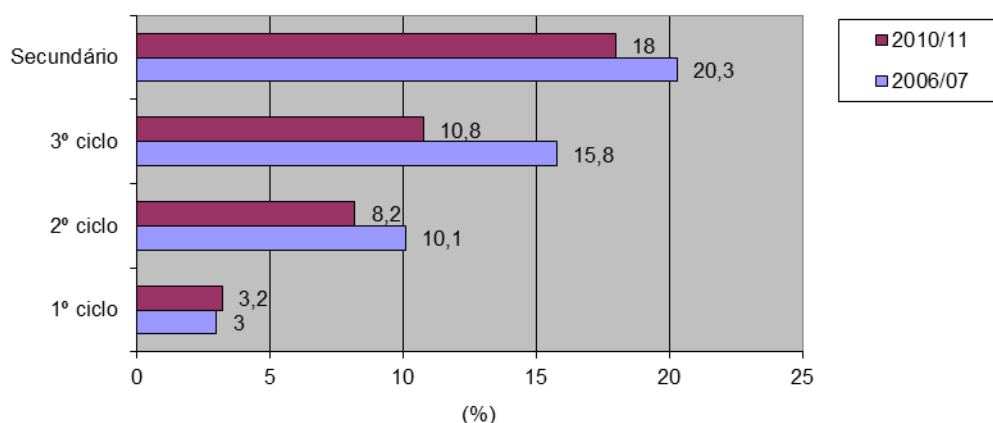
Unidades Territoriais	Ano letivo							
	2006/07				2010/11			
	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Sec.	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Sec.
Continente	3,9	10,3	18,4	24,6	3,2	7,1	12,9	20,5
Grande Porto	3,1	10,2	19,0	22,3	2,8	6,6	12,0	19,0
Porto	3,0	10,1	15,8	20,3	3,2	8,2	10,8	18,0

Fonte: Dados trabalhados a partir do Relatório Regiões em Números, Min. Educação, DGEEC, 2010/2011

Analisando a evolução do fenómeno em termos temporais entre 2006/07 e 2010/11, percebe-se que a retenção e desistência escolar no concelho do Porto assume uma tendência decrescente em quase todos os ciclos de ensino à exceção do 1º ciclo do ensino básico, que apresenta valores de 3,0 % em 2006/07 e de 3,2 % em 2010/11 (gráfico 16), muito embora esta taxa esteja equiparada à que o Continente apresenta em 2010/11.

Ressalta-se que é no 3º ciclo do ensino básico que se assinala a maior quebra de retenção, em 5,0 pontos percentuais, seguida do ensino secundário com uma diminuição de 2,3 pontos percentuais e do 2º ciclo com uma quebra de 1,9 pontos percentuais.

Gráfico 16 - Taxas de retenção e desistência no concelho do Porto em 2006/07 e 2010/11 por ciclo de ensino



Fonte: Dados trabalhados a partir do Relatório Regiões em Números, Ministério da Educação, DGEEC, 2010/2011



Comparando tendências temporais entre unidades territoriais, observa-se que no Continente e no Grande Porto, entre 2006/07 e 2010/11, a evolução do fenómeno da retenção e desistência escolar sofre uma quebra em todos os ciclos de ensino incluindo o 1º ciclo do ensino básico, que no Porto assume tendência oposta, conforme já referido (quadro 38).

É de frisar que tal como no concelho do Porto, no Continente e no Grande Porto, o decréscimo mais acentuado na taxa de retenção, ocorre no 3º ciclo do ensino básico com uma quebra respetivamente de 5,5 e 7,0 pontos percentuais.

Taxa de transição e conclusão

Medindo o sucesso/insucesso escolar através da taxa de transição e conclusão percebemos que este índice em termos totais aumentou do ano letivo 2006/07 para o ano letivo 2010/11 nas três unidades territoriais analisadas (concelho do Porto, Grande Porto e Continente), quer no conjunto do ensino básico, quer no ensino secundário (quadros 39, 40, 41 e 42).

Particularizando a análise ao ciclo de estudos face à situação em 2010/11, não se verificam disparidades significativas entre a realidade do Porto e as realidades do Grande Porto e Continente, sendo no entanto de salientar que no 3º ciclo do ensino básico, o Porto apresenta maior taxa de transição e conclusão que o Grande Porto e o Continente, com 89,2%; 88,0% e 87,1%, respetivamente (quadro 39), ocorrendo situação inversa no 2º ciclo, apresentando o Porto uma taxa de 91,8%, o Grande Porto 93,4% e o Continente 92,9%.

No 1º ciclo, as taxas de transição e conclusão surgem muito equiparadas nas 3 unidades territoriais (quadro 39).

Quadro 39 - Taxas de transição/conclusão segundo o ciclo de estudos e ano de escolaridade em 2010/11 (ensino público e privado)

Unidades territoriais	Total	1º Ciclo					2º Ciclo			3º Ciclo (1)			
		Total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	5º ano	6º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano
Continente	92,7	96,8	100,0	93,6	97,6	96,4	92,9	92,8	92,9	87,1	85,0	90,0	86,4
Grande Porto	93,3	97,2	100,0	95,0	98,0	96,2	93,4	93,9	92,9	88,0	86,4	91,0	86,6
Porto	93,0	96,8	100,0	94,0	97,9	95,5	91,8	92,5	91,1	89,2	87,8	93,0	86,7

Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC

Nota (1) – Inclui os cursos profissionais



Quadro 40 - Taxas de transição/conclusão segundo o ciclo de estudos e ano de escolaridade em 2006/07 (ensino público e privado)

Unidades territoriais	Total	1º Ciclo					2º Ciclo			3º Ciclo (1)			
		Total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	5º ano	6º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano
Continente	90,0	96,1	100,0	92,5	96,8	95,5	89,7	90,0	89,5	81,6	79,4	85,9	79,8
Grande Porto	90,1	96,9	100,0	94,4	97,8	95,6	89,8	90,5	89,1	81,0	77,5	86,0	80,1
Porto	91,3	97,0	100,0	95,0	97,4	95,6	89,9	90,7	89,1	84,2	79,4	88,7	85,1

Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC

Nota (1) – Inclui os cursos profissionais

No ensino secundário a taxa de transição e conclusão em 2010/11 assume na generalidade uma tendência mais baixa nas três unidades territoriais por comparação com as taxas inerentes aos três ciclos do ensino básico (quadros 39 e 41).

Particularizando a análise das taxas de transição/conclusão no ensino secundário, segundo a orientação curricular, percebe-se que o Porto apresenta uma taxa de transição e conclusão mais elevada que o Grande Porto e Continente nos Cursos Gerais, assumindo um valor acrescido em 3,2 pontos percentuais em relação ao Grande Porto e 5,0 pontos percentuais em relação ao Continente. Situação inversa ocorre em relação aos Cursos Tecnológicos e Profissionais em que o Porto apresenta uma taxa mais baixa em relação ao Grande Porto e ao Continente em 2,2 e 1,2 pontos percentuais, respetivamente (quadro 41).

Quadro 41 - Taxas de transição/conclusão no ensino secundário segundo a orientação curricular e o ano de escolaridade em 2010/11 (ensino público e privado)

Unidades Territoriais	Orientação Curricular											
	C. Gerais Tecnológicos e Profissionais				Cursos Gerais				Cursos Tecnológicos e Profissionais			
	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Total	10º ano	11º ano	12º ano
Continente	79,5	82,6	89,2	65,7	78,0	82,5	87,0	63,4	81,9	82,8	92,8	69,5
Grande Porto	81,0	83,0	89,5	70,0	79,8	82,7	87,8	67,9	82,9	83,5	92,1	73,1
Porto	82,0	83,4	89,9	72,4	83,0	85,2	88,8	74,4	80,7	81,0	91,5	69,5

Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC



Quadro 42 - Taxas de transição/conclusão no ensino secundário segundo a orientação curricular e o ano de escolaridade em 2006/07 (ensino público e privado)

Unidades Territoriais	Orientação Curricular											
	C. Gerais Tecnológicos e Profissionais				Cursos Gerais				Cursos Tecnológicos e Profissionais			
	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Total	10º ano	11º ano	12º ano	Total	10º ano	11º ano	12º ano
Continente	75,4	80,1	84,1	63,3	76,3	82,5	84,0	63,4	71,3	67,4	84,7	62,8
Grande Porto	77,7	81,7	86,0	66,5	78,4	82,8	85,6	67,7	74,9	76,7	87,2	62,3
Porto	79,7	83,4	85,9	71,7	81,2	85,5	86,4	73,3	66,4	60,1	82,5	57,4

Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC

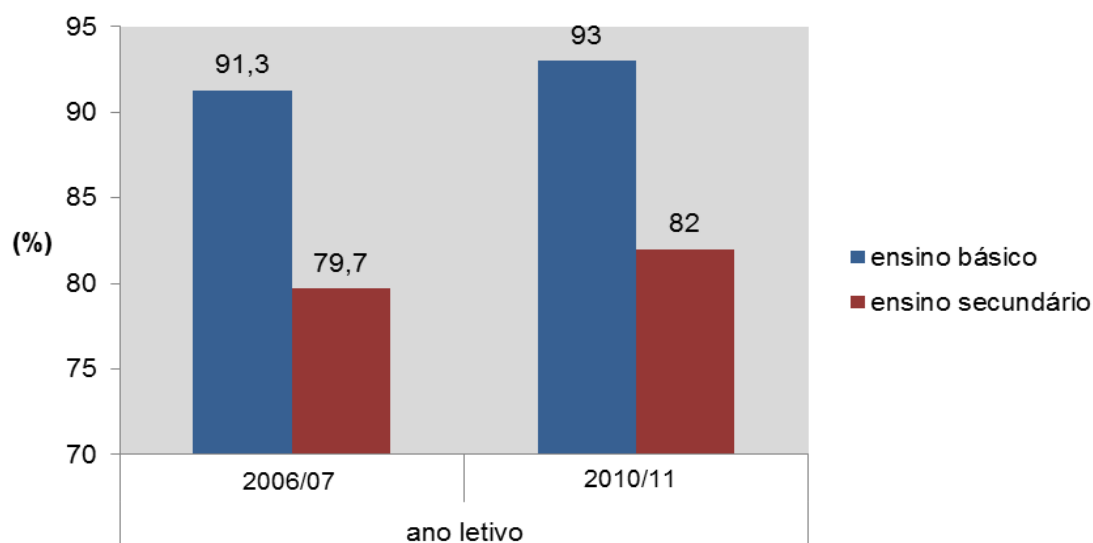
Vejamos em pormenor como a situação evoluiu de 2006/07 para 2010/11 no concelho do Porto.

É notório como, tanto em 2006/07 como em 2010/11, se mantém uma superioridade em termos de transição/conclusão no conjunto do ensino básico por comparação com o ensino secundário. Em 2006/07 as percentagens de alunos que, no final de um ano letivo obtiveram aproveitamento podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte, no conjunto do ensino básico foi de 91,3% e de 79,7% no ensino secundário, observando-se uma tendência equiparada em 2010/11, com taxas de transição/conclusão de 93% no conjunto do ensino básico e de 82% no ensino secundário (gráfico 17).

É de salientar a melhoria do índice de transição/conclusão nas realidades temporais observadas registando-se em 2010/11 um aumento em 1,7 pontos percentuais no ensino básico e de 2,3 pontos em relação a 2006/07.



Gráfico 17 - Taxa de transição/conclusão no Porto no conjunto do ensino básico e do ensino secundário em 2006/07 e 2010/11

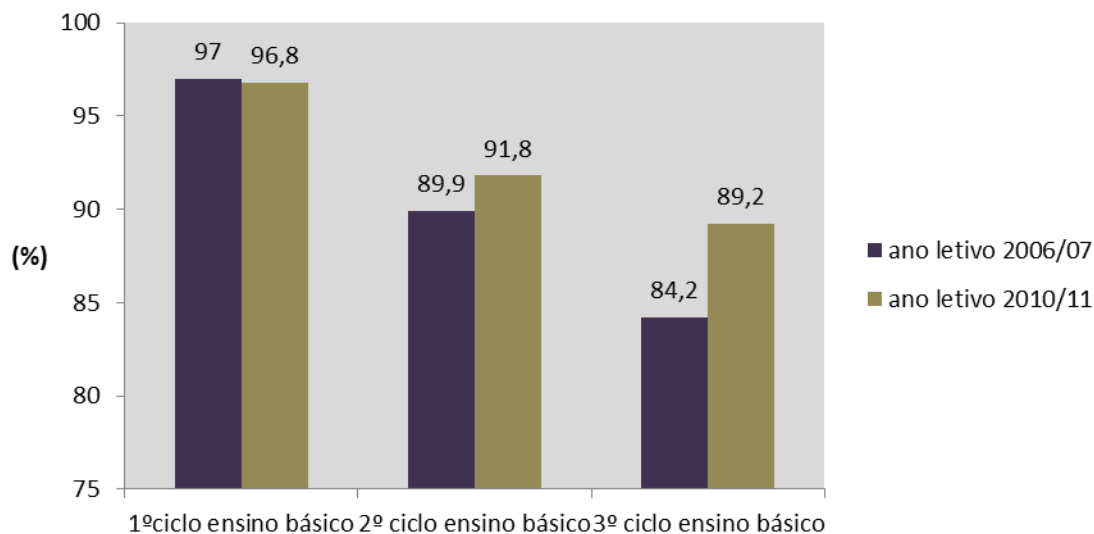


Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC

Em termos de disparidades na evolução da taxa de transição/conclusão por ciclos do ensino básico verifica-se que nas realidades de 2006/07 e 2010/11 a tendência é existirem taxas mais elevadas no 1º ciclo e mais baixas no 3º ciclo (gráfico 19). É de salientar nesta trajetória temporal a diminuição embora ligeira de 0,2 pontos percentuais na taxa de transição/conclusão em 2010/11 por relação a 2006/07 contrariamente ao ocorrido nos restantes ciclos em que se verifica um aumento de 1,9 pontos percentuais no 2º ciclo e de 5,0 pontos percentuais no 3º ciclo (gráfico 18).



Gráfico 18 – Taxa de transição/conclusão no Porto segundo os ciclos do ensino básico em 2006/07 e 2010/11



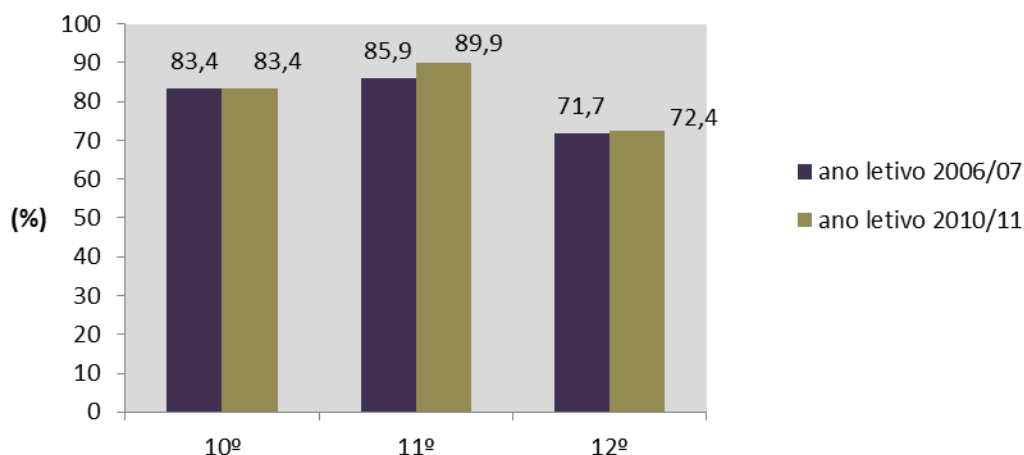
Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC

Em termos de evolução da taxa de transição/conclusão no ensino secundário por ano de escolaridade comparando 2006/07 e 2010/11 é de assinalar a melhoria ocorrida ao nível do 11º ano onde se regista um aumento na taxa em 4,0 pontos percentuais; interessa ainda assinalar a melhoria, embora menos significativa em termos estatísticos, de 0,7 pontos percentuais no 12º ano.

Ao nível do 10º ano, a taxa não sofreu alterações (gráfico 19).



Gráfico 19 - Taxa de transição/conclusão no Porto no ensino secundário por ano de escolaridade em 2006/07 e 2010/11



Fonte: Dados trabalhados a partir de informação do Ministério da Educação, DGEEC

Taxas de escolarização

Analisando o fenómeno da escolarização através da participação de alunos no sistema de ensino, percebe-se que a pré-escolarização no Porto, em termos brutos, é superior no ano de 2011 à pré-escolarização no Continente e no Grande Porto. Em termos reais e ao nível dos 4 anos de idade também se observa, no Porto, uma taxa superior em 4,1 pontos percentuais por relação ao Grande Porto e em 3,7 pontos percentuais por relação ao Continente. Ao nível dos 5 anos observam-se taxas equivalentes nas três unidades territoriais (quadro 43).

Quadro 43 - Taxas de pré-escolarização em 2011

Unidades Territoriais	Taxa bruta de pré-escolarização 3-5 anos	Taxa real de pré-escolarização nos 4 anos	Taxa real de pré-escolarização nos 5 anos
Continente	87,3	77,3	83,2
Grande Porto	85,4	76,9	83,7
Porto	94,0	81,0	83,4

Fonte: Dados do INE trabalhados a partir de informação da CCDRN – Relatório Escolarização na Região do Norte, Março 2013 (anexo2)



A participação no sistema de ensino entre os 12 e os 23 anos de idade assume em 2011 uma tendência decrescente nas três unidades territoriais observadas, com taxas específicas de escolarização equiparadas (quadro 44).

No Porto, em 2011, encontravam-se a frequentar a escola 97,6% dos jovens com idades entre 12-14 anos; 93,5% com idades entre os 15-17 anos e 59,7% com idades entre os 18-23 anos.

Quadro 44 - Taxas específicas de escolarização por grupo etário em 2011

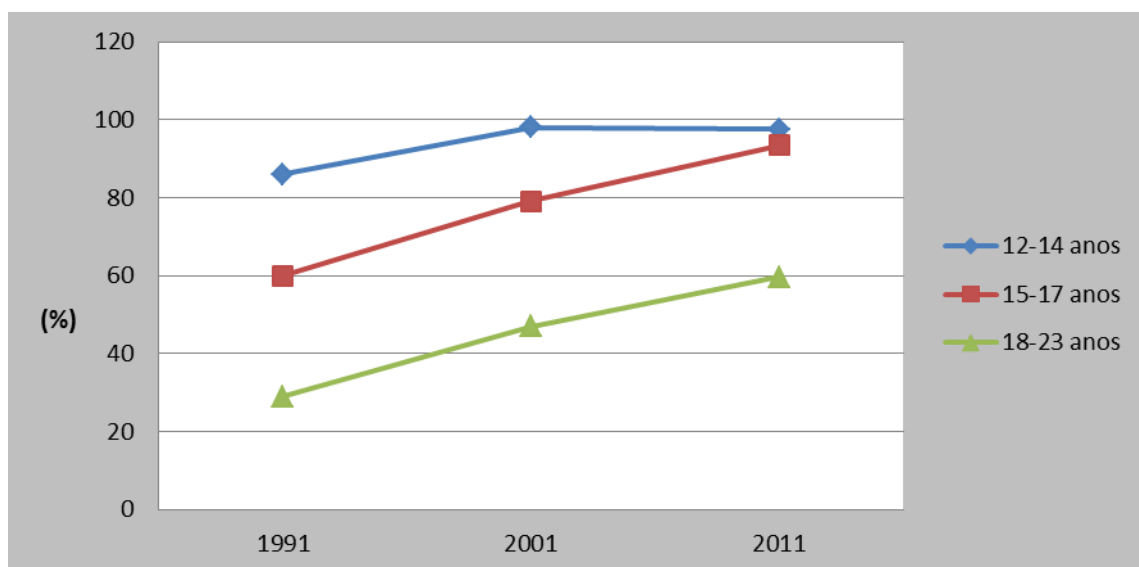
Unidades Territoriais	Grupos etários			Evolução, em pontos percentuais, da taxa de escolarização no grupo etário 15-17 anos (1991-2011)
	12-14 anos	15-17 anos	18-23 anos	
Continente	97,8	93,2	52,9	30,6
Grande Porto	97,8	93,6	53,6	32,0
Porto	97,6	93,5	59,7	21,0

Fonte: Dados do INE trabalhados a partir de informação da CCDRN – Relatório Escolarização na Região do Norte, Março 2013 (anexo2)

A evolução da participação no sistema de ensino no Porto tem sido positiva desde 1991. A taxa específica de escolarização no grupo etário 12-14 anos sofreu uma melhoria significativa de 1991 a 2001, mantendo-se estável nos últimos 10 anos. No grupo etário 15-17 anos a evolução da taxa tem sido contínua no sentido positivo sendo em 1991 de 60%, em 2001 de 79% e em 2011 de 93,5%. No grupo etário 18-23 anos esta taxa sofreu um aumento significativo de 18,0 pontos percentuais entre 1991 e 2001 (passando de 29% para 47%), continuando a aumentar entre 2001 e 2011 em 12,7 pontos percentuais, passando de 47% para 59,7 (gráfico 20)



Gráfico 20 – Trajetória da taxa específica de escolarização no Porto em 1991, 2001 e 2011



Fontes: Situação 2011 - dados do INE trabalhados a partir de informação da CCDRN – Relatório Escolarização na Região do Norte, Março 2013 (anexo2) / Situação 1991 e 2001 - dados do INE trabalhados a partir do Relatório Retrato Juvenil do Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, CMP, 2009

Apesar da tendência de melhoria nestas taxas observada ao longo dos anos retratada no gráfico 20, em 2011, 40,3% dos jovens entre os 18-23 anos de idade não se encontrava no sistema de ensino, observando-se uma quebra nas taxas de escolarização após os 17 anos em 2011, refletindo as saídas antecipada e precoce do sistema de ensino (quadro 44).

Em termos de taxas reais de escolarização, que refletem situações de retenção e não transição/conclusão, o percentual de alunos integrados no ciclo de estudos correspondente à sua idade, em 2011, no Porto, tinha a seguinte configuração estatística (quadro 45):

- 75,8% dos alunos do grupo etário 10-11 anos encontrava-se integrado no 2º ciclo do ensino básico no Porto (taxa superior ao Continente em 0,9 pontos percentuais e inferior ao Grande Porto em 1,3 pontos percentuais);
- 75,1% dos alunos do grupo etário 12 -14 anos, frequentava o 3º ciclo do ensino básico (taxa inferior ao Continente e ao Grande Porto em 1,2 e 2,5 pontos percentuais, respetivamente);
- 61,4% dos alunos do grupo etário 15-17 anos, frequentava o ensino secundário, no Porto (taxa equiparada ao Continente que apresenta um valor de 61,7% e inferior ao Grande Porto em 2,3 pontos percentuais);
- 36,4% dos alunos do grupo etário 18-23 anos integrados no sistema de ensino encontrava-se no nível de ensino adequado à sua idade, ou seja, encontra-se integrado no ensino superior (taxa superior ao Continente e Grande Porto, em 7,4 e 5,4 pontos percentuais, respetivamente).



Quadro 45 - Taxas reais de escolarização por grupo etário em 2011

Unidades Territoriais	Grupos etários			
	10-11 anos	12-14 anos	15-17 anos	18-23 anos
Continente	74,9	76,3	61,7	29,0
Grande Porto	77,1	77,6	63,7	31,0
Porto	75,8	75,1	61,4	36,4

Fonte: Dados do INE trabalhados a partir de informação da CCDRN – Relatório Escolarização na Região do Norte, Março 2013 (anexo2)

Abandono escolar e saída precoce do sistema de ensino

No que concerne ao indicador abandono escolar vejamos qual a sua evolução entre 2001 e 2011.

Em 2001, no concelho do Porto, 2,6% dos alunos entre 10 e 15 anos saíram do sistema de ensino antes da conclusão do 3º ciclo do ensino básico, sendo de referir que o Porto posicionava-se de forma equiparada ao Continente e Grande Porto em termos de taxas de abandono escolar (quadro 46).

Em 2011, no concelho do Porto, a taxa de abandono escolar diminuiu um ponto percentual por relação ao valor em 2001, apresentando um valor de 1,6%.

Tal como em 2001, a situação no Porto é muito semelhante à situação no Grande Porto e no Continente, com diferenças pouco significativas (quadro 46).

Quadro 46 – Taxa de abandono escolar em 2001 e 2011

Unidades Territoriais	Ano	
	2001	2011
	%	%
Continente	2,7	1,5
Grande Porto	2,6	1,5
Porto	2,6	1,6

Fonte: INE, Censos 2011

Quanto ao abandono/saída precoce do sistema de ensino, no Porto, em 2001, 29,4% dos indivíduos entre os 18-24 anos não concluiu o ensino secundário e não se encontrava a



frequentar a escola, tendo este índice diminuído em 10 anos, 6 pontos percentuais apresentando um valor de 23,4% em 2011.

É de referir que em 2001 o concelho do Porto posicionava-se de forma dispare em termos de abandono precoce apresentando situações de menor dimensão estatística, de expressão significativa em relação ao Continente, situação que se esbateu em 2011 pelo facto deste índice ter diminuído substancialmente no Continente (em 18,3 pontos percentuais) passando de 44,8% para 26,5%.

Muito embora em 2011 o Porto se encontre, em relação às unidades territoriais em análise, numa posição mais equiparada, mantém uma taxa mais baixa de abandono precoce (quadro 47).

Quadro 47 - Taxa de abandono precoce de educação e formação em 2001 e 2011

Unidades Territoriais	Ano	
	2001	2011
	(%)	(%)
Continente	44,8	26,5
Grande Porto	---	26,2
Porto	29,4	23,4

Fontes: Situação 2011 - dados do INE trabalhados a partir de informação da CCDRN – Relatório Escolarização na Região do Norte, Março 2013 (anexo2) / Situação 2001 – dados Carta Educativa do Porto, 2007

Legenda: ---- (sem informação)

Apesar de ainda não serem conhecidos os números desagregados aos concelhos relativos às saídas antecipadas do sistema de ensino, que retratam a situação dos indivíduos com idades entre os 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, importa referir que esta componente específica associada ao fenómeno do insucesso escolar e outras, têm vindo a ser avaliadas no Porto e dimensionadas em documentos estratégicos em vigor, como sejam a Carta Educativa e o Diagnóstico Social do Porto (DSP), publicado em 2009, no qual subjaz o plano de desenvolvimento local inerente à rede social.

O diagnóstico da Carta Educativa do Porto, publicada em 2007, sinaliza problemas de abandono escolar, saídas antecipadas e saídas precoces do sistema de ensino, como problemas a combater no sentido do desenvolvimento dos sistemas de educação e formação; também o DSP, publicado em 2009, informa acerca da componente de educação e formação que “em relação às gerações mais jovens, problemas como o insucesso e o abandono escolar



precoce continuam no topo das preocupações sociais da cidade que, a este nível, acompanha as tendências verificadas no plano municipal, como no plano regional” (Porto Solidário - Diagnóstico Social do Porto, [s.d.]).

3.6.2 Dimensão qualitativa

No âmbito da elaboração da Carta Educativa do Porto foi recolhida, em 2006 informação respeitante ao fenómeno do absentismo e do abandono escolar, enquanto objeto de análise por parte das suas **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens** (CPCJ), que sendo “... Instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, educação ou desenvolvimento integral” (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro), exercem a sua intervenção também em todas as dimensões relacionadas com o absentismo e o abandono escolar, procedendo à avaliação, análise, acompanhamento, intervenção e encaminhamento (se necessário) das situações que vão sendo sinalizadas pelas escolas.

Em termos de informação geral há que salientar o seguinte:

- Os casos de absentismo e abandono escolar sinalizados às CPCJ do Porto inscrevem-se em contextos familiares e sociais desfavorecidos, com problemas de carácter estrutural difíceis de minorar.
- Há uma relação muito acentuada entre os níveis de absentismo e o insucesso escolar, traduzido em retenções, por vezes sucessivas.
- A maioria dos processos analisados (62%) refere-se a crianças e jovens do sexo feminino.
- Nos casos de absentismo escolar sinalizados, destaca-se o grupo etário dos 13 aos 15 anos de idade (48%).
- Uma percentagem significativa de menores sinalizados por abandono escolar tinha concluído apenas o 1º ciclo do ensino básico (47%).
- Verificou-se uma maior intensidade de sinalizações de abandono escolar em relação a jovens a frequentar os agrupamentos de escolas Leonardo Coimbra, Miragaia e Gomes Teixeira.
- A freguesia de Lordelo do Ouro destacou-se pela maior intensidade de sinalizações, praticamente o triplo das que correspondem às freguesias que se lhe sucediam, Aldoar e Ramalde.

Em termos da perceção dos técnicos que lidam com a problemática surgiu como entendimento unânime que a falta de atração destas crianças e jovens pela escola resulta de diversos fatores associados, alguns de ordem pessoal e familiar e outros mais relacionados com a escola.



Nas razões de ordem pessoal/familiar são apontadas as seguintes:

- A baixa autoestima.
- As dificuldades de traçarem um projeto de vida.
- A falta de expectativas em relação ao futuro, alimentadas, na esmagadora maioria dos casos, pelos restantes membros da sua família que já sentiram as mesmas dificuldades em relação à escola, identificadas através da análise do seu discurso e da verificação das suas baixas habilitações literárias.
- Os baixos rendimentos familiares.
- A desvalorização do papel da escola.

Nas razões atinentes à realidade da escola, sobressaem:

- A falta de identificação com discursos e métodos demasiado abstratos – massificação do ensino.
- A falta de acompanhamento e orientação psicopedagógica.
- A falta de proximidade e relação afetiva com a escola.

É interessante notar que a perceção destes interlocutores privilegiados, bem como a informação geral disponibilizada que caracteriza a problemática do insucesso escolar sinalizada, é coincidente no essencial com as atuais explicações teóricas que defendem que são vários os fatores que estão na base deste fenómeno, ou seja, que estão na génese e no desenvolvimento da aprendizagem escolar e das suas dificuldades, vejamos:

Ao analisar a apreciação de vários autores, compreende-se que o insucesso escolar apresenta as seguintes características (Benavente & Correia, 1980); (Formosinho & Fernandes, 1987); (Gomes, 1987):

- É massivo, constante, precoce, seletivo e cumulativo.
- Estende-se a todos os graus de ensino.
- Surge intensamente nos primeiros anos de escolaridade, concentrando-se nas classes mais desfavorecidas e qualquer repetição aumenta a probabilidade de voltar a ocorrer uma segunda retenção.

Fonseca (2004) acrescenta que o insucesso escolar aparece precocemente no percurso escolar da criança, sendo que, a prevenção do problema deve ocorrer no início da escolaridade pois se a intervenção retardar, o insucesso escolar tem fortes probabilidades de se assumir como tendência.

Como menciona Fonseca (2004), o conceito de insucesso escolar é amplo e não excetua qualquer tipo de causa integrando fatores exógenos e endógenos. Segundo García et al (1998)



o sucesso, ou insucesso, depende do funcionamento da escola, da sua interação com o meio social e das características da própria criança.

Através da análise de vários autores percebe-se que quando analisamos o fenómeno do sucesso/ insucesso escolar, é importante ter em conta três realidades: o aluno, o meio social e familiar e a instituição escolar (Fonseca, 2004; Almeida & Tavares, 1998; Benavente, 1976). É a partir, portanto, destas realidades que se evidenciam os fatores de insucesso e a compreensão das suas causas.

A perspetiva atual demonstra que não é possível estabelecer uma relação de causalidade linear, pois o insucesso escolar congrega uma constelação de variáveis de vários níveis (psicológicas, sociais, ambientais, culturais...) que se correlacionam num sistema complexo.

Face à complexidade e diversidade de causas que estão na base do sucesso/insucesso escolar, esta problemática multidimensional requer uma abordagem multivariada com recurso a vários tipos de estratégias e intervenções de níveis diferenciados, congregando esforços de toda a comunidade educativa e de todos os agentes com responsabilidades em matéria de educação.



3.7 Estruturas, parcerias e projetos socioeducativos no Município

3.7.1 Programas “âncora” implementados pela Autarquia

No universo da Câmara Municipal do Porto a educação é norteada por grandes áreas de atuação, que decorrem de normativos legais e dos objetivos subjacentes às políticas locais e alicerça-se em programas “âncora” que, conforme se referenciou na estratégia metodológica, são programas estruturantes pela sua centralidade, abrangência e enfoque.

Quadro 48 - Programas educativos “âncora” da autarquia - caracterização sucinta

Programas “âncora”	Vetor de atuação principal (PME)	Objetivo	Grupos alvo
Porto de Futuro	Empreendedorismo e Inovação	Promover uma maior participação da sociedade civil na vida das escolas e transferir boas práticas e conhecimento do mundo empresarial para as escolas. Gerar uma cultura do conhecimento baseada no mérito, na competitividade, na criatividade, na inovação e no empreendedorismo.	Pré-escolar ao secundário
Educação para os Valores	Cidadania, Desenvolvimento Vocacional e Pessoal	Educar para os valores contribuindo para uma vivência saudável, individualizada, informada e responsável, favorecendo o conhecimento de si próprio, alicerçado na interação positiva com os outros; contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.	3º ciclo
Porto de Atividades	Enriquecimento Curricular	Garantir no espaço escola e a todos os alunos, de forma gratuita, um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, promovendo a articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas de apoio às famílias.	Pré-escolar e 1º ciclo
Porto de Crianças	Coadjuvação Curricular	Contribuir para o sucesso escolar e desenvolvimento integral das crianças, criando condições de interação máxima entre jardim-de-infância, escola e a restante comunidade, pela articulação de diferentes contextos de ensino/aprendizagem: sala de aula, espaço escola, cidade/património, expressões artísticas, ciência e cidadania.	Pré-escolar e 1º ciclo
Crescer Interativo	Conhecimento e Divulgação Científica e Tecnológica	Facilitar o acesso ao saber, democratizando e valorizando as tecnologias de informação e comunicação, despertando o interesse pela matemática, pelas ciências (meio físico), pela língua portuguesa e pelas tecnologias, desenvolvendo competências essenciais como a pesquisa, a autonomia e o conhecimento científico (experiências).	1º ciclo
O Porto a ler	Promoção do Livro, da Leitura e da Escrita	Contribuir a nível local, para o aumento dos níveis de literacia da população em geral e, especificamente, da população infantil do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. Conceber e implementar projetos de sensibilização e incentivo à leitura em articulação com diferentes parceiros nas áreas do reforço de fundo documental e da animação/sensibilização.	Público escolar e público em geral

Fonte: Plano Municipal de Educação (PME) / oferta Educativa do DMEJ 2011

Qualquer um destes programas, alicerçando-se num vetor principal de atuação, não esgota a intervenção no mesmo, mas atua em diferentes áreas do saber e do ser, espelhando a



intercessão de diversos domínios educativos e a sua dimensão como programas estruturantes e transversais (quadro 49).

Quadro 49 - Programas educativos “âncora”, por vetores de atuação

Programas “Âncora”	Porto de Futuro	Educação para os valores	Porto de atividades	Porto de Crianças	Crescer interativo	O Porto a Ler
Vetores de atuação – Plano Municipal de Educação						
Ambiente e sustentabilidade		▲		▲		
Animação de tempos livres			▲			
Arte e cultura		▲	▲	▲		▲
Cidadania desenvolvimento vocacional e pessoal	▲	▲		▲		
Cidade memória e património		▲		▲		
Coadjuvação curricular				▲		▲
Conhecimento e divulgação científica e tecnológica	▲	▲	▲	▲	▲	
Desporto e Saúde	▲	▲	▲			
Empreendedorismo e inovação	▲				▲	
Enriquecimento curricular	▲		▲			
Ensino articulado						
Promoção do livro da leitura e da escrita				▲		▲
Recursos e benefícios	▲		▲	▲	▲	

Fonte: Plano Municipal de Educação (PME) / oferta Educativa do DMEJ 2011

▲ Vetor de atuação principal identificado no PME

3.7.2 Rede de parceiros

O trabalho em rede é uma das apostas da autarquia, sendo vasto o leque de parcerias representativas de diferentes setores da sociedade, estabelecidas no desenvolvimento dos programas e iniciativas implementados e que traduzem uma mais-valia na promoção do Projeto Educativo Municipal.

A rede de parceiros é vasta perpassando por todos ou quase todos os setores da sociedade civil. Destacam-se:

- o setor empresarial no estabelecimento de parcerias de consultadoria de gestão com os agrupamentos, no âmbito do Programa *Porto de Futuro*;
- as universidades públicas e privadas que estão presentes em diferentes programas “âncora” (*Educação para os valores*, *Porto de Futuro*, *Porto de Crianças*);



- o setor artístico, através da rentabilização para os programas e projetos educativos do Departamento de contratos programa e protocolos estabelecidos com entidades de reconhecido mérito nesta área como a Fundação Casa da Música, a Fundação de Serralves, Teatro Pé de Vento e do trabalho em rede com autores e ilustradores (*O Porto a ler, Porto de Crianças*);
- com o setor associativo a rede de parceiros é também diversificada integrando associações de pais, associações desportivas, *Junior Achievement* Portugal, entre outras (*Escola das 8 às 8, Porto de Atividades, Porto de Futuro*);

De realçar ainda as parcerias municipais internas que integram desde os Museus e Bibliotecas Municipais a Departamentos tão díspares como a Divisão Municipal da Via Pública, o Turismo, aos Sistemas de Informação, ao Batalhão de Sapadores Bombeiros, à Proteção Civil e Porto Lazer.

3.7.3 Plano Municipal de Educação

O Plano Municipal de Educação (PME) do Porto, foi elaborado em 2011, como instrumento de divulgação das ações educativas proporcionadas pela Câmara Municipal do Porto, empresas e fundações municipais e entidades participadas.

Este documento segue uma orientação organizativa, facilitadora da consulta e do acesso à informação, considerando a transversalidade, a interligação e o cruzamento das dimensões operacionais e respetivos conteúdos.

A oferta educativa do Município organiza-se e orienta-se a partir de 13 vetores de atuação específicos, que congregam, para além dos programas âncora atrás referenciados, ações e atividades dirigidas a todos os ciclos de ensino da rede pública e privada, aos jovens (até aos 18 anos) e às famílias que residem ou estão presentes na cidade.

Caracterização da oferta educativa municipal

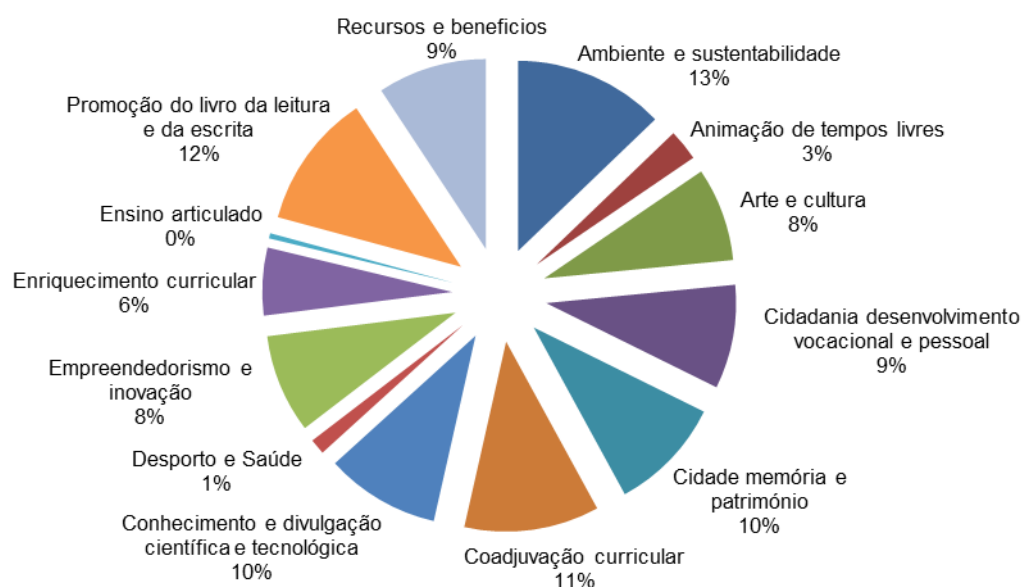
A oferta educativa municipal é uma mais-valia do Plano Municipal de Educação, sobretudo pelo trabalho de sistematização da diversidade de ações desenvolvidas pelo município, que favorecem o enriquecimento da população a nível educacional, social, ambiental, científico, desportivo e cultural, sobretudo para as crianças e os jovens que integram os ciclos da escolaridade básica e secundária.

Nele intervêm, à data, cinco direções municipais (que integram departamentos, divisões e gabinetes) e cinco entidades participadas, fundações e empresas municipais:



- Departamento Municipal de Educação e Juventude.
- Direção Municipal dos Serviços da Presidência.
- Direção Municipal de Sistemas de Informação.
- Direção Municipal de Cultura.
- Direção Municipal Ambiente e Serviços Urbanos.
- Fundação Ciência e Desenvolvimento.
- Fundação Porto Social.
- Associação Porto Digital.
- Porto Lazer, E.M.
- Águas do Porto, E.M.

Gráfico 21 - Oferta educativa municipal por vetores de atuação (%)



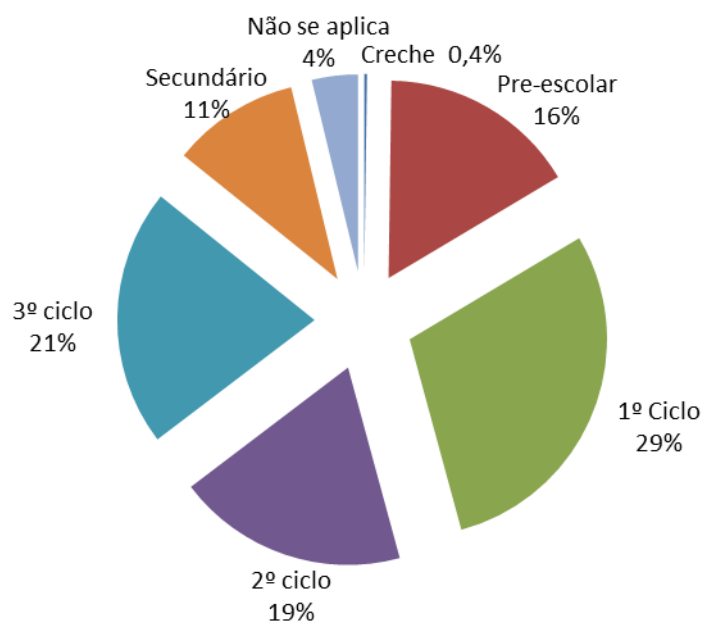
Fonte: Plano Municipal de Educação - oferta Educativa do DMEJ, 2011

A oferta educativa revela um certo equilíbrio na sua distribuição pelos diferentes vetores de atuação, excetuando dois: *Desporto e saúde* (1%) e *Ensino articulado* (0.4%), este último com uma única atividade, relacionada diretamente com o respetivo programa ministerial para as escolas.



O gráfico apresenta o número de atividades desenvolvidas, não sendo representativo da dimensão temporal, nem da profundidade de conteúdos estruturados em cada uma das ações, pois englobam desde a visita a equipamentos até ao projeto pedagógico que decorre ao longo de um ano letivo.

Gráfico 22 - Distribuição da oferta educativa por níveis de ensino (%)



Fonte: Plano Municipal de Educação – Oferta Educativa do DMEJ, 2011

Nota: "Não se aplica" refere-se a atividades que não se dirigem a nenhum ciclo de ensino específico.

Considerando as competências municipais em matéria de educação, não é de estranhar que parte significativa da oferta se dirija especificamente às escolas públicas. Esta oferta exclusiva para o ensino público reporta, basicamente, aos programas e iniciativas do então Departamento Municipal de Educação e Juventude. As restantes unidades orgânicas da CMP, entidades participadas, fundações e empresas municipais, dirigem a sua oferta concomitantemente para diferentes grupos alvo, nomeadamente escolas privadas e outros estabelecimentos de ensino e famílias.

Sobresaiem as atividades dirigidas ao 1º ciclo do ensino básico, representando 29% da totalidade da oferta, embora se verifique uma distribuição não muito díspar nos restantes níveis de ensino, representando o secundário o nível de ensino com menor representatividade em termos de oferta (11%).



3.7.4 Avaliação da satisfação do Plano Municipal de Educação

A estratégia metodológica para a construção do Projeto Educativo Municipal assenta na auscultação, no envolvimento e na implicação dos diferentes atores educativos.

Nesta perspetiva, sendo o Plano Municipal de Educação o instrumento orientador da política educativa, estruturador e aglutinador da oferta educativa do município e dirigida principalmente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, considerou-se a pertinência de, num primeiro momento, auscultar estes parceiros privilegiados quanto à oferta municipal.

Foram auscultados os diretores dos agrupamentos e das escolas não agrupadas e os coordenadores das escolas do 1º ciclo do ensino básico, com o objetivo de conhecer as suas perceções e experiências face a diferentes parâmetros diretamente relacionados com a oferta educativa municipal, apresentada no PME.

Utilizou-se como instrumento o inquérito por questionário, com questões de resposta fechada. Os parâmetros foram avaliados numa escala de 1 a 5, correspondendo 1 a “Muito insatisfeito” ou “Muito abaixo das expectativas” e 5 a “Muito satisfeito” ou “Muito acima das expectativas”.

Foram enviados 75 questionários, distribuídos do seguinte modo:

- 18 para diretores(as) ou presidentes de comissões administrativas provisórias (CAP) de agrupamentos de escola ou escolas não agrupadas;
- 52 para coordenadores(as) de escolas do 1º ciclo do ensino básico;
- 3 elementos privilegiados de JI's de gestão partilhada com as juntas de freguesia;
- 2 coordenadores de JI's a funcionar em estabelecimento autónomo de EB.

Rececionaram-se 35 questionários, correspondendo a uma taxa global de respostas de 48%. Setorialmente as taxas de respostas estão distribuídas de forma relativamente equitativa para os diretores/presidentes de CAP e coordenadores de estabelecimento.

Uma das razões apontadas para a fraca adesão reporta à data de aplicação do instrumento, que coincidiu com o final do primeiro período letivo, em que as escolas estão focalizadas nas avaliações e encerramento das atividades letivas do trimestre.



Figura 2 - Percentagem de respostas por grupos de distribuição do questionário



Fonte: Plano Municipal de Educação- Questionário de avaliação da satisfação 2012

Apresentam-se em seguida os resultados, considerados mais significativos, relativamente ao objeto deste questionário.

Constatou-se que mais de 50% dos inquiridos estavam “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” em todos os parâmetros avaliados, exceto na *Contribuição da oferta municipal para a diminuição do abandono escolar*, que apresenta apenas 40% de respostas nestes níveis, tal como se pode verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 23 - Indivíduos “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com a oferta educativa municipal por parâmetros de avaliação

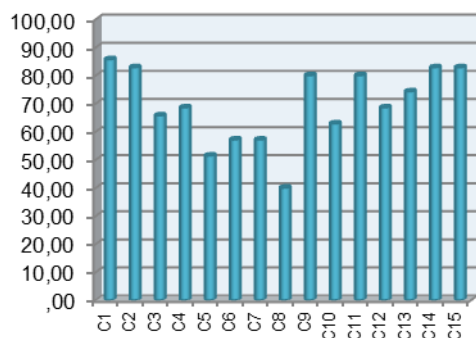
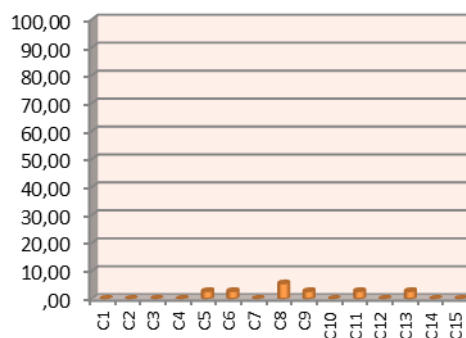


Gráfico 24- Indivíduos “insatisfeitos” com a educativa municipal por parâmetros de avaliação



Fonte: Plano Municipal de Educação- Questionário de avaliação da satisfação 2012

Legenda dos gráficos 25 e 26:

- C1** – Apresentação e organização da Oferta Municipal
- C2** – A Oferta Municipal tem relação com os programas escolares
- C3** – Adequação da Oferta Municipal aos conteúdos programáticos
- C4** – Adequação da Oferta Municipal aos diferentes anos de escolaridade
- C5** – Relação da Oferta Municipal com as necessidades identificadas pela Escola
- C6** – Relação da Oferta Municipal com os objetivos definidos pela Escola

- C7** – Contribuição da Oferta Municipal para o sucesso escolar
- C8** – Contribuição da Oferta Municipal para a diminuição do abandono escolar
- C9** – Diversidade da Oferta Municipal
- C10** – Acesso às diferentes propostas da Oferta Municipal
- C11** – Qualidade da Oferta Municipal
- C12** – Duração das atividades
- C13** – Local das atividades
- C14** – Comunicação/divulgação da Oferta Municipal
- C15** – Tipo de atividades oferecidas



Os parâmetros que apresentam maiores índices de satisfação relacionam-se com a organização e divulgação da oferta e, por outro lado, com o tipo e relação dessa mesma oferta com os programas escolares:

- C1 – Apresentação e organização da Oferta Municipal*
- C2 – A Oferta Municipal tem relação com os programas escolares*
- C14 – Comunicação/divulgação da Oferta Municipal*
- C15 – Tipo de atividades oferecidas*

Em contrapartida, os parâmetros com menor número de respostas nestes níveis de elevada satisfação correspondem à personalização da oferta municipal a cada uma das escolas/agrupamentos:

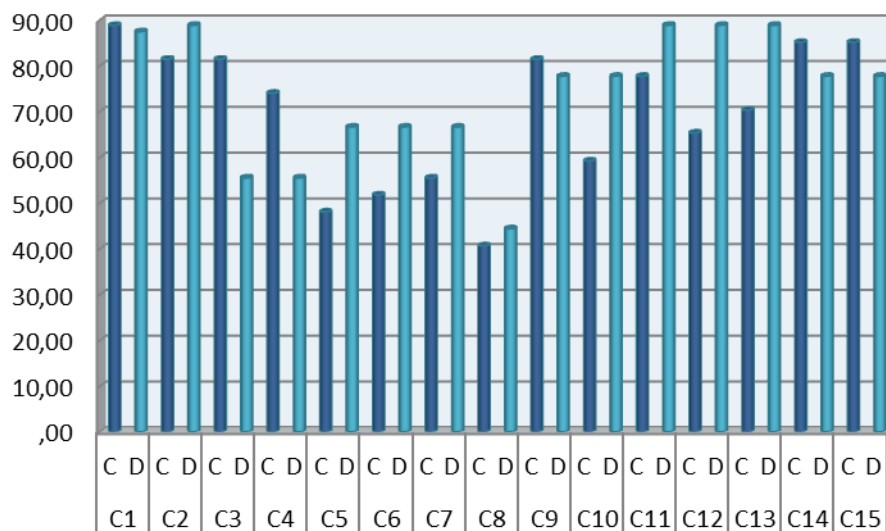
- C7 – Contribuição da Oferta Municipal para o sucesso escolar*
- C6 – Relação da Oferta Municipal com os objetivos definidos pela Escola*
- C5 – Relação da Oferta Municipal com as necessidades identificadas pela Escola*

De salientar que a resposta com menor índice de satisfação reporta à *Contribuição da Oferta Municipal para a diminuição do abandono escolar* (C8), sendo o parâmetro que apresenta o número mais elevado de insatisfeitos (5,6% = 2 respostas). Refira-se que neste parâmetro a diferença entre a opinião de coordenadores e diretores é de apenas 4%, pelo que parece haver uma visão relativamente consensual (gráfico 25)

Pode-se assim inferir que, na perspetiva dos inquiridos, a oferta educativa municipal incide mais no reforço da área curricular e menos na criação de respostas a problemas e necessidades específicas sentidas pelas escolas.



Gráfico 25 - Indivíduos “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”, por grupos de inquiridos e parâmetros de avaliação



Fonte: Plano Municipal de Educação- Questionário de avaliação da satisfação 2012

Legenda:

C – Coordenadores

D – Diretores

C1; C2; C3... – Parâmetros de avaliação – Ver legenda dos gráficos 25 e 26 (pág.99)

Relativamente aos índices de satisfação apresentados, no que concerne a determinados parâmetros de avaliação, registam-se diferenças entre diretores e coordenadores (nos quais se incluíram os elementos privilegiados de JI's de gestão partilhada com as juntas de freguesia e os coordenadores dos JI's a funcionar em estabelecimento autónomo), conforme pode ser constatado no gráfico 25.

A *Adequação da Oferta Municipal aos conteúdos programáticos (C3)* e a *Duração das atividades (C12)* apresentam diferenças percentuais da ordem dos 26% e 24%, respetivamente, sendo que no primeiro parâmetro são os coordenadores que revelam um maior grau de satisfação e no segundo são os diretores os mais satisfeitos.

Igualmente com diferenças percentuais assinaláveis refiram-se os parâmetros – *Adequação da Oferta Municipal aos diferentes anos de escolaridade (C4)*; *Relação da Oferta Municipal com as necessidades identificadas pela Escola (C5)*; *Acesso às diferentes propostas da Oferta Municipal (C10)* e *Local das atividades (C13)*, sendo que, apenas no primeiro, o índice de satisfação é maior nos coordenadores. Nos restantes são os diretores quem se apresentam mais satisfeitos com a oferta.

Finalmente, nos parâmetros com menor índice de satisfação (*C7 – Contribuição da Oferta Municipal para o sucesso escolar*. *C6 – Relação da Oferta Municipal com os objetivos definidos*



pela Escola, C5 – Relação da Oferta Municipal com as necessidades identificadas pela Escola), são os coordenadores que se mostram menos satisfeitos.

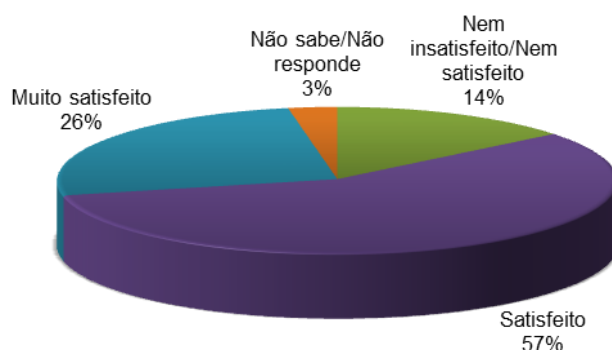
Gráfico 26 - Grau de concretização de expectativas dos inquiridos face aos resultados



Fonte: Plano Municipal de Educação - Questionário de avaliação da satisfação 2012

É elevado o grau de concretização das expectativas, com 51% dos inquiridos a considerar os resultados “acima” e “muito acima” das suas expectativas. Não foram referidas respostas negativas, contudo, 6% da população alvo *não sabe/não responde* à resposta e a média das respostas na escala de um a cinco situa-se no nível três com uma percentagem de respostas da ordem dos 65%.

Gráfico 27 - Grau de satisfação global dos inquiridos com a oferta educativa municipal



Fonte: Plano Municipal de Educação - Questionário de avaliação da satisfação 2012

Relativamente à satisfação global com a oferta educativa, constata-se que 83% dos inquiridos está “satisfeito” ou “muito satisfeito”, sendo quatro o valor médio de respostas na escala de um a cinco.



Mais uma vez não havendo respostas negativas, ressaltam 17% de “não respostas” (“Nem insatisfeito/nem satisfeito” e “Não sabe/não responde”).

Contribuição da oferta educativa para o reforço curricular

De toda a oferta educativa destacam-se, claramente, dois programas no reforço curricular, *Porto de Crianças* e *Porto de Atividades*, o primeiro de coadjuvação curricular, a funcionar em horário letivo e sob a dependência do professor titular de turma, e o segundo, um programa de enriquecimento curricular a operar na maior parte dos estabelecimentos de ensino em horário pós letivo e autonomamente.

Quadro 50 - Principais programas/projetos/atividades do PME, por número de sinalizações da sua contribuição para o reforço curricular

Programas /projetos/atividades	Nº de sinalizações
Porto de Crianças	41
Porto de Atividades	25
O Porto a Ler	8
Porto de Futuro	9
Educação para os Valores	5
Visitas de interesse lúdico pedagógico / Visitas escolares	4
Crescer Interativo	
Educação Ambiental / Oficinas de EA	5
Laboratório Aberto	3
Educação Financeira	
Outros projetos/atividades	1

Fonte:– Plano Municipal de Educação - Questionário de avaliação da satisfação 2012

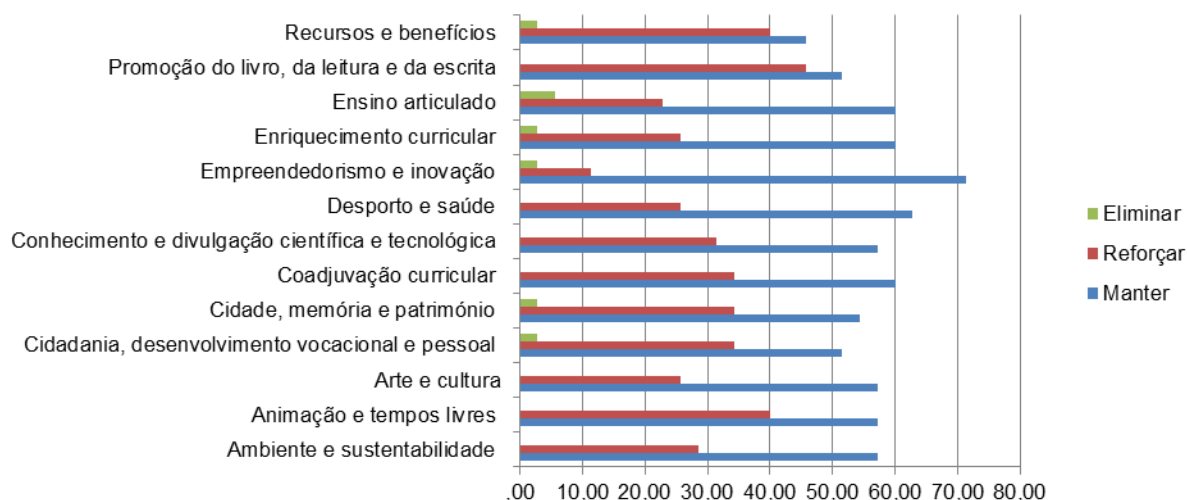
Pertinência dos vetores de atuação do PME

Uma vez que a oferta educativa foi organizada em vetores de atuação, entendeu-se relevante perceber o grau de importância atribuído a cada um deles, solicitando aos inquiridos, a seleção daqueles que deveriam manter-se, reforçar-se ou eliminar-se (gráfico 28).

O vetor “empreendedorismo e inovação” foi aquele que reuniu maior consenso na intenção da sua manutenção (71%).



Gráfico 28 - Vetores de intervenção por sugestão da sua eliminação, manutenção ou reforço



Fonte:– Plano Municipal de Educação - Questionário de avaliação da satisfação 2012

A “promoção da leitura e da escrita” obteve maiores resultados ao nível da necessidade de reforço (45,7%), seguido dos vetores “recursos e benefícios” e “animação de tempos livres”.

Não é relevante o número de sinalizações na eliminação de vetores.

Desta análise, pode inferir-se da necessidade de uma maior auscultação das escolas, com vista a uma cada vez maior adequação da oferta educativa municipal às necessidades sentidas e identificadas pela comunidade educativa.

Ao nível das sugestões fornecidas pelos inquiridos, foram enviadas 14 sugestões, sendo de referir em quatro delas a questão da disponibilização de transportes, que se assume como fator importante para a participação e qualificação das atividades e duas sugestões relativas ao reforço de atividades de animação nas pausas letivas.



4 Auscultação aos agentes educativos

A auscultação dos agentes educativos constituiu uma das componentes associadas à construção do Projeto Educativo Municipal.

Nesta componente, pretendeu-se essencialmente recolher contributos para a consolidação do diagnóstico e planificação conjunta do PEM-Porto, percebendo que agentes se pretendem implicar no PEM-Porto e de que forma.

Os resultados da auscultação associados aos resultados do diagnóstico da realidade socioeducativa do concelho do Porto, permitem identificar problemáticas, constrangimentos e oportunidades que sustentem um plano de ação a arquitetar no âmbito do Projeto Educativo Municipal.

O trabalho de auscultação foi desdobrado em várias frentes, envolvendo diferentes métodos e técnicas de recolha de informação de acordo com os diferentes agentes educativos envolvidos, no entanto todas as abordagens são de natureza qualitativa.

As análises realizadas pelas equipas afetas a cada processo de auscultação pretenderam identificar as recorrências das respostas, agrupando-as por temática.

O denominador comum da auscultação na sua globalidade foi a pretensão de conhecer a perceção de todos os agentes, em termos das áreas problemáticas de atuação no âmbito de um Projeto Educativo Municipal e das formas de articulação de quem se pretende implicar.

No quadro seguinte é explicitada informação acerca dos agentes auscultados, métodos de auscultação e número de respondentes, esquematizando os procedimentos metodológicos que estiveram na base do processo de auscultação.



Quadro 51 - Síntese da auscultação

Entidades e Intervenientes	Métodos e Instrumentos	População auscultada	Total inquiridos	Total de Respostas	Taxa de resposta
Conselho Municipal de Educação	Painel/ Entrevista	Universe	16	16	100%
Juntas de Freguesia	Questionário online		15	13	86,7%
Unidades Orgânicas e entidades participadas do universo CMP	Reunião / guião		18	8	44,4%
Diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas	Painel de discussão		18	15	83,3%
Associações de Pais e Encarregados de Educação de escolas do ensino básico e secundário da rede pública	Questionário online		61	21	34,4%
Associações de Estudantes do ensino secundário da rede pública	Questionário online		12	5	41,7%

Vejamos, então, os principais resultados obtidos por auscultação e as conclusões que se podem retirar das análises efetuadas pelas equipas técnicas que foram afetas à recolha e tratamento das informações.

4.1 Conselho Municipal de Educação

No período de 26/03/2013 a 4/04/2013 e no seguimento de uma 1ª apresentação em sede de reunião do Conselho Municipal de Educação (CME), foram efetuadas as entrevistas à maioria dos conselheiros e a todos enviado o guião de entrevista. Foram rececionados contributos escritos dos conselheiros a quem não foi possível, naquele espaço de tempo, realizar a entrevista e dos conselheiros entrevistados.

A informação que se apresenta é a que resulta da análise efetuada pela equipa que coordenou o processo de auscultação desde a recolha e sistematização até à análise da informação. O guião estava estruturado de modo a abordar diversas dimensões e sub-dimensões.

Dimensões	Sub-dimensões
Posicionamento face à sua implicação no PEM-Porto	Participação/papel da instituição no PEM-Porto. Contributo da instituição no PEM-Porto.
Perceções sobre a realidade socioeducativa	Propostas de intervenção nas problemáticas



Dimensões	Sub-dimensões
da cidade	sinalizadas. Identificação dos agentes que podem/devem intervir nas problemáticas sinalizadas.
Propostas para o Plano de ação PEM Porto	Proposta de ações e/ou de procedimentos a adotar para fazer face aos problemas e necessidades identificadas.

A leitura síntese dos principais resultados destas entrevistas associados a estas três dimensões é a que a seguir se apresenta tendo em conta a análise da equipa.

O posicionamento no PEM por parte das instituições que os vários conselheiros representam, foi em termos de *papel e participação dos agentes* sintetizado globalmente em três ideias – chave:

- colaborar na construção do PEM, concretamente no âmbito das suas funções e áreas de competência/intervenção (mediação, sensibilização, fornecimento de dados);
- promover maior envolvimento/abertura de todas as instituições, entidades e grupos e melhor articulação, visando aumentar a eficácia e a eficiência dos recursos e equipamentos existentes;
- mediar e dinamizar as relações entre os diferentes agentes e interventores na Escola e envolvente.

Em termos de **contributos** a fornecer ao PEM a síntese integra nove ideias força:

- 1- promover maior abertura das Escolas para o PEM, contribuindo para melhorar interações colaborativas e integradoras;
- 2- fomentar a abertura para uma ação concertada à escala da cidade;
- 3- constituir equipas multidisciplinares e interinstitucionais;
- 4- promover ações de sensibilização para prover a adesão ao PEM-Porto;
- 5- mediar junto de outros agentes os processos de conceção/construção do PEM-Porto;
- 6- fornecer dados e informações para o diagnóstico e a construção do plano de ação;
- 7- tornar tangíveis e reais os modelos/referências dos alunos;
- 8- mediar/dinamizar as relações escola/família e entre os diferentes ciclos de ensino;
- 9- promover a articulação e a relação entre instituições, agentes, oferta e recursos educativos da cidade.



As perceções sobre a realidade socioeducativa da cidade

Problemáticas sinalizadas/identificadas

Problemas identificados que o PEM deve abranger

Insucesso escolar.

Subcertificação académica e falta de formação profissional de grupos vulneráveis.

Desemprego.

Abandono da escolaridade.

Conflitualidade escolar.

Comportamentos aditivos (consumo de haxixe na escola...).

Pequena criminalidade (furtos).

Violência grupal.

Em termos de intervenção por problemática as propostas dos agentes incidiram de acordo com a análise efetuada nas seguintes áreas identificadas.

Insucesso escolar

- Envolvimento e responsabilização das instituições parceiras.
- Corresponsabilização e maior envolvimento da Escola: incentivo à monitorização e/acompanhamento do percurso escolar e apoio e colaboração na organização/gestão (dia-a-dia) da Escola.
- Criação de sistema de monitorização do sucesso educativo, elaborando diagnósticos e planos de intervenção em situações identificadas como prioritárias/crise.
- Conceção de modelos e projetos de intervenção na área da educação, com base na experiência resultante do Programa ESCOLHAS.
- Elaboração de uma plataforma informática interativa e conectada com todos os AE e ENA para registo sistemático das diversas situações críticas de abandono precoce e insucesso escolar e a constituição de um grupo de trabalho (MEC, CM, AE, ENA e outros agentes) que partilharia diagnósticos, reflexões e propostas de estratégias de remediação.

Subcertificação académica e falta de formação profissional de grupos vulneráveis

- Promoção de respostas integradas dos diferentes Ministérios e serviços (ex: alfabetização de adultos).
- Reforço da oferta existente, apoio de proximidade aos alunos e aposta oferta de educação formal distintas (ex: experiência piloto de Matosinhos: Escola de Novas Oportunidades).
- Promoção de respostas formativas, em conjunto com as Escolas, para dar continuidade à formação de jovens e adultos.



Desemprego

- Promoção de outros tipos de competências junto dos alunos ampliando as hipóteses de empregabilidade.
- Articulação entre diferentes projetos, instituições e relações da Escola com o mundo laboral.

Abandono da escolaridade

- Acompanhamento/ atendimento social permanente.
- Intervenção direta com as famílias potenciando a aquisição de competências dos pais (sensibilização para a importância da escolaridade), garantindo uma abordagem integrada na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em risco, assegurando às famílias condições para garantir em pleno o desenvolvimento das crianças e jovens.
- Criação de parcerias com IPSS para apoio às famílias mais carenciadas.

Conflitualidade escolar e a Violência grupal.

- Implementação de estratégias de abordagem construtiva dos conflitos que naturalmente emergem entre as pessoas e os grupos que interagem no contexto escolar (Mediação/ Gabinete do aluno).

Comportamentos aditivos (consumo de haxixe na escola...) e pequena criminalidade (furtos).

- Maior aposta na educação formal, não formal e informal quer pelas instituições e serviços, quer por parte de grupos e associações (complementaridade da oferta existente e apoio de proximidade aos alunos; aposta em oferta de educação formal distintas).
- Criação de um sistema de monitorização do sucesso educativo, elaborando diagnósticos e planos de intervenção em situações identificadas como prioritárias/crise.
- Investimento na qualificação e melhoria das competências pessoais, sociais e educativas de grupos sociais específicos, como minorias étnicas, indivíduos sem-abrigo, desempregados e jovens que abandonaram o sistema educativo (no contexto socioeconómico atual, a formação e a qualificação surgem como oportunidade para uma futura inserção socioprofissional).

Sobreposição/desarticulação das instituições, da oferta e recursos educativos da cidade (comunicação/relação escassa; necessidade de melhoria/reforço da relação).

- Constituição de grupo de trabalho interinstitucional para promover estratégias e planos de intervenção.
- Apoio às associações de pais existentes, nomeadamente administrativo e logístico, e ainda na criação de novas associações.



- Apoio e dinamização do desporto, na vertente da criação de espírito de equipa e interajuda.
- Colaboração na concretização/realização de visitas culturais e recreativas que as escolas tivessem dificuldade em concretizar.
- Organização de debates, colóquios sobre a realidade escolar na cidade, região ou mesmo de âmbito nacional.
- Criação de sinergias entre os diferentes agentes, entidades e instituições da cidade, promovendo respostas integradas dos diferentes ministérios e serviços (ex. alfabetização de adultos).

Em termos dos agentes indicados com responsabilidade em matéria de promoção do sucesso escolar aparecem a Câmara Municipal do Porto; Estabelecimentos de ensino; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Saúde; Polícia de Segurança Pública; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Segurança Social; Juntas de Freguesia; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Associações (recreativas, voluntariado); Museus; Fundações; Tecido empresarial.

4.2 Associações de Pais, Associações de Estudantes e Juntas de Freguesia

A auscultação às Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas do ensino básico e secundário da rede pública, às Associações de Estudantes do ensino secundário da rede pública e às Juntas de Freguesia foi efetuada por meio de questionário *online*. Embora a estruturação e sequência das questões não tenha sido exatamente a mesma, este processo via *online* procurou, fundamentalmente, obter informação acerca da perceção/opinião dos agentes nas seguintes vertentes associadas à construção de um Projeto Educativo Municipal:

- Pertinência da existência do PEM-Porto. Fundamentação.
- Disponibilidade para integrar o PEM-Porto. Contributos.
- Objetivos que o PEM-Porto deve ter.
- Áreas problemáticas a intervir no território do Porto.
- Proposta de ações.

Associações de Pais e Encarregados e Educação do ensino básico da rede pública

Às Associações de Pais e Encarregados de Educação do ensino básico da rede pública os questionários foram enviados no período de 12/04/2013 a 30/04/2013, sendo que num total de



61 associações contactadas, 21 procederam ao preenchimento do questionário, que a equipa responsável por esta auscultação analisou.

Os resultados dessa análise, que a seguir se apresentam, têm subjacentes as respostas que derivam das matérias que integravam o questionário, já explicitadas acima.

Assim, apurou-se que 86% dos respondentes considera pertinente a existência do PEM–Porto e encontra-se disponível para integrá-lo.

A pertinência do PEM-Porto é fundamentada pelo facto de poder ser um projeto transversal, resultado de uma interação e colaboração, integrando diferentes entidades e projetos numa ótica de corresponsabilização e implicação de diferentes agentes, otimizando sinergias e recursos.

O PEM-Porto é visionado também como uma forma de melhorar a oferta educativa da cidade implicando, previamente, um levantamento, caracterização e comparação da oferta existente com propostas de melhoria e, por outro lado, de afirmar a cidade como cidade de educação e do conhecimento.

Em termos de contributos foram apurados vários níveis de participação, associados à disponibilidade dos agentes para integrar o PEM-Porto ²:

- participar em discussão de ideias e na conceção de projetos-piloto;
- agentes de sensibilização, auscultação e feedback dos pares e comunidade escolar;
- concretização / execução de ações do PEM;
- monitorização da execução;
- partilha de ideias, experiências e boas práticas;
- colaboração na planificação e avaliação do plano anual de atividades da escola;
- colaboração na promoção de estratégias de participação dos pais na vida escolar;
- colaboração na promoção de projetos na área da educação para a saúde;
- participação no planeamento de colóquios sobre matérias pertinentes no domínio da educação.

Foram vários os objetivos definidos para o PEM-Porto que, ao serem analisados, remetem para um conjunto de domínios que devem nortear a ação a planear.

Objetivos ligados a questões de método - *como fazer* para garantir uma maior eficácia/eficiência na ação, que se designam **de objetivos de gestão da ação**:

- congregar esforços para obter melhores resultados;

² Estes resultados resultam do cruzamento de duas questões associadas: contributos e formas de intervenção da instituição.



- encontrar soluções para problemas identificados com possibilidade de articulação das diferentes ofertas educativas da cidade;
- definir prioridades;
- fomentar a interajuda e união dos agentes;
- desenvolver programas integrados de intervenção;
- garantir uma boa gestão de recursos humanos e matérias existentes/otimizar recursos.

Objetivos ligados a questões de conteúdo – o que fazer, indo ao encontro daquilo que consideram ser as necessidades prementes na área da educação.

Infere-se pela leitura dos tópicos de resposta agregados pela equipa, que os objetivos apresentados por estes agentes, ao nível do conteúdo da ação, **centram-se no contexto escolar e do ensino**, abrangendo temáticas/áreas como *infraestruturação das escolas e gestão de serviços* (manutenção/gestão de serviços que a escola presta e apetrechamento de espaços); *qualidade do ensino e das atividades educativas em contexto escolar*; *educação para a cidadania, para a saúde, para o risco e para o desenvolvimento pessoal e social*; *integração/ação social no sentido da inclusão escolar e social dos alunos e dinâmica inter-relacional escola-família*.

Infraestruturação das escolas e gestão de serviços prestados

- Ser mais exigente com a alimentação.
- Melhorar a qualidade das refeições.
- Dotar as escolas de boas instalações e bom equipamento.
- Dar maior assistência às escolas na conservação e rápido arranjo de equipamentos.
- Trabalhar para as escolas terem boas bibliotecas e assegurar o seu funcionamento.

Qualidade do ensino e das atividades educativas em contexto escolar

- Promover a igualdade de conteúdos educativos.
- Tentar que o ensino seja idêntico e de qualidade em todas as escolas.
- Educar com excelência.
- Melhorar a qualidade das AEC's através do recurso a professores mais qualificados.

Educação para a cidadania, para a saúde e para o desenvolvimento pessoal e social

- Estimular o desenvolvimento de experiências afetivas, solidárias, equilibradas e tolerantes.
- Promover espaços e tempos valorizando e promovendo atitudes, valores e princípios indutores de uma nova ética para o exercício da cidadania.
- Sensibilizar para a valorização educativa e profissional.



- Proporcionar a aquisição de hábitos de trabalho (esforço, disciplina, organização).
- Contribuir para a proteção, preservação e promoção do meio ambiente.
- Formação cívica e intelectual.
- Promover programas e ações de prevenção, segurança e saúde escolar.
- Tentar que as escolas sejam centros de desporto (escolas desportivas).

Integração/ação social no sentido da inclusão escolar e social dos alunos

- Promover igualdade de oportunidades.
- Apoiar alunos com dificuldades (material, refeições etc.).
- Promover a inclusão dos alunos.

Dinâmica inter-relacional escola-família

- Promover ações de interação escola-família.
- Encetar formas promotoras de maior envolvimento dos pais, nomeadamente através da calendarização de ações conjuntas com APs.

As áreas problemáticas identificadas por estes agentes a integrar o plano de ação do PEM-Porto são as seguintes:

- abandono escolar;
- insucesso escolar/dificuldades de aprendizagem/desmotivação;
- dificuldades económicas/desemprego;
- educação parental;
- indisciplina e violência nas escolas;
- desarticulação institucional;
- (in)segurança;
- degradação de algumas instalações escolares.

Face às áreas problemáticas identificadas, os agentes apresentam as seguintes propostas de ações:

- criar estruturas para resolução imediata de questões relacionadas com as instalações escolares;
- colocar mais auxiliares de ação educativa nas escolas;
- criar um plano para garantir condições de segurança na escola e na sua envolvente;
- criar estruturas/respostas de apoio sociofamiliar.



Foram vários os agentes identificados com responsabilidade em matéria de educação e que segundo as APs deveriam integrar o PEM-Porto: Estabelecimentos de ensino; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Serviços de saúde; Polícia de Segurança Pública; Autarquias (CMP e Juntas de Freguesia); Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Associações de Estudantes do ensino básico e secundário

No período de 15/05/2013 a 30/05/2013 foram dirigidos questionários *online* a 12 associações (número correspondente ao universo das Associações de Estudantes constituídas à data da auscultação), tendo sido obtidas cinco respostas.

As cinco Associações de Estudantes que responderam ao questionário, consideram pertinente a existência do PEM-Porto e três dos cinco respondentes encontram-se disponíveis para o integrar.

A pertinência do PEM-Porto é fundamentada por estes agentes por poder ser um projeto que possa vir a facilitar apoios a projetos juvenis e que considere a opinião dos alunos através das Associações de Estudantes, a proporcionar a tomada de decisões informadas, na área da educação e a agregação da ação num projeto comum.

Em termos dos contributos dos agentes no PEM, embora a questão não tenha sido colocada diretamente, comparando as respostas às questões sobre em que problemáticas identificadas as associações poderiam intervir e sobre a forma como o poderiam fazer, infere-se que existe por parte destes agentes, vontade em colaborar num Projeto Educativo Municipal, num processo a negociar: Foi referido que a pretensão é colaborar num projeto deste nível *“Ajudando em tudo o que for possível”*.

Os objetivos que foram definidos para o PEM-Porto centram-se em **questões de conteúdo – do que deve ser objeto de intervenção** no âmbito do PEM, abrangendo **objetivos centrados no contexto escolar** que remetem para a área da gestão de serviços, concretamente para *assegurar a qualidade da alimentação*; para a área da qualidade da educação e do ensino no sentido da promoção do sucesso escolar: *perceber as dificuldades dos alunos/ incentivar os jovens a não desistir dos estudos/apoiar professores através da formação* e para áreas relacionadas com ação/inclusão escolar e social: *promover a escola enquanto proteção para alunos carenciados*.

Outro conjunto de **objetivos** surge **fora do contexto escolar e numa ótica abrangente de Educação**, compreendendo a área específica da juventude e a área de educação ao longo da vida, de uma forma mais global:



- apoiar e promover iniciativas dos jovens/intervir junto dos jovens/alertar os jovens da sua importância na sociedade e no futuro;
- promover a educação/fazer a educação chegar a um maior nº de pessoas.

As áreas problemáticas identificadas pelas Associações de Estudantes a integrar o plano de ação do PEM são as seguintes:

- abandono escolar;
- carência/vulnerabilidade económica e social de um grande número de alunos;
- falta de qualidade da alimentação fornecida nas escolas (qualidade e quantidade);
- falta de iniciativas atrativas para os jovens e falta de apoios às iniciativas jovens.

Não tendo sido solicitado às Associações de Estudantes, a apresentação de propostas de ações, foi possível inferir, pelas respostas à questão de *“como se deve intervir nas problemáticas sinalizadas?”*, o que as mesmas consideram pertinente realizar:

- implementar ações na área da segurança das escolas;
- implementar projetos de apoio a crianças com dificuldades de integração escolar e de aprendizagem em articulação por exemplo com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Em termos dos outros agentes que devem integrar o PEM-Porto as respostas coincidem na totalidade com a identificação das associações de pais.

Juntas de freguesia

No período de 12/04/2013 a 30/04/2012 foram dirigidos questionários *online* às 15 Juntas de Freguesia do Porto, sendo que 13 Juntas de Freguesia remeteram as suas respostas através do preenchimento do instrumento de recolha de informação, que a equipa responsável por esta vertente de auscultação analisou, tendo os resultados sido os que a seguir se apresentam.

As 13 Juntas de Freguesia que responderam ao questionário, consideram na sua totalidade pertinente a existência do PEM-Porto e 11 estão disponíveis para o integrar.

A pertinência do PEM-Porto é fundamentada pelo facto de poder ser um projeto comum, em rede, numa lógica de cidade educadora, organizador da ação em termos de forma e de conteúdo e favorecendo a integração de novos atores educativos locais.

A sua pertinência surge associada ao desiderato de constituir um projeto que se traduza *“numa efetiva articulação entre os agentes educativos do concelho do Porto, por forma a ser elaborado um projeto educativo diversificado, coerente, sem duplicação de atividades e utilização de múltiplos recursos e equipamentos”*.



A sua pertinência também surge associada ao facto de se assumir como um projeto aglutinador das várias vertentes de educação com uma utilidade prática devendo garantir “*uma resposta educativa (formal, informal...) de qualidade, capaz de atender às necessidades do território e à sua idiossincrasia cultural*”.

Em termos de contributos foram apurados vários níveis de participação associados à disponibilidade dos agentes para integrar o PEM:

- colaborar no processo de reflexão/diagnóstico sobre a educação no Grande Porto;
- colaborar com o município na concretização de objetivos do PEM;
- colaborar na promoção da interação entre instituições diferenciadas (associações, escolas, unidades empresariais....);
- colaborar com as escolas na promoção da inclusão dos alunos;
- disponibilizar espaços para desenvolvimento de atividades.

Quanto a **objetivos**, surgem os seguintes, **associados à questão de como fazer (método)**:

- auscultar todos os intervenientes no processo educativo;
- promover a cooperação entre entidades;
- definir metas;
- planejar as ações do PEM anualmente, em torno de um tema aglutinador da ação;
- otimizar a ação através de um conhecimento aprofundado das respostas existentes e das áreas a descobrir;
- desenvolver mecanismos de monitorização e avaliação das respostas educativas existentes.

Em relação aos **objetivos ligados a questões de conteúdo – o que fazer**, que consideram ir de encontro às necessidades do território, destacam-se os seguintes:

- fomentar o sucesso escolar;
- promover a identificação do aluno com a escola através duma oferta diversificada em contexto escolar (atividades lúdicas, estágios, disciplinas opcionais...);
- reforçar a alimentação no 1º ciclo com suplementos alimentares no período da manhã e da tarde;
- alargar o complemento de apoio à família fornecendo respostas nas interrupções letivas, respondendo às necessidades reais das famílias;
- criar gabinetes de apoio psicológico e social para dar resposta aos problemas dos alunos e das famílias;
- aumentar o nível de escolaridade da população da cidade do Porto;
- facilitar o acesso a recursos educativos (espaços desportivos, culturais, etc...);
- promover projetos/ações na área da empregabilidade;
- promover a inclusão social.



Estes agentes não centram tanto o PEM no contexto escolar, identificando sobretudo objetivos ligados aos domínios da integração/ação social, no sentido da inclusão escolar e social, não só de alunos, mas também da população em geral.

As áreas problemáticas identificadas por estes agentes, a integrar o plano de ação do PEM são as seguintes:

- abandono e absentismo escolar;
- insucesso escolar/dificuldades de aprendizagem;
- problemas sociais agravados nos bairros sociais;
- indisciplina e violência nas escolas;
- violência doméstica;
- educação parental;
- segurança;
- dificuldades económicas/desemprego;
- ação social deficiente (Falta de apoio social às famílias e crianças carenciadas).

Os agentes apresentam as seguintes propostas de ações face às áreas problemáticas identificadas:

- pôr em marcha no terreno as ações e estratégias apontadas nos planos estratégicos já existentes no concelho (exemplos: Plano Municipal de Educação; Plano de Desenvolvimento Local, etc...);
- ter como público-alvo não apenas as crianças/alunos com problemas, mas intervir também junto das suas famílias;
- promover e desenvolver projetos na área do desenvolvimento das competências parentais;
- criar estruturas/respostas de apoio sociofamiliar;
- dotar as escolas com mais professores especializados para apoio específico a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- promover cursos de sensibilização dirigidos a professores e assistentes técnicos e operacionais na área da inclusão/exclusão;
- colocar mais assistentes técnicos e operacionais nas escolas;
- criar um plano para garantir condições de segurança na escola e na sua envolvente.

As Juntas de Freguesia apresentaram um conjunto de ações que já desenvolvem no território da sua competência administrativa, no sentido de colmatar um conjunto de problemas sociais, nomeadamente através da disponibilização de gabinetes de apoio psicológico e social; de projetos específicos na área do emprego e qualificação profissional em articulação com o IEFP; projetos em rede com a Segurança Social; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Fundações...; projetos de intervenção TEIP; projetos de apoio sociofamiliar; promoção de



atividades de apoio ao estudo e atividades de componente de apoio à família; projetos de desenvolvimento integrado – exemplo ADILO em Lordelo do Ouro; ações de despiste e encaminhamento de famílias e crianças em situação ou em de risco de exclusão.

Foram vários os agentes identificados com responsabilidade em matéria de educação e que, segundo as Juntas de Freguesia, deveriam integrar o PEM-Porto: Conselho Municipal de Educação; Estabelecimentos de Ensino; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Serviços de Saúde; Polícia de Segurança Pública; Câmara Municipal do Porto; Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

4.3 Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas

No dia 13 de maio de 2013 foram auscultados os diretores(as) e presidentes das comissões administrativas provisórias dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, através da dinamização de um painel de discussão.

De um universo de 18 agentes estiveram presentes 15.

Neste painel os agentes foram convidados a trabalhar em grupos de discussão, debruçando-se sobre três temas principais:

1. o que significa um Projeto Educativo, de âmbito territorial, ao nível da cidade do Porto;
2. objetivos a constar no PEM-Porto associados ao contexto escolar;
3. áreas de atuação que o PEM-Porto deverá integrar.

A síntese dos trabalhos é a que a seguir se apresenta.

O que significa um Projeto Educativo, de âmbito territorial, ao nível da cidade do Porto

- Ter um referencial comum de atuação para todas as escolas.
- Ser um projeto que identifique as necessidades e problemas do sistema educativo e apresente a definição de metas comuns de âmbito territorial.
- Ser um projeto que defina prioridades e objetivos comuns e que enquadre uma estratégia de ação.
- Um projeto que explicita um diagnóstico mais alargado da área territorial do município.
- Um projeto que identifique sinergias e parcerias.



Objetivos e áreas a constar no PEM-Porto associados ao contexto escolar

Objetivos:

- assegurar o cumprimento da educação pré-escolar como oferta universal;
- promover condições para concretização de uma educação inclusiva (necessidades educativas especiais e diversidade cultural...);
- combater o insucesso, abandono e absentismo escolar.;
- prevenção/reabilitação do comportamento desviante;
- promover uma rede de parcerias entre as escolas, o tecido empresarial e instituições do ensino público superior e outras entidades e agentes;
- promover uma articulação efetiva entre a escola e a família;
- assegurar recursos materiais e humanos adequados às necessidades dos alunos.

Áreas de atuação:

- sucesso escolar;
- responsabilização de pais;
- formação de docentes e pessoal não docente;
- adaptação curricular;
- educação das crianças e apoio às famílias.

Características que o PEM-Porto deve ter para ser um instrumento potenciador da articulação interinstitucional.

- Partir de um bom diagnóstico ao nível da identificação de problemas/necessidades e respostas existentes.
- Estabelecer compromissos entre instituições.
- Criar canais de comunicação efetiva (que não se reduzam a meros contactos) através, por exemplo, de reuniões de trabalho sistemáticas e regulares entre parceiros.
- Assegurar/promover um conjunto de linhas orientadoras (ao nível das ofertas formativas e ao nível de atividades pedagógicas) que traduzam identidade territorial (por exemplo, ourivesarias típicas) e que sejam adequadas/ajustadas ao contexto regional em termos do mercado de trabalho.
- Estruturar uma rede de oferta educativa global e complementar, adequada à realidade local, com definição específica dos papéis institucionais por área de atuação.



5 Conclusões do diagnóstico

Apresenta-se em seguida uma síntese da informação tratada no diagnóstico preliminar, com a indicação dos traços considerados marcantes em cada uma das dimensões retratadas.

Indicadores de contexto sociodemográfico

Em termos de movimentos populacionais, o concelho do Porto é o que apresenta o maior registo de entradas na cidade para estudar ou trabalhar da AMP (171.738), ultrapassando em larga escala a Maia, município que tem o segundo valor mais elevado (37.300).

Em contrapartida o número de saídas de pessoas para trabalhar e estudar (28.899) é inferior ao dos concelhos limítrofes (Vila Nova de Gaia, Gondomar; Matosinhos e Maia), o que sugere a deslocação de população residente nestes concelhos para estudar ou trabalhar no Porto.

Apesar da diminuição registada no total de população residente no Porto, entre 2001 e 2011 (tendência inversa face à AMP), este é o segundo concelho com maior número de população residente.

No que se refere às suas freguesias, registou-se um aumento de população residente, entre 2001 e 2011, em Ramalde, contrariamente ao verificado nas restantes freguesias.

O grupo etário dos 25-64 anos é o que surge com maior expressão no conjunto da população residente, com um peso de 54,3%, seguido do grupo dos 65 ou mais anos com 23,2%, os 0-14 anos com 11,9% e finalmente os 15-24 anos com 10,5%.

Relativamente ao índice de dependência de idosos, verifica-se em 2011 um aumento substancial face a 2001 e que o mesmo é superior, no Porto, por relação ao Continente e ao Grande Porto.

No que concerne ao índice de dependência de jovens, contrariamente ao anterior, pode observar-se uma ligeira descida entre 2001 e 2011, estando este valor abaixo dos números relativos ao Continente e ao Grande Porto nos dois anos de referência indicados.

Diminuição, em 1,2 pontos percentuais, da taxa bruta de natalidade, no Porto, entre 2001 e 2012, situando-se abaixo da taxa nacional em 0,5% e diminuição pouco significativa da taxa bruta de mortalidade no concelho(0,3%), no mesmo período, mantendo-se acima da taxa nacional em 1,9%.

Em termos de níveis de instrução da população residente, o Porto surge como o concelho da AMP com maior percentagem de população com nível de instrução superior (25,3% -



população com 15 ou mais anos), situando-se acima dos valores para Portugal (13,8%). O ensino pós-secundário surge com menor expressão (0,9%).

No tocante às freguesias do Porto, verificam-se assimetrias significativas nos níveis de instrução, nomeadamente na instrução superior. No limite inferior aparece a freguesia de S. Nicolau que apresenta 7,0% de população com instrução de nível superior, por oposição à freguesia de Nevogilde com um valor de 50,9%.

A taxa de emprego, definida como a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (15 e mais anos), entre 2001 e 2011, diminuiu 6,6 pontos percentuais, em concomitância com um aumento de 7,4 pontos percentuais na taxa de desemprego. A taxa de desemprego na cidade do Porto, apresenta valores mais elevados (quer em 2001 quer em 2011) por relação ao Grande Porto e Continente.

Indicadores de escolarização

Traços marcantes no ensino regular do pré-escolar ao secundário (situação atual reportada ao ano letivo 2010/11)

Frequências escolares e sua evolução

Importante expressão do nº de alunos do ensino regular público e privado no 1º ciclo, (11.986 alunos), seguido do 3º ciclo com 9.442 alunos e do 2º ciclo com 7.083 alunos.

Em termos totais o ensino público regular assume um peso de 58% de alunos matriculados face ao privado.

O ensino privado assume uma importância mais significativa na educação pré-escolar com uma expressão de 72,7% de crianças matriculadas.

Variações da população estudantil de 2006/07 a 2010/11 no conjunto do público e privado, são pouco significativas em termos globais, emergindo o 1º ciclo do ensino básico, contrariamente a este panorama, com uma tendência decrescente acentuada.

A maior redução de população escolar entre 2006/07 e 2010/11 constata-se no 1º ciclo de ensino básico no sistema público (-16% de taxa de variação) e o maior aumento regista-se no ensino secundário no sistema privado (11,8% de taxa de variação).

Oferta alternativa

Os cursos RVCC e os cursos EFA surgem com uma expressão significativa em termos de procura, no conjunto das respostas alternativas existentes, que visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população adulta.



Indicadores de sucesso/insucesso escolar

Taxa de retenção e desistência com uma tendência decrescente em termos globais entre 2006/07 e 2010/11 no Porto, no Grande Porto e no Continente.

A retenção e desistência escolar no concelho do Porto, embora assumindo uma tendência decrescente em quase todos os ciclos de ensino, regista uma exceção, embora pouco expressiva, no 1º ciclo do ensino básico, apresentando valores de 3,0 % em 2006/07 e de 3,2% em 2010/11.

O Porto, em 2010/11, apresenta taxas de retenção no 2º ciclo mais elevadas em 1,6 pontos percentuais face ao Grande Porto e em 1,1 pontos percentuais face ao Continente. Apresenta taxas de retenção mais baixas no 3º ciclo e secundário face ao Continente e Grande Porto (2,1 pontos percentuais no 3º ciclo e 2,5 pontos percentuais no secundário, por relação ao Continente; 1,2 pontos percentuais, no 3º ciclo e 1,0 ponto percentual no secundário, face ao Grande Porto).

Redução de um ponto percentual na taxa de abandono escolar entre 2001 e 2011 no Porto, seguindo a tendência do Continente, não obstante ser uma redução ligeiramente inferior à do Grande Porto e do Continente.

Oferta educativa e formativa

Caracterização do parque escolar da educação pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública e sua evolução.

O município tem implementado um programa faseado de negociação com as Juntas de Freguesia do Porto, com vista à denúncia dos acordos de cooperação de gestão partilhada dos jardins de infância da rede pública, potenciando-se assim o conceito de centro escolar, que integra num mesmo espaço físico, educação pré-escolar e 1º CEB.

No ano letivo 2012/13, passa para 48 o número de Jardins de infância da rede pública, diminuindo os JI's de gestão partilhada com as Juntas de Freguesia.

Mantém-se três JI's de gestão partilhada com as Juntas de Freguesia e abriram-se seis novas salas de jardim de infância instaladas nas seguintes escolas: na EB Miosóti, na EB Augusto Lessa, na EB Montebello, duas na EB Costa Cabral e uma na EB das Campinas.

Face ao reordenamento da rede territorial escolar pública, em 2012/13 surgem novos agrupamentos de escolas, que agregam escolas secundárias e agrupamentos existentes.



Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias projetos socioeducativos existentes no município

Ação do município

A intervenção do município é norteada por grandes áreas de atuação, que decorrem de normativos legais e dos objetivos subjacentes às políticas locais e alicerça-se em programas “âncora”, pela sua centralidade, abrangência e enfoque, implementados pelo Departamento Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação do Porto, como instrumento de divulgação das ações educativas concretas proporcionadas pela Câmara Municipal do Porto e entidades participadas, visa contribuir para o desenvolvimento das competências das crianças e dos alunos e auxiliar as práticas pedagógicas dos professores. Visa também ser um instrumento de reflexão e de avaliação para técnicos e profissionais que atuam nesta área, bem como para os decisores.

A oferta educativa do município organiza-se e orienta-se a partir de 13 vetores de atuação que congregam, para além dos programas “âncora” já referenciados, outras ações e atividades.

A oferta educativa do município abrange um público diferenciado (JI’s, escolas publicas, escolas privadas, ATL’s/centros de estudo, famílias e outros).

Sobresaiem as atividades dirigidas ao 1º ciclo do ensino básico, representando 29% da totalidade da oferta.

Avaliação da ação do município

Na auscultação efetuada aos diretores dos agrupamentos e das escolas não agrupadas e aos coordenadores das escolas do 1º ciclo do ensino básico, com o objetivo de conhecer as suas perceções e experiências face a diferentes parâmetros diretamente relacionados com a oferta educativa municipal, apresentada no Plano Municipal de Educação, ressaltam as seguintes conclusões:

- mais de 50% dos inquiridos estavam “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” em todos os parâmetros avaliados, exceto na *Contribuição da oferta municipal para a diminuição do abandono escola*.
- os parâmetros que apresentam maiores índices de satisfação relacionam-se com a organização e divulgação da oferta e, por outro lado, com o tipo e relação dessa mesma oferta com os programas escolares.



Auscultação aos agentes educativos

A maioria dos agentes auscultados considera pertinente a existência de um projeto de cidade (PEM-Porto) e mostrou-se disponível para o integrar.

Situam a sua participação ao nível do planeamento das ações e da implementação do PEM, no âmbito das suas competências nas várias matérias.

Partir de um diagnóstico aprofundado da realidade, com identificação e análise dos problemas e o conhecimento dos projetos existentes, foi apontado, na generalidade, como sendo a base necessária para se implementar um trabalho em rede.

Os objetivos apontados para um projeto educativo de cidade que estão relacionados com as áreas que consideram prioritárias, associados à perceção que têm dos problemas da cidade, abrangem matérias diversas, inerentes a uma visão sistémica dos problemas.

Na generalidade destacam-se **duas vertentes principais** a incluir num projeto educativo municipal: a primeira associada à **escola enquanto espaço/contexto de aprendizagens e de desenvolvimento pessoal e social dos alunos**, onde são identificadas matérias a abranger relacionadas com a gestão dos espaços/estabelecimentos escolares, a gestão de refeitórios, a falta de pessoal não docente, a falta de estruturas de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem e com dificuldades de inclusão escolar, as ofertas educativas pouco diversificadas e apelativas, o insucesso, abandono e absentismo escolar, a desmotivação/indisciplina/insegurança, carência alimentar dos alunos (problemas de carência económica e desemprego das famílias) e falta de projetos de intervenção integrados que tenham como alvo os alunos com problemas quer de aprendizagem quer de comportamento e as suas famílias.

Neste contexto escolar destacam-se as propostas de ação na área da educação para a saúde, para a cidadania e para a prática do desporto, como apostas na promoção de estilos de vida saudáveis e na criação/desenvolvimento de fatores de proteção.

O apoio social em contexto escolar e o apoio à família surgem como matérias significativas, abordadas pela generalidade dos agentes tendo como exemplos paradigmáticos aludidos nas várias propostas: *“reforçar a alimentação no 1º ciclo com suplementos alimentares no período da manhã e da tarde/alargar o complemento de apoio à família fornecendo respostas nas interrupções letivas respondendo às necessidades reais das famílias”*.

Surgem depois um conjunto de matérias a integrar um projeto educativo de cidade, associadas a uma **segunda vertente** relacionada com um contexto mais global de educação, cujo espaço é a própria cidade através dos vários recursos que disponibiliza de natureza não só escolar mas também social e cultural. Esta é uma **vertente de educação**



ao longo da vida. As propostas, embora ainda pouco concretas, vislumbram uma intervenção junto de outros públicos que não apenas o escolar numa ótica abrangente de educação: *Aumentar o nível de escolaridade da população da cidade do Porto/facilitar o acesso a recursos educativos (espaços desportivos, culturais, etc...)/promover projetos/ações na área da empregabilidade/ promover a inclusão social...*

Também é de realçar que, de forma geral, os agentes consideram que o diagnóstico aprofundado dos problemas no domínio da educação e da eficácia das respostas existentes, é fundamental para definir o caminho de um projeto educativo de cidade, o que nos remete para a importância da avaliação/monitorização da ação, enquanto processo essencial de ajustamento das respostas às necessidades.

Por último referir que os agentes identificados com responsabilidade em matéria de educação e que devem integrar o PEM-Porto são:

Conselho Municipal de Educação

Câmara Municipal do Porto

Juntas de Freguesia

Estabelecimentos de Ensino

Associações de Pais e Encarregados de Educação

Associações de Estudantes

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Serviços de Saúde

Polícia de Segurança Pública

Segurança Social

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Outros



6 Análise Swot da implementação do Projeto Educativo Municipal

Ao longo da construção desta fase de auscultação e diagnóstico foram sendo elencados pontos fortes, pontos fracos, associados ao território municipal, bem como oportunidades e ameaças externas, de cariz regional, nacional e/ou internacional, que potenciem ou possam obstaculizar a implementação do Projeto Educativo Municipal da cidade do Porto.

As mesmas são explanadas na análise swot que se apresenta em seguida.

Projeto Educativo Municipal do Porto



Quadro 52 - Análise Swot à implementação do Projeto Educativo Municipal

	Pontos fortes	Pontos fracos
Fatores internos (Sendo o PEM um projeto de base territorial municipal, consideraram-se fatores internos os associados ao território Porto)	- O Porto é polo de atração para estudar e trabalhar (apresenta, em 2011 o maior registo de entradas e menor número de saídas da AMP para trabalhar e estudar). - Município do Porto enquanto membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras e da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. - Segundo concelho da AMP com maior número de população residente (293.393 habitantes em 2011). - Peso da população residente, com 15 ou mais anos, com escolaridade de nível superior (25%, em 2011) significativo em relação aos restantes municípios da AMP e Portugal. - Peso do ensino privado no cômputo dos alunos matriculados no ensino regular – potenciador de dinâmicas e parcerias (58% público e 42% privado em 2010/11). - Renovação de parte significativa do parque escolar público da cidade. - A Carta Educativa do Porto enquanto instrumento de planeamento da ação educativa concertada e alargada à cidade. - Vigência de diversos Planos Municipais: educação, juventude, cultura e contra a violência doméstica. - Diversidade temática e quantidade da oferta educativa da autarquia, abarcando um leque alargado de vetores de atuação. - Existência de três pólos universitários, nos quais se encontra integrada a maior instituição de ensino superior e de investigação científica de Portugal. - Elevado número de parcerias já estabelecidas nos programas e projetos educativos implementados pela autarquia, nomeadamente a ligação ao tecido empresarial, às universidades, centros de investigação, laboratórios e a instituições ligadas à ciência e às artes. - Variedade de entidades, recursos, equipamentos, infraestruturas com intervenção nos domínios da investigação, da inovação, empregabilidade, mundo do trabalho e empreendedorismo, com sede na cidade. - Existência de projetos educativos inovadores nos estabelecimentos de ensino da cidade. - Funcionamento da rede social do Porto, integrando Unidades Operacionais de Intervenção que atuam em áreas problema, evidenciadas pelos agentes educativos na auscultação. - Valorização da pertinência de um PEM-Porto pela maioria dos agentes auscultados e manifestação de intenção de participação.	- Constrangimentos temporais na execução das diferentes etapas previstas em cronograma para a construção e implementação do PEM-Porto. - Dimensão do universo da oferta e recursos educativos e formativos enquanto obstáculo à implementação das lógicas em rede. - Dispersão da informação relativa à oferta educativa e formativa da cidade. - Desarticulação das iniciativas e debilidade das redes de comunicação e cooperação interinstitucional, nomeadamente, entre escolas e centros de formação, públicos e privados (Diagnóstico da Rede Social). - Diminuição da população escolar no ensino público. - Taxas reais de escolarização entre os 10 e os 17 anos inferiores ao Grande Porto em 2011. - Aumento da taxa de desemprego, em 2011, com valor mais elevado do que no Grande Porto e Continente. - Agravamento das condições socioeconómicas das famílias. - Crescente aumento de emigração de população, em idade ativa, com nível superior de escolaridade.
Fatores externos (fatores externos ao município do Porto, nomeadamente de carácter regional, nacional e internacional)	Oportunidades - Existência de uma entidade supramunicipal – AMP – a dar suporte aos PEMs concelhios. - Construção do Projeto Educativo Metropolitano da AMP. - Existência de variados parques tecnológicos em cidades da Área Metropolitana. - Crescimento da Área Metropolitana. - Zona Norte, como zona prioritária para a beneficiação dos fundos estruturais de desenvolvimento no período 2014-2020.	Ameaças - Constrangimentos económicos inerentes ao plano de resgate de assistência económica financeira nacional. - Centralização da gestão escolar na Administração Central / MEC. - Possibilidade de novo reordenamento da rede de ensino público.



7 Plano estratégico

O plano estratégico concretiza a vinculação dos agentes educativos e a estrutura de desenvolvimento do Projeto Educativo Municipal, constituindo a última fase da etapa três da estratégia metodológica de construção do PEM-Porto.

O referencial que se propõe para a conceção do plano estratégico inerente ao PEM-Porto é comum aos diferentes municípios que integram a Área Metropolitana do Porto. Este referencial integra um conjunto de princípios norteadores da ação:

- auscultação/diálogo – escuta e diálogo como instrumentos que ativam a participação, potenciam o conhecimento, fomentam o envolvimento pessoal e institucional;
- utilidade/orientação para a ação – bússola para os objetivos e metas a atingir e uma âncora para a mudança e para os caminhos e processos a reequacionar;
- comprometimento e sustentabilidade – compromissos e parcerias entre os diferentes atores e instituições do território, mobilizando as melhores vontades de mudança e dando resposta às aspirações e preferências da comunidade;
- participação/implicação – participação, implicação e corresponsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias previstas num projeto de cariz municipal;
- integração/articulação – articulação e complementaridade na ação educativa e formativa;
- equidade - valores do respeito, da tolerância e do equilíbrio, do diálogo em condições de igualdade entre todas as instituições;
- valorização das pessoas e das instituições – fortalecimento do trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições educativas;
- monitorização e consequência/avaliação – melhoria efetiva das práticas educativas e formativas do município e consolidação dos mecanismos de regulação e de avaliação contínua.

O referencial apresentado, ressalta a conceção de **Cidade Educadora**, que tem na sua génese a ideia de que a educação é uma responsabilidade de toda a cidade, abarca um conceito abrangente de educação (formal não formal e informal), sendo um direito de todos ao longo da vida.

Cidade/município enquanto espaço/território educativo em que a educação é perspectivada de forma global e integral, onde estão envolvidos vários agentes, são abrangidos vários públicos e integradas diversas áreas.



Partindo deste suporte concetual e tendo por base as conclusões do diagnóstico, quer na sua vertente quantitativa, quer na sua vertente qualitativa (auscultação aos agentes) define-se o seguinte quadro estratégico de planeamento da intervenção, abrangendo, numa fase piloto, o público escolar da rede pública do pré-escolar ao secundário, pretendendo-se o seu alargamento faseado a todos os públicos escolares, particular, cooperativo e social e público não escolar.

No desiderato de abarcar todos os públicos e domínios educativos importa continuar o processo de auscultação, abrangendo assim outros agentes e áreas.

7.1 Proposta de domínios e áreas de atuação

O presente plano estratégico foi estruturado em linha com os eixos inscritos na Carta Educativa do Porto – “aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e formação”; “permitir o acesso de todos à educação e à formação”; “abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e formação”.

Ao longo da fase de auscultação foi preocupação da equipa, identificar as principais áreas problemáticas percecionadas pelas diversas entidades consultadas, agregando-se em seguida as áreas de preocupação transversais à maioria dos auscultados: insucesso escolar; abandono escolar; dificuldades económicas/desemprego; educação parental; violência, criminalidade e (in)segurança; desarticulação interinstitucional; degradação de algumas instalações escolares; problemas sociais agravados nos bairros sociais; falta de qualidade e quantidade de alimentação; falta de iniciativas atrativas para os jovens.

Com base em toda a informação recolhida e cruzando com os documentos orientadores que regulam a política educativa municipal, foi integrada uma proposta estruturadora do plano estratégico do PEM-Porto, com a duração de três anos - 2014/17, alicerçado em domínios que agregam áreas de atuação e objetivos.

Trata-se, contudo, de um mero exercício, que tem por objetivo funcionar como ponto de partida para a discussão alargada na elaboração e validação do PEM-Porto, por parte dos agentes educativos que o integram.



Domínio 1 - Qualidade dos sistemas de educação e de formação do Porto (*Mais e Melhor escola / estratégia 2020*)

Áreas de atuação

- Sucesso educativo.
- Prevenção do abandono escolar.
- Diversidade e igualdade de oportunidades.
- Referencial comum de atuação para todas as escolas.
- Formação a docentes e não docentes.
- Dinâmica inter-relacional escola/família.
- Requalificação/ manutenção dos equipamentos escolares.
- Alimentação.
- Outras.

Objetivos

- Promover o sucesso educativo, prevenir o insucesso e reduzir o abandono escolar, contribuindo para que o cidadão complete a escolaridade obrigatória.
- Promover uma aprendizagem mais atrativa e estimular o interesse pela matemática, pelas ciências, pelas tecnologias, pela educação ambiental, pela saúde, desporto, pela arte e cultura, pelas literacias, pela leitura e escrita da língua portuguesa.
- Valorizar equipamentos escolares, garantir condições de segurança na escola e na sua envolvente e reforçar a ação social escolar.
- Melhorar a oferta da formação contínua, na perspetiva da aprendizagem ao longo da vida.

Domínio 2 – Cidadania e desenvolvimento pessoal e social

Áreas de atuação

- Educação para a cidadania.
- Educação parental.
- Educação para a saúde e desporto.
- Educação ambiental.
- Educação para a arte, cultura científica e tecnológica.
- Prevenção do risco em contexto escolar.
- Prevenção em jovens fora dos sistemas de ensino e formação.
- Outras.

Objetivos

- Contribuir ativamente para a universalização da educação pré-escolar e para uma educação inclusiva.



- Melhorar o sistema de informação, aconselhamento e orientação sobre os tipos de aprendizagem disponíveis.
- Promover a educação parental e para a cidadania e para estilos de vida e comportamentos saudáveis.

Domínio 3 — Funcionamento da Rede interinstitucional PEM-Porto

Áreas de atuação

- Estruturação da rede organizativa e comunicacional do PEM-Porto.
- Compromisso com o PEM-Porto.

Objetivos.

- Promover o funcionamento da rede incrementando a comunicação e as relações interinstitucionais.
- Fomentar a construção de um referencial comum de atuação.
- Constituir um sistema de informação contínuo da oferta educativa e formativa da cidade e de monitorização e avaliação da realidade educativa da cidade.

Entidades que se relacionam com a operacionalização dos domínios:

Administração Regional de Saúde do Norte

Associações de Estudantes

Associações de Pais

Câmara Municipal do Porto

Comissão específica do Conselho Municipal de Educação

Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Conselho Local de Ação Social do Porto

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

Estabelecimentos de Ensino

Forças de Segurança

Instituto da Segurança Social

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Instituto Português do Desporto e Juventude

Instituições/Agentes orientados para a Educação Não Formal

Instituições Particulares de Solidariedade Social

Juntas de Freguesia

Tecido Empresarial

Unidades Operacionais da Rede Social

Universidades públicas e privadas



7.2 Sistema de monitorização e avaliação

O sistema de monitorização e avaliação é transversal aos três domínios, abrangendo duas vertentes essenciais de avaliação:

- eficácia da estrutura da rede, que deverá ser avaliada a partir dos meios e dispositivos organizacionais e comunicacionais a criar. Considerando um espaço temporal de três anos para o desenvolvimento do PEM-Porto, a mesma prevê avaliações periódicas
- eficácia da ação que deverá ter uma periodicidade semestral ou anual.

Finalidade

Produzir informação que sustente a ação, numa lógica de melhoria contínua.

Objetivos

- Acompanhar de forma continuada os processos e os resultados da ação.
- Identificar os fatores críticos para a concretização das ações planeadas.

7.3 Operacionalização do plano estratégico

Para a operacionalização do plano estratégico, ou seja, para a montagem da rede e para a consensualização, em termos da integração de respostas (projetos, ações, atividades, serviços) alinhadas às áreas de atuação, é necessário priorizar as áreas de atuação, efetuar um levantamento da oferta existente, definir metas comuns e planejar novas ações de reforço.

O plano estratégico será implementado através da realização de Jornadas de reflexão/trabalho com todas as entidades que se revejam nos objetivos e linhas estratégicas do PEM-Porto a implementar em 2014.



Projeto Educativo Municipal do Porto

Nota final

Com este documento pretende-se dar por findo o trabalho que foi sendo desenvolvido ao longo das etapas iniciais da construção do Projeto Educativo Municipal concebido como *Work-in-progress* dinâmico, um processo de direção e gestão estratégica, participado e com o envolvimento de todos.

O planeamento e organização corresponsável que se pretende, implicam a abertura à mudança e à inovação, nas formas de ser e de estar, no processo educativo da cidade.

Nesta lógica, o diagnóstico, o levantamento de recursos e identificação de necessidades/ problemas são mais ricos e extensos, assim como as propostas e projetos que irão emergir, fruto dos grupos de trabalho que entretanto se formarão para elaborar propostas de ação.

O caminho está assim desenhado mas não traçado, agora é necessário passar da análise à ação, definindo objetivos consensuais e negociando compromissos, congregando projetos e iniciativas educativas, para reforçar o Porto como Cidade Educadora.



Projeto Educativo Municipal do Porto

Glossário

Siglas

ADILO - Associação de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

AE - Agrupamento de Escolas

AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular

AMP - Área Metropolitana do Porto

AP - Associação de Pais

ASE - Ação Social Escolar

ATL - Centros de atividades de tempos livres

CAF - Componente de apoio à família

CAP - Comissão administrativa provisória

CCP - Código da contratação pública

CEB - Ciclo do ensino básico

CEF - Curso de educação e formação

CET - Curso de especialização tecnológica

CLASP - Centro Local de Ação Social do Porto

CME - Conselho Municipal de Educação

CMP - Câmara Municipal do Porto

CP - Curso profissional

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

D.L. - Decreto-Lei

DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGEES - Direção Geral de Estabelecimentos do Ensino Superior

DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

DME - Departamento Municipal de Educação



Projeto Educativo Municipal do Porto

EA - Educação ambiental

EB – Escola básica

EB1 - Escola básica do 1º ciclo

EBS - Escola básica e secundária

EFA - Educação e Formação de Jovens e Adultos

ENA - Escolas não agrupadas

EP - Escola profissional

EPC - Escola particular e cooperativa

EPE - Educação pré-escolar

FEP-UCP – Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa

FM - Formação modular

FMC - Formação modular certificada

GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

IEFP - Instituto Português de Emprego e Formação Profissional

IGEC - Inspeção Geral da Educação e Ciência

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPDJ - Instituto Português de Desporto e Juventude

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

JF - Junta de Freguesia

JI - Jardim de infância

MEC - Ministério da Educação e Ciência

PEM-Porto - Projeto Educativo Municipal do Porto

PME - Plano Municipal de Educação

PSP - Polícia de Segurança Pública

QNQ - Quadro Nacional de Qualificações



Projeto Educativo Municipal do Porto

RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SASE - Serviço de Ação Social Escolar

TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária

UCP - Universidade Católica do Porto

UO – Unidade orgânica



Projeto Educativo Municipal do Porto

Conceitos

Abandono escolar - Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei. Conceito que abrange o grupo de alunos entre os 10 e 15 anos que deveriam estar integrados no sistema de ensino até conclusão do 3º ciclo.

Cursos PIEF - Os Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) destinam-se a jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos. Estes cursos / programas educativos concretizam-se através de Planos de Educação e Formação Individualizados, que integram: Uma componente de escolarização, que favorece o cumprimento da escolaridade obrigatória; Uma componente de formação, para a ocupação e orientação vocacional, de acordo com os interesses e expectativas evidenciadas pelos alunos durante a intervenção; Uma componente de educação para a cidadania, com o desenvolvimento de atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade, com a finalidade de promover a integração social, e a mobilização de saberes relacionais e sociais.

No desenvolvimento dos PIEF, os jovens que concluírem a escolaridade obrigatória poderão ser encaminhados para respostas de educação e formação que correspondam aos seus interesses e expectativas, nomeadamente para percursos de certificação escolar e profissional, ou de certificação profissional, desenvolvidos por instituições de educação e formação tuteladas pelo Ministério de Educação e Ciência e/ou pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Desempregado - Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) Não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) Estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) Tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores para encontrar um emprego remunerado ou não.

Ensino básico - Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino básico 1º ciclo - Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, e corresponde aos primeiros 4 anos do ensino obrigatório.

Ensino básico 2º ciclo - Corresponde aos dois anos seguintes ao ensino básico 1º ciclo.

Ensino básico 3º ciclo - Corresponde aos 3 anos seguintes ao ensino básico 2º ciclo e é o último ciclo do ensino básico.

Ensino pós-secundário - Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.



Projeto Educativo Municipal do Porto

Ensino secundário - Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Nível de escolaridade - Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior. Corresponde ao grau de ensino mais elevado atingido, completo ou incompleto.

Período de referência: Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).

População presente - Pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia.

População residente - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Saída antecipada - Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola.

Saída ou abandono precoce do sistema de ensino - Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Taxa Bruta de Mortalidade - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes). (metainformação – INE)



Projeto Educativo Municipal do Porto

Taxa Bruta de Natalidade - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes). (metainformação – INE)

Taxa de desemprego (sentido restrito) - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. A fórmula utilizada é a seguinte:

Taxa de desemprego (%) - População desempregada (sentido restrito) / População ativa X 100

Nota: De acordo com o Regulamento (CE) 1201/2009 da Comissão, de 30 de Novembro, a divulgação dos resultados dos Censos 2011 sobre a atividade económica das pessoas é feita na base do desemprego em sentido restrito.

Taxa de emprego da população em idade ativa (sentido restrito) - Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Nota: De acordo com o Regulamento (CE) 1201/2009 da Comissão, de 30 de Novembro, a divulgação dos resultados dos Censos 2011 sobre a atividade económica das pessoas é feita na base do desemprego em sentido restrito.

Taxa de Variação Populacional pode ser entendida como o crescimento percentual da população entre dois momentos.

Taxa específica de escolarização - A relação, expressa em percentagem, entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário que frequenta qualquer nível de escolaridade e o número total de indivíduos residentes desse grupo etário.

Taxa líquida de escolarização - A relação entre o número de alunos do grupo etário x-y, que frequenta o nível de ensino correspondente e a população residente do grupo etário x-y: 1º ciclo a frequentar com 6 a 9 anos; 2º ciclo a frequentar com 10 a 11 anos; 3º ciclo a frequentar com 12 a 14 anos; secundário a frequentar com 15 a 17 anos.

Taxa real de escolarização – Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Taxas brutas de escolarização - Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

Taxas de retenção e desistência - Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Variação populacional - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo.

Fontes: *Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estatística; Carta Educativa do Porto*



Projeto Educativo Municipal do Porto

Bibliografia

Almeida, J. F. e Pinto, J. M. (1982) *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença.

Almeida, L. & Tavares (1998) Conhecer, aprender, avaliar. In Almeida (1998). *Aprendizagem escolar – Dificuldades de aprendizagem*. Porto, Porto Editora, pp 53-74.

Benavente, A. (1976) *A escola na sociedade de classes: o professor primário e o insucesso escolar*. Lisboa, Livros Horizonte.

Benavente, A. & Correia, P. A. (1980) *Obstáculos ao sucesso na escola primária*. Lisboa, Instituto de estudos para o desenvolvimento – caderno 3.

Câmara Municipal do Porto (2007) *Carta Educativa do Porto*. Porto, Câmara Municipal do Porto.[online] Disponível em www.cm-porto.pt/gen.pl?sid=cmp.sections/1035

Câmara Municipal do Porto (2011) *Carta Educativa do Porto. Reordenamento da rede escolar pública da EPE e do 1.º CEB*. Porto, Câmara Municipal do Porto.[online] Disponível em www.cm-porto.pt/gen.pl?sid=cmp.sections/1035

Câmara Municipal do Porto (2011) *Plano Municipal de Educação*. Porto, Câmara Municipal do Porto/Pelouro do Conhecimento e Coesão Social.

Coppini, R. B. (2006) *Los proyectos educativos de ciudad . Gestión estratégica de las políticas educativas locales*. Centro Ibero Americano de Desarrollo Estratégico Urbano (CIDEU). [online] Disponível em http://www.kreanta.org/programas/pdf/Los_Proyectos_Educativos_de_Ciudad_.pdf

Coutinho, C. (2008) *Métodos de investigação em Educação*. Universidade do Minho. [online] Disponível em <http://faadsaze.com.sapo.pt/indice.htm>

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2012) *Regiões em Números 2010/2011: vol. I – Norte*. Lisboa, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Fonseca, V. (2004) *Dificuldades de aprendizagem*. Lisboa, Âncora Editora.

Formosinho, J. & Fernandes, A. S. (1987) *A Influência dos Factores Escolares*. In O Insucesso Escolar em Questão. Área de Análise Social e Organizacional da Educação, Braga, Universidade do Minho, pp.29-34.

Garcia, A. T. et al. (1998) *Fracaso escolar y desventaja sociocultural. Una propuesta de intervención*. Madrid, Narcea, S. A. Ediciones.



Projeto Educativo Municipal do Porto

Gomes, C. A. (1987) *A interacção selectiva na escola de massas*. In Revista Sociologia, Problemas e Práticas, 3, pp 35-49.

Latorre, A. (2003) *La Investigación-Acción*. Barcelona, Ed. Graó.

Machado, J. (2004) *Cidade Educadora e administração local da educação na Cidade de Braga*, Comunicação do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios. [online] Disponível em <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461180422234c_1.pdf>

Universidade Católica Portuguesa | Centro Regional do Porto – Pólo da Foz [s.d.] *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto*. [online] Disponível em < <https://cmpexternos.cm-porto.pt/rsocial/>>

Santos Guerra, M. A. (2010) *La Ciudad Educadora* [online]. Disponível em <http://www.quadernsdigitals.net/datos_web/articles/kikiriki/k48/k48ciudad.htm>

Legislação

Lei nº 22/2012. D.R. I Série. 105 [2012-05-30] 2826

Lei nº 46/86. D.R. I Série. 237 [1986-10-14] 3067

Lei n.º 115/97. D.R. I Série-A 217 [1997-09-19] 5082

Lei n.º 49/2005. D.R. I Série-A 166 [2005-08-30] 5122

Lei n.º 147/99. D.R. I Série-A 204 [1999-09-01] 6115

Sites consultados

Câmara Municipal do Porto

www.cm-porto.pt/

Censos 2011

<http://censos.ine.pt/>

Direção Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência

<http://www.dgeec.mec.pt/>



Projeto Educativo Municipal do Porto

Gabinete de Avaliação Educacional – Ministério da Educação e Ciência

<http://www.gave.min-edu.pt/>

Pordata

<http://www.pordata.pt/>

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

<http://www.gepe.min-edu.pt/>

Inspeção Geral de Educação e Ciência

<http://www.ige.min-edu.pt/>

Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.pt/>

Roteiro das Escolas

<http://roteiro.min-edu.pt/>

Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

<http://www.dgeec.mec.pt/>

Direção Geral de Ensino Superior

<http://www.dges.mctes.pt/>



Projeto Educativo Municipal do Porto

Anexos



Anexo 1

Referencial PEM



REFERENCIAL DO PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL

1. Contexto e objeto

Este referencial surge no âmbito do caderno de encargos do concurso *apoio à elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais* e estabelece princípios, parâmetros e normas gerais que podem ajudar à respetiva elaboração.

2. Princípios orientadores

Um documento como o PEM, que pretende referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do município, tem de se nortear por princípios que criem e sustentem condições de exequibilidade de um projeto de ação onde as pessoas e as instituições se revejam. Neste quadro, os princípios orientadores e organizadores são os seguintes:

i. *Princípio da Auscultação/Diálogo* – A escuta e o diálogo são instrumentos que ativam e impulsionam a participação, adaptam a teoria aos contextos, potenciam o conhecimento, fomentam o envolvimento pessoal e institucional e devem estar presentes em todas as fases do PEM (concepção, desenvolvimento e avaliação).

ii. *Princípio da Participação/Implicação* – Mais do que um documento, o PEM é uma visão e uma dinâmica de envolvimento de muitas pessoas e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa. O PEM traduz a participação, implicação e co-responsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias previstas num projeto de cariz municipal.

iii. *Princípio de Integração/Articulação* – O PEM é um documento aglutinador das diferentes ações realizadas pelos diversos atores educativos e formativos do município, devendo estar continuamente recetivo ao esforço de inovação. Valorizando o que há de convergente e de distintivo em cada instituição, o PEM aposta na articulação e na complementaridade.

iv. *Princípio da Equidade* - O PEM assenta nos valores do respeito, da tolerância e do equilíbrio, favorece o diálogo em condições de igualdade e garante o princípio da equidade entre todas as instituições.

v. *Princípio da Valorização das Pessoas e das Instituições* – O PEM faz-se para as pessoas, acolhe as suas expectativas e necessidades, estimula as suas competências e fomenta as suas realizações. Nessa medida,



Projeto Educativo Municipal do Porto

fortalece e humaniza o trabalho desenvolvido pelas diferentes instituições, que também se valorizam com pessoas motivadas e disponíveis para novos desafios.

vi. Princípio da Utilidade/Orientação para a Ação – O PEM é um documento com informação relevante para os diferentes atores educativos e decisores políticos, constituindo simultaneamente uma bússola para os objectivos e metas a atingir e uma âncora para a mudança e para os caminhos e processos a reequacionar.

vii. Princípio da Monitorização e da Consequência/Avaliação – Tendo como finalidade a melhoria efetiva das práticas educativas e formativas do município, o PEM requer práticas de autoavaliação contínuas e exigentes e de uma constante monitorização dos resultados obtidos, confrontando-os com o diagnóstico e as expectativas inicialmente afirmadas. Deste modo se dá consequência ao trabalho realizado pelas diferentes pessoas e instituições e se consolidam os mecanismos de regulação e de avaliação contínua, tendo em vista a melhoria de todo o processo educativo e formativo.

viii. Princípio de Comprometimento e da Sustentabilidade – O PEM impulsiona o estabelecimento de compromissos e de parcerias entre os diferentes atores e instituições do território, mobilizando as melhores vontades de mudança e dando resposta às aspirações e preferências da comunidade. A sustentabilidade do PEM implica uma contínua concretização de ações promotoras da melhoria do quadro educativo e formativo do município.

3. Objetivos

Os principais objetivos do PEM são os seguintes:

- desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e interação em Educação;
- desenvolver o papel de ator responsável e interveniente na comunidade educativa;
- detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;
- desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- elaborar produtos úteis, necessários e aplicáveis;
- inovar e melhorar as práticas na área e contexto-alvo
- contribuir para o desenvolvimento e resolução de problemas, procurando dar resposta a um conjunto de questões-chave, a saber:

O PEM como dinâmica de afirmação de uma identidade

(O que nos singulariza, o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica?)

O PEM como fator de desenvolvimento de um território

(O que nos potencia, o que pode promover e alavancar um desenvolvimento articulado e sustentado?)



Projeto Educativo Municipal do Porto

O PEM como elemento catalisador e inspirador da ação

(O que nos mobiliza e anima, o que faz agir, em termos pessoais e institucionais?)

O PEM como vantagem percebida

(Qual a mais valia, o que vem acrescentar aos projetos educativos já existentes?)

O PEM como instrumento de monitorização, regulação, avaliação formativa da ação

(O que pode regular e inspirar as ações das partes e do todo?)

4. Metodologia global

Por forma a dar resposta a estes imperativos, recorrer-se-á a uma metodologia de *investigação-ação*, que permita realizar um projeto de intervenção elaborado em função das necessidades do meio num esforço contínuo para ligar, relacionar e confrontar a ação e a reflexão. Pretende-se que a reflexão abra novas opções para a ação e que a ação permita reexaminar a reflexão que a orientou.

As dinâmicas de investigação-ação a desenvolver serão complementadas por uma lógica de formação-ação, que permita capacitar os agentes envolvidos na construção dos projetos educativos municipais *na* e *para* a ação.

O trabalho a realizar desenvolver-se-á a partir de uma fase inicial de diagnóstico que consiste na recolha e análise de informação sobre projetos educativos e projetos em educação junto dos 16 municípios da AMP. Esta fase visa o (re)conhecimento dos contextos municipais em matéria de educação, com vista à valorização e à integração das dinâmicas pré-existentes.

A partir da fase de diagnóstico o trabalho desenvolver-se-á, numa lógica de investigação-ação, numa espiral de ciclos de três fases: planeamento, ação; monitorização dos resultados da ação.

Atendendo à diversidade de situações dos municípios, quer em relação aos recursos existentes, quer ao trabalho já desenvolvido por cada um dos municípios nesta matéria, parece-nos mais aconselhável apresentar duas propostas diferentes de estrutura do PEM, sendo uma considerada como estrutura base e outra como estrutura desenvolvida, sendo desejável que todos os municípios tenham esta última no seu **horizonte temporal de médio prazo**.



Estrutura do Projeto Educativo Municipal

Índice

I. Introdução

II. Caracterização geral do território educativo

2.1. Contexto social, económico e cultural

2.2. Rede escolar e oferta educativa/formativa

2.3. Estruturas de apoio, redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município

2.4. Sucesso educativo e análise Swot

III. Plano de ação

3.1. Linhas orientadoras do projeto educativo

3.2. Objetivos gerais e específicos do projeto

3.3. Estratégia metodológica

3.4. Plano de atividades (atividade, intervenientes, calendarização e outros recursos)

IV. Intervenção/execução

4.1. Desenvolvimento do projeto

4.2. Monitorização e controlo

V. Avaliação do projeto educativo

VI. Anexos



Estrutura do Projeto Educativo Municipal

Índice

I. Introdução

1. As competências dos Municípios na Educação
2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre projeto educativo municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos
3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal (auscultação, envolvimento e implicação dos atores educativos)

II. Contexto e diagnóstico

1. **Caraterização social, económica e cultural do município** (IDS, economia, emprego, índices de escolarização, apoios sociais/ASE ...)
2. **Rede escolar** (pública, privada e cooperativa) e **acessibilidades**
3. **Oferta formativa** (pública, privada e cooperativa)
4. **Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias** (instituições, departamentos, equipamentos, agentes, oportunidades...) e **projetos socioeducativos existentes no Município**
5. **Sucesso educativo** (resultados académicos, abandono escolar, taxas de transição e de repetência, resultados da avaliação externa das escolas...)
6. **Análise Swot** (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)

III. Plano de ação

1. **Linhas orientadoras do projeto educativo** (rede escolar, oferta formativa, valorização do capital humano, sucesso educativo (ao nível da instrução, socialização e estimulação), formação contínua, formação de adultos, prevenção do abandono escolar e da exclusão social, educação para a cidadania, educação para a saúde...)
2. **Objetivos gerais e específicos do projeto educativo** (educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, formação de adultos, formação contínua, outras atividades formativas, rede escolar, oferta formativa, projetos, metas a alcançar...)



Projeto Educativo Municipal do Porto

3. Estratégias (criação de mecanismos de auscultação e de participação dos diferentes atores educativos, articulação do projeto educativo municipal com os projetos educativos das escolas/agrupamentos e com outros instrumentos de planeamento, articulação e cooperação entre as diferentes áreas departamentais e instituições municipais e intermunicipais, requalificação dos equipamentos, racionalização dos recursos, criação de plataformas e dispositivos de cooperação e de divulgação de projetos e de boas práticas, organização e racionalização da oferta educativa/formativa, criação de uma equipa de dinamização do projeto educativo municipal, divulgação do projeto, projetos e atividades educativas...)

4. Plano de atividades e calendarização (atividades, projetos, prazos, datas e etapas, metas lugar/instituição...)

5. Recursos (identificação e afetação de recursos humanos, financeiros, serviços/departamentos, equipamentos...)

IV. Intervenção/execução

1. Desenvolvimento do projeto (concretização de projetos e atividades, prossecução das etapas e metas fixadas ao nível de cada programa e serviço/departamento, nas diferentes áreas educativas/formativas)

2. Monitorização e controlo (observatório, ações de acompanhamento, criação de uma comissão de acompanhamento e pilotagem, relatórios intermédios, periodicidade, eventuais ajustamentos intermédios...)

V. Avaliação do projeto educativo (auto e heteroavaliação, avaliação dos processos e dos resultados, ampla participação dos atores envolvidos, momentos e periodicidade, elaboração e divulgação dos relatórios)

V. Glossário (nomes, conceitos, acrónimos...)

VI. Bibliografia

VII. Anexos (dados estatísticos, espaços socioeducativos, rede escolar, oferta formativa, fichas, questionários, mapas,...)

09/10/2012



Anexo 2

Cursos Profissionais por estabelecimentos de ensino da rede pública e privada



Projeto Educativo Municipal do Porto

Cursos Profissionais por estabelecimentos de ensino – ano letivo 2012/2013

Escola	Cursos Profissionais
Rede pública	29 Cursos / 9 estabelecimentos de ensino
EB Dr. Leonardo Coimbra – Filho	Técnico de Restauração - Restaurante - Bar
EBS do Cerco	Técnico de Restauração-Cozinha/Pastelaria
	Técnico de Eletrotecnia
	Técnico de Turismo
ES Alexandre Herculano	Técnico de Apoio à Infância
	Técnico de Comércio
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Técnico de Turismo
ES António Nobre	Técnico de Turismo
	Técnico de Artes Gráficas
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Técnico de Análise Laboratorial
ES Artística Soares dos Reis	Técnico de Joalharia / Cravador
ES Carolina Michaelis	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Técnico de Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar
ES D. Filipa de Vilhena	Técnico de Gestão do Ambiente
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
ES Fontes Pereira de Melo	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
	Técnico de Turismo
	Técnico de Mecatrónica Automóvel
	Técnico de Instalações Elétricas
	Técnico de Energias Renováveis - Sistemas Solares Fotovoltaicos
	Técnico de Análise Laboratorial
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
ES Infante D. Henrique	Técnico de Design de Interiores / Exteriores
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando
	Técnico de Análise Laboratorial
	Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica
	Técnico de Instalações Elétricas
Rede privada	62 Cursos / 19 estabelecimentos de ensino



Projeto Educativo Municipal do Porto

Escola	Cursos Profissionais
EP Academia Contemporânea do Espetáculo	Artes do Espetáculo - Cenografia, Figurinos e Adereços
	Artes do Espetáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos
	Artes do Espetáculo - Interpretação
EP Ballet Teatro Contemporâneo do Porto	Artes do Espetáculo - Interpretação
	Intérprete de Dança Contemporânea
EP Bento Jesus Caraças, Porto	Técnico de Banca e Seguros
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade
EP Centro de Estudo e Trabalho da Pedra – Porto	Técnico de Cantaria Artística
EP Centro Juvenil de Campanhã	Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade
	Técnico de Informática de Gestão
	Técnico de Turismo
	Técnico de Multimédia
	Técnico de Gestão
EP Comércio Externo	Técnico de Gestão
	Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade
	Técnico de Audiovisuais
	Técnico de Fotografia
EP Raul Dória-Escola Profissional do Comércio, Escritórios e Serviços	Técnico de Organização de Eventos
	Técnico de Secretariado
	Técnico de Turismo
	Técnico de Marketing
EP Comércio do Porto	Técnico de Marketing
	Técnico de Comércio
	Técnico de Organização de Eventos
EP Economia Social - Academia José M Silva	Técnico de Secretariado em OES
	Técnico de Contabilidade em OES
	Técnico de Recuperação do Património Edificado
	Técnico de Desenho Digital 3D
	Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático
EP Escola Artística e Profissional Árvore	Técnico de Design Gráfico
	Técnico de Design de Moda



Projeto Educativo Municipal do Porto

Escola	Cursos Profissionais
	Técnico de Design de Equipamentos
	Técnico de Desenho Digital 3D
	Técnico de Animação 2D e 3D
	Técnico de Multimédia
EP Escola de Moda do Porto – EMP	Técnico de Design de Moda
	Técnico de Coordenação e Produção de Moda
EP Tecnologia e Eletrónica – ESTEL	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
EP IPTA – Instituto Profissional de Tecnologias Avançadas	Técnico de Animação 2D e 3D
	Técnico de Som
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
	Técnico de Multimédia
EP Instituto Multimédia – IM	Técnico de Multimédia
	Técnico de Audiovisuais
	Técnico de Fotografia
EP Infante D. Henrique	Técnico de Restauração: Cozinha - Pastelaria
	Técnico de Restauração: Restaurante - Bar
	Técnico de Restauração: Cozinha - Pastelaria
EP Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Técnico de Auxiliar de Saúde
EP Profitecla – Porto	Técnico de Fotografia
	Técnico de Auxiliar de Saúde
	Técnico de Secretariado
	Técnico de Gestão
	Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade
	Técnico de Turismo
EP Tecnologia Psicossocial do Porto	Técnico de Apoio Psicossocial
	Técnico de Auxiliar de Saúde
EPC Externato de Santa Clara	Técnico de Gestão do Ambiente
	Técnico de Energias Renováveis - Sistemas Solares Fotovoltaicos

Fonte: ME –DGEE 2012/2013 (www.dren.min-edu.pt)



Anexo 3

Grelhas com informação acerca da avaliação externa das escolas pela IGEC



Projeto Educativo Municipal do Porto

Grelhas com informação acerca da avaliação externa das escolas IGEC

Grelha 1- Conjunto das escolas avaliadas pelo IGEC de 2006 a 2012

Escolas contempladas com avaliação externa pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC)	Avaliado em:	Observações	
Escola Artística de Soares dos Reis	Nov. de 2009	integrada em grelha de análise anexa Mantem o estatuto de Escola Artística	ESCOLAS ARTÍSTICAS, PROFISSIONAIS E CONSERVATÓRIO
Conservatório de Música do Porto	Abril de 2010	integrado em grelha de análise anexa Criado pela Câmara Municipal do Porto em 1917	
Escola Profissional Infante D. Henrique	Nov. de 2011	não integrada na grelha de análise anexa Escola profissional não agrupada	
Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Rodrigues de Freitas	Abril de 2007	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas (TEIP)	ESCOLAS SECUNDÁRIAS
Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Garcia de Orta	Abril de 2007	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas	
Escola Secundária Filipa de Vilhena	Mar. de 2007	integrada em grelha de análise anexa Manteve-se enquanto escola secundária	
Escola Secundária com 3º Ciclo Aurélia de Sousa	Mar. de 2008	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas	
Escola Secundária com 3º Ciclo Infante D. Henrique	Abril de 2008	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas	
Escola Secundária Alexandre Herculano	Nov. de 2009	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas	
Escola Secundária de Fontes Pereira de Melo	Fev. de 2011	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas	
Escola Secundária de Carolina Michaëlis	Mar. de 2012 Nov. de 2007	não integrada na grelha de análise anexa Atualmente é escola sede de agrupamento de escolas	
Agrupamento de Escolas das Antas	Mar. de 2007	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a um novo agrupamento (AE António Nobre)	
Agrupamento de Escolas de Augusto Gil	Jan. de 2009	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a novo agrupamento (AE Aurélia de Sousa)	



Projeto Educativo Municipal do Porto

Agrupamento de Escolas da Areosa	Jan. de 2009	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a um novo agrupamento (AE António Nobre)
Agrupamento de Escolas de Maria Lamas	Nov. de 2008	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a novo agrup. (AE Fontes Pereira de Melo)
Agrupamento de Escolas do Cerco	Fev. de 2009	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do seu agrupamento de escolas TEIP)
Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra (Filho)	Mar.de 2009	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do seu agrupamento de escolas (TEIP)
Agrupamento de Escolas Francisco Torrinha	Fev. de 2009	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a um novo agrupamento (AE Garcia de Orta)
Agrupamento de Escolas do Amial	Mar.de 2010	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do agrupamento de escolas Pero Vaz de Caminha (TEIP)
Agrupamento de Escolas Dr. Augusto César Pires de Lima	Nov. de 2009	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a novo agrupamento (AE Alexandre Herculano)
Agrupamento de Escolas de Nicolau Nasoni	Nov. de 2011	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a novo agrupamento (AE António Nobre - TEIP)
Agrupamento de Escolas de Manoel de Oliveira	Fev. de 2012 Mar.de 2008	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do seu agrupamento de escolas (TEIP)
Agrupamento de Escolas do Viso	Jan. de 2012 Abril de 2008	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do seu agrupamento de escolas (TEIP)
Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão	Mar. de 2012 Abril de 2008	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou (TEIP) a um novo agrupamento (AE Alexandre Herculano)
Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade	Dez. de 2011 Jun. de 2006	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do seu agrupamento de escolas (CA)
Agrupamento de Escolas Irene Lisboa	Fev. de 2011	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a um novo agrupamento (AE Carolina Michaélis)
Agrupamento Vertical Gomes Teixeira	Fev.de 2008	não integrada na grelha de análise anexa Agrupou a um novo agrupamento (AE Infante D. Henrique)
Agrupamento Vertical de Clara de Resende	Mar.de 2007	integrada em grelha de análise anexa Manteve o estatuto de escola sede do seu agrupamento de escolas

AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS



Grelha 2 – Escalas de Avaliação

ESCALA DE AVALIAÇÃO - Níveis de classificação dos cinco domínios

Excelente

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultados de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

Muito Bom

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultados de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

Bom

A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultados de práticas organizacionais eficazes.

Suficiente

A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

Insuficiente

A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.



Grelha 3 – Quadro de referência

Quadro de Referência para a Avaliação Externa das Escolas

Objetivos

- Promover o progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias para a melhoria do trabalho das escolas;
- Incrementar a responsabilização a todos os níveis, validando as práticas de autoavaliação das escolas;
- Fomentar a participação na escola da comunidade educativa e da sociedade local, oferecendo um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas;
- Contribuir para a regulação da educação, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração das escolas de informação pertinente.

Domínios, campos de análise e referentes

Tendo em conta os objetivos da Avaliação Externa das Escolas o quadro de referência do novo ciclo de avaliação estrutura-se em três domínios – Resultados, Prestação do serviço educativo e Liderança e gestão – abrangendo um total de nove campos de análise. Os campos de análise são explicitados por um conjunto de referentes, que constituem elementos de harmonização das matérias a analisar pelas equipas de avaliação.

RESULTADOS:

Resultados académicos

- Evolução dos resultados internos contextualizados
- Evolução dos resultados externos contextualizados
- Qualidade do sucesso
- Abandono e desistência

Resultados sociais

- Participação na vida da escola e assunção de responsabilidades
- Cumprimento das regras e disciplina
- Formas de solidariedade
- Impacto da escolaridade no percurso dos alunos

Reconhecimento da comunidade

- Grau de satisfação da comunidade educativa
- Formas de valorização dos sucessos dos alunos
- Contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO:



Projeto Educativo Municipal do Porto

Planeamento e articulação

- Gestão articulada do currículo
- Contextualização do currículo e abertura ao meio
- Utilização da informação sobre o percurso escolar dos alunos
- Coerência entre ensino e avaliação
- Trabalho cooperativo entre docentes

Práticas de ensino

- Adequação das atividades educativas e do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças e dos alunos
- Adequação dos apoios às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais
- Exigência e incentivo à melhoria de desempenhos
- Metodologias ativas e experimentais no ensino e nas aprendizagens
- Valorização da dimensão artística
- Rendibilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens.
- Acompanhamento e supervisão da prática letiva

Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens

- Diversificação das formas de avaliação
- Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação
- Monitorização interna do desenvolvimento do currículo
- Eficácia das medidas de apoio educativo
- Prevenção da desistência e do abandono

LIDERANÇA E GESTÃO:

Liderança

- Visão estratégica e fomento do sentido de pertença e de identificação com a escola
- Valorização das lideranças intermédias
- Desenvolvimento de projetos, parcerias e soluções inovadoras
- Motivação das pessoas e gestão de conflitos
- Mobilização dos recursos da comunidade educativa

Gestão

- Critérios e práticas de organização e afetação dos recursos
- Critérios de constituição dos grupos e das turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço
- Avaliação do desempenho e gestão das competências dos trabalhadores
- Promoção do desenvolvimento profissional
- Eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa

Autoavaliação e melhoria

- Coerência entre a autoavaliação e a ação para a melhoria
- Utilização dos resultados da avaliação externa na elaboração dos planos de melhoria
- Envolvimento e participação da comunidade educativa na autoavaliação
- Continuidade e abrangência da autoavaliação
- Impacto da autoavaliação no planeamento, na organização e nas práticas profissionais

in: [www.ige.min-edu.pt/upload/AEE2_2012/AEE_12_13_\(1\)_Quadro_referencia.pdf](http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE2_2012/AEE_12_13_(1)_Quadro_referencia.pdf)



Grelha 4 – Metodologia

Metodologia

"A metodologia de trabalho da avaliação externa assenta fundamentalmente em:

- Análise documental [documento de apresentação da escola/agrupamento de escolas e os seguintes documentos: projeto educativo, planos de estudo, plano anual ou plurianual de atividades, regulamento interno, relatório de autoavaliação, planos/programas próprios a desenvolver com os grupos e as turmas, relatório de atividades apresentado pelo(a) diretor(a) ao conselho geral e, excecionalmente, outros documentos, no âmbito da autonomia pedagógica e organizativa da escola que esta considere pertinente remeter à Área Territorial de Inspeção da IGEC]³;
- Análise da informação estatística [nomeadamente, o perfil de escola];
- Aplicação de questionários de satisfação e análise dos resultados obtidos [alunos, pais e trabalhadores docentes e não docentes];
- Observação direta [nomeadamente: instalações e equipamentos; ambientes educativos e contactos com diferentes intervenientes do processo educativo];
- Entrevistas de painel [12 grupos de entrevistados - membros representativos da comunidade educativa].

A sessão **de apresentação** da escola/agrupamento, feita pelo(a) diretor(a) perante as entidades suas convidadas e a equipa de avaliação externa, marca o início dos trabalhos na escola.

A **duração da visita** é, em regra, de dois dias a três dias, podendo, por decisão do Inspetor Geral da Educação e Ciência, ser alargada, no caso da avaliação de agrupamentos de escolas com um elevado número de unidades educativas e diversos níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

A **observação direta** inclui visitas a jardins de infância e a escolas do Agrupamento: serão visitados os jardins de infância e as escolas básicas com 1.º ciclo (EB1) com maior número de grupos/turmas e/ou mais afastados da escola-sede do agrupamento (no mínimo, três estabelecimentos).

A **equipa de avaliação** poderá indicar, com alguma antecedência, os jardins de infância e as escolas que pretende visitar. Numa das EB1 visitadas com maior número de turmas do 4.º ano, a equipa de avaliação ouvirá um grupo de 5 alunos desse ano de escolaridade eleitos pelos seus colegas. Nos agrupamentos em que, para além da escola-sede, existam outras escolas com tipologia semelhante (EB 2,3 e/ou ES), estas também serão visitadas.

Nos agrupamentos com 2 ou mais EB 2,3 a equipa de avaliação ouvirá um grupo de 3 alunos do 6.º ano e 4 alunos do 9.º ano, eleitos pelos seus colegas, na escola mais distante ou com maior número de turmas destes anos de escolaridade.

A **entrevista de painel** é o método essencial usado pela equipa de avaliação externa para interpelar a comunidade educativa e para recolher informação. Com exceção das situações em que não há lugar a escolha, o(a) diretor(a) deve promover a eleição dos participantes em cada entrevista segundo as regras consignadas nas agendas de trabalho.⁴

³ A fundamentação da pertinência destes documentos deverá decorrer do documento de apresentação da escola/agrupamento, tendo em conta a sua especificidade e relevância para a avaliação externa. De igual modo, a equipa de avaliação, no decurso da intervenção, poderá, excecionalmente, solicitar à escola documentos que contribuam para melhor esclarecer ou ilustrar situações decorrentes da interpelação efetuada nas entrevistas de painel.
in: [www.ige.minedu.pt/upload/AEE2_2012/AEE_12_13_\(1\)_Quadro_referencia.pdf](http://www.ige.minedu.pt/upload/AEE2_2012/AEE_12_13_(1)_Quadro_referencia.pdf)



Grelha 5 – Grelha de Avaliações Externas nas Escolas pela IGEC

Escola Artística de Soares dos Reis novembro 2009 (avaliado em)				
Análise SWOT				
Escola Artística de Soares dos Reis novembro 2009 (avaliado em)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
Taxa de transição/conclusão superior ao referente nacional. Disciplinas técnico artístico apresentam maior sucesso. Taxas de desistência, anulação ou exclusão por excesso de faltas com maior frequência no 10º ano. A escola atribui a fatores externos o insucesso. A escola responde às expectativas e tem formação com impacto. A comunidade educativa revela forte identificação com a escola. Escola com dupla certificação e com caraterística vocacional.	A escola atribui a várias estruturas e respetivos coordenadores competências expressas mas a falta de um projeto curricular próprio possa prejudicar. Pela especificidade, a diferenciação pedagógica está garantida, mas o apoio educativo aos alunos não tem estratégia clara nem monitorizada.	Dificuldade de coordenação na conceção, planeamento e desenvolvimento da atividade global. Escola com novas instalações. A estabilidade e experiência da maioria dos profissionais têm facilitado a gestão dos recursos humanos. Garantida a representatividade e participação dos encarregados de educação e condições para a inclusão sócio-escolar de todos.	Missão: oferecer um ensino artístico público de referência, no âmbito das Artes Visuais e Audiovisuais. No projeto educativo não foram hierarquizadas, nem calendarizados os objetivos, sem metas mensuráveis.	Falta um plano articulado de auto-avaliação, para além das práticas de reflexão internas. A escola reúne conjuntura favorável de progresso, tem condições para impor objetivos mais ambiciosos e metas mensuráveis, avaliação.
BOM	BOM	BOM	BOM	BOM



Projeto Educativo Municipal do Porto

Pontos fortes atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	Pontos fracos atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	Oportunidades condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	Ameaças/Constrangimentos condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
taxa de transição/conclusão dos cursos artísticos especializados;	as dificuldades de coordenação na conceção, no planeamento e no desenvolvimento da atividade global;	o interesse de entidades externas em aproveitar os novos espaços e os modernos equipamentos da escola, poderá facilitar a angariação de maiores receitas próprias;	a indisponibilidade das empresas em receber os alunos dos cursos artísticos especializados poderá continuar a prejudicar os objetivos da formação em contexto de trabalho, que é uma componente obrigatória destes cursos de dupla certificação;
respeito pelos papéis e pela individualidade pessoal manifestada pelos alunos em relação a todos que interagem na escola;	inexistência de estratégia clara e monitorizada dos apoios educativos aos alunos;	as recentes propostas de colaboração apresentadas pela CMP poderão contribuir para a concretização dos objetivos inscritos no Projeto Educativo de Escola.	falta de equipamentos específicos na área dos audiovisuais poderá comprometer, em termos de maior qualidade, a formação técnico-artística dos cursos ligados à referida área.
a identificação da comunidade educativa com a escola;	falta de definição de metas mensuráveis para apreciar o trabalho realizado;		
participação atenta e colaborante da Associação de Pais na vida escolar;			
empenho e dedicação dos docentes no seu trabalho com os alunos; desenvolvimento e implementação de um conjunto de serviços informáticos para a comunidade escolar (software Livre).	falta de um plano articulado de auto-avaliação.		



Conservatório de Música do Porto abril 2010 (avaliado em) DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
Os concursos externos e o significativo nº de alunos que prosseguem estudos noutros países são indicadores da qualidade de ensino ministrado. Os alunos revelam um assinalável sentimento de pertença em relação à escola e desempenham um importante papel na programação e concretização das atividades. É patente a preocupação em estimular e valorizar os sucessos dos alunos, através de prémios e divulgação dos seus trabalhos junto da comunidade. Desta política resulta que os alunos interiorizam a cultura a cultura da escola, centrada na partilha e na criatividade. O impacto das aprendizagens, associado ao elevado nível de formação artística tem fomentado um acréscimo na procura do Conservatório por alunos da cidade e fora dela.	A natureza do Conservatório, com alunos em diferentes regimes de frequência (integrado, articulado e supletivo) faz com que a articulação curricular adquira diferentes formas mas não é suficientemente destacada a articulação interdepartamental. A diferenciação pedagógica atinge a sua expressão máxima na componente instrumental. A comunidade educativa reconhece a existência de oferta educativa nas componentes culturais, sociais e artísticas. É elemento distintivo desta escola a valorização integrada dos saberes, tal como a educação musical dos alunos.	Missão: formar, com a marca da excelência, intérpretes e criadores. Por opção dos profissionais, tem-se garantido um corpo docente das áreas específicas e vocacionais competente. Há, pela direção, um conhecimento aprofundado das competências pessoais e profissionais dos professores, o que permite otimização na gestão dos recursos humanos. A direção recorre a pessoal através de contratos de inserção-emprego em parceria com o IEFP (situação precária). Instalações cuidadas e acolhedoras, espaços interiores e exteriores decorados mas falta espaço amplo para convívio e lazer dos alunos. Não foram testados planos de segurança nem simulacros. Auditório ainda não recebeu equipamento necessário. É visível bom relacionamento com CMP e a participação ativa dos pais na vida da escola.	Há uma visão e sentido estratégico notório no projeto educativo. Desenvolvem um trabalho que pretendem rigoroso e exigente orientado para o sucesso de qualidade dos alunos e manter a positiva imagem social, historicamente reconhecida. Existe comunicação permanente e fácil entre as várias lideranças. Há um sentimento de identificação e pertença dos vários atores educativos à escola, que exterioriza as suas dinâmicas, áreas de sucesso e de excelência.	A análise crítica dos resultados tem sido prática consolidada mas não há plano de intervenção a médio prazo. Falta elaborar um plano que permita tornar a auto-avaliação um processo contínuo e abrangente da comunidade educativa de modo a garantir a sustentabilidade do seu projeto pedagógico.
MUITO BOM	BOM	MUITO BOM	MUITO BOM	BOM



Conservatório de Música do Porto abril 2010 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças/Constrangimentos
atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
o desempenho dos alunos na formação vocacional, consubstanciado na obtenção de prémios em concursos nacionais e internacionais;	débil articulação interdepartamental;	a dotação do auditório com equipamento específico, no âmbito do Programa de Requalificação do Parque Escolar, poderá propiciar melhores condições para o desenvolvimento de uma cultura de profissionalismo e prestação de contas.	o recurso à colocação de trabalhadores no âmbito dos contratos de Inserção-Emprego, por insuficiência de pessoal não docente, poderá comprometer a adequada resposta às necessidades logísticas, específicas desta organização escolar.
o bom ambiente educativo;	falta de mecanismos generalizados de acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula;		
abrangência da oferta educativa direcionada para a valorização de saberes profissionais;	fragilidade de práticas relativas à segurança de pessoas e bens, patente na ausência de simulacros e exercícios de evacuação;		
gestão criteriosa dos recursos humanos;	insuficiente abrangência do processo de auto-avaliação.		
participação ativa dos pais e encarregados de educação na vida escolar;			
motivação e empenho dos docentes e não docentes;			
desenvolvimento de ações e projetos diversificados e inovadores.			



Escola Secundária Filipa de Vilhena março 2007 (avaliado em)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
Ao nível das classificações internas, a escola apresenta, em todos os anos de escolaridade, valores superiores à média nacional. Nos resultados dos exames, a escola evidencia igual tendência, quer no 3º ciclo quer no secundário. Nos últimos 3 anos letivos, o abandono escolar ao nível do ensino básico foi praticamente inexistente, com o trabalho das diferentes estruturas de apoio ao aluno existentes na escola, sinalizando e atuando com estratégias diferenciadas face à génese das diferentes situações problemáticas identificadas. A elevada participação dos alunos nas diferentes atividades resulta do seu notório sentido de pertença à escola. Por norma, não se verificam situações graves de indisciplina, prevalecendo o ambiente de segurança. A valorização e o impacto das aprendizagens são fatores de uma oferta curricular diversificada que tende a dar resposta às necessidades de desenvolvimento individual mas também local/regional.	A organização da escola reflete uma clara intencionalidade de garantir articulação e sequência na prestação do serviço educativo. O acompanhamento da prática letiva é feito, ao nível dos diferentes grupos de docência e dos conselhos de turma. O projeto curricular de turma, aprovado em conselho de turma, acaba por ser uma ferramenta de relevo no acompanhamento da prática letiva, estando em avaliação constante ao longo do ano letivo, permitindo correções pontuais. O núcleo do apoio educativo, o gabinete do aluno, os SASE e o serviço de orientação escolar, têm assegurado a diferenciação e apoios educativos tais como as oficinas de escrita, de matemática e outras disciplinas. A escola procura contemplar 2 eixos: um que integra o currículo prescrito e de aplicação/desenvolvimento definidos centralmente, a diversidade de cursos vai ao encontro das expectativas dos alunos e famílias; o 2º eixo são as AEC's promovidos localmente.	No Projeto Educativo, a escola assume o desafio de se construir como escola de referência e excelência, num quadro de abertura à inovação e mudança. O PAA assegura a operacionalização dos princípios emanados do PE através de atividades diversificadas que tem como destinatários a comunidade educativa, aproveitando as margens de autonomia do quadro de adequação do currículo nacional. A gestão de recursos humanos permite a mobilização dos diferentes atores no desempenho das suas funções. A escola apresenta propostas de ação ao centro de formação a que pertence e promove, internamente, ações de formação de curta duração. Tem sido feito um esforço para o crescimento do orçamento provativo e na apresentação de um alargado nº de candidaturas a projetos para reforço de verbas. O esforço da escola no apelo à participação dos pais tem merecido resposta muito positiva.	A visão e a estratégia são sustentadas por lideranças fortes, assumidas por profissionais que apostam em processos interpessoais. Há uma orientação clara para o exercício de lideranças transformacionais e para a distribuição coordenada dos poderes de decisão e execução. Decorrente dos estilos de liderança, a motivação e o empenho são características evidenciadas pelos diferentes atores da escola. A dinâmica da escola resultante das suas lideranças é perceptível na capacidade demonstrada em estabelecer relações com outros parceiros e das quais resultam, para além de ofertas de estágios a alunos dos cursos tecnológicos, um conjunto de atividades de enriquecimento curricular.	Não obstante a existência de procedimentos de avaliação interna, a escola ainda não tem uma política consistente e sistemática de autoavaliação. Tal não significa que a escola não sinta necessidade de introduzir um processo de autoavaliação assegurado por uma prática sistemática de momentos reflexivos que concorram para a consolidação da melhoria dos resultados educativos. Os resultados escolares dos alunos, dos últimos anos, e o impacto, no meio envolvente, do serviço educativo prestados pela escola permitem concluir no sentido da sustentabilidade do progresso.
MUITO BOM	MUITO BOM	MUITO BOM	MUITO BOM	BOM



Escola Secundária Filipa de Vilhena março 2007 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças/Constrangimentos
atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
O PE, o PAA e o PC, enquanto documentos estruturantes refletem uma visão e estratégia claras e precisas, consubstanciadas num modelo de prestação de serviço educativo que integra um todo articulado, estável e coerente; As sucessivas lideranças de topo que têm vindo a criar uma cultura de escola com "alma", assente na diversidade (Processo e projetos pedagógicos), implicação e participação; A dinâmica e capacidade demonstradas para estabelecer relações com outros parceiros e das quais resultam um conjunto de atividades e projetos consistentes e inovadores; Uma comunidade escolar altamente motivada, empenhada e cooperante; A estabilidade, experiência e qualificações académicas do corpo docente; A afirmação de pertença à escola que os alunos orgulhosamente gostam de afirmar, postura identitária que emerge como uma verdadeira imagem de marca da escola Filipa de Vilhena.	As instalações não permitem a criação de novos espaços educativos, designadamente salas específicas destinadas aos cursos profissionais; Ausência de salão polivalente e de pavilhão gimnodesportivo, com medidas regulamentares para a prática das atividades desportivas; Ausência de serviços de psicologia e orientação, assegurados por pessoal técnico especializado; Os procedimentos de avaliação interna que ainda não revelam uma política consistente e sistemática de autoavaliação.	A elevada estabilidade do corpo docente; A motivação e o empenho colocados nos diferentes atos educativos resultam do "efeito de contágio" que decorre de uma cultura de participação e envolvimento; A experiência acumulada de experimentação pedagógica, designadamente, através de implementação de atividades/recursos de enriquecimento curricular e a dinâmica altamente profissionalizada de trabalho educativo que empreende, o que augura a possibilidade de um desenvolvimento sustentado de um projeto onde seja potenciada a autonomia na administração do currículo; A rigorosa planificação da atividade docente ancorada, em critérios pedagógicos, tendo como "farol" orientador o interesse dos alunos.	No caso de, num futuro próximo, não beneficiar de obras de fundo destinadas à manutenção e conservação do edifício; No caso de ver inviabilizada a possibilidade de ajustar a sua oferta formativa face à incapacidade em criar novos espaços destinados a salas específicas.



Agrupamento de Escolas do Cerco fevereiro 2009 (avaliado em)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
As taxas de transição/conclusão do 1º e 2ºCEB e do ensino secundário regular situam-se abaixo das médias nacionais. As taxas de transição do 3º CEB estão acima das médias nacionais, de salientar que as taxas de transição/conclusão superaram globalmente as metas definidas no âmbito do projeto TEIP2. Os resultados de avaliação externa (1º, 2º e 3º CEB) situam-se abaixo das médias nacionais. No ensino secundário os resultados a Português, Matemática e História são significativamente inferiores às médias nacionais, verificando-se que a classificação interna nestas disciplinas tem vindo a afastar-se dos resultados da avaliação externa. Os cursos profissionais, CEF's e tecnológico de desporto, apresentam taxas elevadas de exclusão por faltas, desistência, anulação de matrícula e não conclusão. A promoção de uma cultura de gestão participada que envolva os alunos, ainda é uma prática pouco aprofundada. A indisciplina e violência estão patentes em algumas escolas do agrupamento afetando o ensino e a aprendizagem.	A articulação e a sequencialidade entre os níveis de educação e ensino ocorrem nas estruturas de coordenação e supervisão e no conselho pedagógico. Afirmam-se mais consolidadas e sistemáticas no 1º ciclo e ténues nos restantes níveis. As estruturas intermédias promovem um trabalho cooperativo entre os docentes com mais incidência na educação pré-escolar e no 1º ciclo. O acompanhamento e a supervisão das práticas letivas em sala de aula são efetuados nas reuniões de departamentos, conselhos e docentes e grupos disciplinares, através da monitorização do cumprimento dos programas, da uniformização dos critérios de avaliação e da partilha de experiência e informações. O agrupamento organiza apoios educativos diferenciados para os alunos com NEE, com dificuldades na fala e com elevado insucesso.	O projeto de constituição do TEIP de 2ª geração foi assumido como o projeto educativo do agrupamento. As necessidades de formação contínua dos docentes foram diagnosticadas e promovida formação interna, ao invés da formação para assistentes operacionais, para o qual não existe plano de formação. As instalações da escola sede estão em fase de requalificação, percecionam se sinais de reduzida higiene e limpeza no recreio e desadequado pavilhão gimnodesportivo. Os JI's e EB's apresentam boas instalações, condições de salubridade e segurança, mas as instalações não são suficientes, funcionando algumas escolas em regime duplo. A participação dos pais é percecionada como elevada na educação pré-escolar e na maioria das EB's, mas reduzida nos demais níveis de ensino, apesar das associações de pais se mostrarem disponíveis.	A liderança da Comissão executiva instaladora assenta numa relação comunicacional aberta e na gestão flexível de expectativas e interesses, com o envolvimento dos diversos intervenientes e da promoção da complementaridade entre órgãos e estruturas intermédias. A falta de um projeto educativo pode dificultar a mobilização da comunidade educativa. Os planos de ação implementados produziram ligeiras melhorias em áreas consideradas prioritárias. Contudo, as baixas taxas de sucesso em cursos de cariz mais profissionalizante apontam para a reduzida eficácia destas opções. O absentismo dos docentes e dos não docentes é significativo apesar de ter diminuído.	O agrupamento evidencia práticas continuadas de avaliação do seu desempenho a nível dos resultados escolares e da concretização do projeto TEIP. Ainda não foi constituído um processo de autoavaliação sistemático em todas as áreas-chave do seu funcionamento e que envolva a participação da comunidade escolar. O aprofundamento da autoavaliação, a dinamização interna facilitada pelo TEIP, a requalificação das instalações e a consolidação da estabilidade organizativa poderá garantir uma estratégia global de melhoria com aproveitamento das parcerias e minimização dos fatores externos adversos.
SUFICIENTE	SUFICIENTE	BOM	SUFICIENTE	SUFICIENTE



Agrupamento de Escolas do Cerco fevereiro 2009 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	Pontos fracos atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	Oportunidades condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	Ameaças/Constrangimentos condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
A dinamização de diversas iniciativas de enriquecimento curricular com impacto na formação integral dos alunos; A organização do ano letivo assente em princípios de eficácia, razoabilidade e equidade; O empenho das lideranças, dos docentes e dos não docentes; A rentabilização dos recursos do programa TEIP 2 com impacto na melhoria da segurança escolar; A otimização, por alguns docentes, das tecnologias da informação e comunicação na melhoria do serviço educativo.	Os insuficientes resultados escolares dos alunos; A indisciplina em contexto de sala de aula e a violência escolar em algumas escolas do agrupamento; A reduzida participação ativa dos alunos e das famílias na vida escolar; A inexistência de um projeto educativo de agrupamento que exprima uma visão integrada do desenvolvimento do agrupamento; A débil articulação e sequencialidade, entre o 2º e o 3º ciclos e entre este e o ensino secundário; A ausência de acompanhamento direto da prática letiva em contexto de sala de aula; A reduzida incorporação da componente prática da aprendizagem das ciências em contexto de sala de aula/laboratorial; A inexistência de um plano de formação contínua para os assistentes operacionais; A incipiente cultura de autoavaliação numa perspetiva abrangente e participada.	O alargamento e o aprofundamento de parcerias poderão minorar os problemas atuais e elevar a imagem pública do agrupamento; A qualidade das futuras instalações escolares, associada a um reforço da autoridade exercida pela escola e à estabilidade organizativa, poderá contribuir para a valorização dos espaços escolares, por parte dos alunos e para a melhoria do seu sentido de pertença, com efeitos positivos no comportamento, na disciplina e nas aprendizagens.	O término do programa TEIP 2, em 2010 e a consequente diminuição de recursos educativos poderá afetar o desenvolvimento progressivo do agrupamento, apesar de lhe ser reconhecida capacidade interna de mudança; As características sociais, culturais e económicas do meio envolvente, com consequências negativas nas expectativas da população escolar, poderão condicionar as melhorias almejadas.



Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra (Filho) março 2009 (avaliado em)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
O seu contexto social potencia a desvalorização da escola e das aprendizagens, sendo baixas as expectativas de alunos e famílias. O atual conselho executivo tem desenvolvido atuações eficazes, apesar de serem apenas visíveis para já na melhoria dos resultados educativos (e não nos académicos). O agrupamento apresenta (2007/08) taxas de retenção e desistência superiores aos valores nacionais em todos os anos e níveis de ensino. Nos exames nacionais os valores são inferiores à média, mas as taxas de abandono diminuíram, fruto do projeto TEIP. Apesar de não totalmente resolvido, o problema dos incidentes disciplinares têm sido alvo de medidas e projetos com impacto muito positivo. O agrupamento tem vindo a atribuir prioridade à integração social dos alunos, à aquisição de normas e à motivação para aprendizagem, procurando formas de melhoria contínua.	No que concerne à articulação transversal, ao nível global do agrupamento, esta carece de aprofundamento. O agrupamento conta com a colaboração do serviço de psicologia e orientação e dos serviços especializados de apoio educativo. Contudo, não existem mecanismos generalizados e sistemáticos de acompanhamento da prática letiva em sala de aula. A oferta educativa abrange uma grande diversidade de atividades que integram componentes culturais, artísticas, científicas e desportivas, bem como um conjunto de projetos de reforço das aprendizagens e de promoção dos saberes práticos direcionado a todos os ciclos.	Existe uma estratégia de atuação coerente com a visão de agrupamento, sendo de destacar as metas claras e estratégias definidas para diminuir as taxas de abandono/absentismo, do insucesso escolar e da indisciplina. São notórios os esforços, pelos órgãos de gestão, para melhorar a imagem do agrupamento e das suas diversas instalações. O conselho executivo promove iniciativas para envolver os pais, mas a sua participação é insuficiente. Os responsáveis do agrupamento pautam a sua ação por princípios de equidade e justiça através de uma clara política de diferenciação e apoios. As evidências constataam a satisfação da comunidade educativa face à política de inclusão social do agrupamento, para a qual contribuiu a recente mudança do seu clima organizacional / educativo.	As lideranças de topo e intermédias têm um clima organizacional favorável ao convívio entre toda a comunidade educativa. O conselho executivo, com uma liderança de proximidade e responsabilização do pessoal docente e não docente, conseguiu, num curto tempo revelar eficácia de ação com reflexos na melhoria da qualidade de cultura do agrupamento, e na melhoria dos resultados. O agrupamento revela grande abertura a projetos inovadores de âmbito nacional e de entidades locais e regionais. É unânime o reconhecimento do impacto da dinâmica positiva decorrente da assunção de funções pelo conselho executivo.	O agrupamento dispõe de algumas práticas de avaliação interna, porém a autoavaliação enquanto instrumento para a melhoria do serviço educativo, ainda não é uma prática sistemática. Decorrente do processo iniciado pelo Observatório Interno, os responsáveis identificaram alguns pontos fortes e pontos mais frágeis que foram partilhados com a comunidade educativa. Esta consciência, bem como a estratégia adotada e os recursos de que dispõe, parecem assegurar as condições necessárias para alcançar os objetivos definidos no projeto educativo TEIP.
SUFICIENTE	BOM	MUITO BOM	MUITO BOM	SUFICIENTE



Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra (Filho) março 2009 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	Pontos fracos atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	Oportunidades condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	Ameaças/Constrangimentos condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
A significativa melhoria dos resultados educativos; A eficácia das medidas implementadas no combate ao abandono escolar e à indisciplina; A definição de metas claras para as áreas prioritárias identificadas no projeto educativo/TEIP; A capacidade de liderança do atual conselho executivo ao mobilizar todos os intervenientes da comunidade educativa e ao envolver todos os parceiros na resolução dos problemas; O trabalho desenvolvido pelos serviços de psicologia e orientação e pelo departamento da educação especial; A melhoria na qualidade da cultura de agrupamento, no espírito de partilha e colaboração; O empenhamento e motivação das estruturas de coordenação e supervisão, dos professores e do pessoal não docente; A satisfação manifestada pela comunidade educativa face à mudança do clima organizacional/educativo do agrupamento e à preocupação com a inclusão social.	Os insuficientes resultados académicos obtidos pelos alunos em todos os ciclos e, de modo especial nos 2º e 3º ciclos; A menor articulação transversal dos programas nos 2º e 3º ciclos; O insuficiente acompanhamento e supervisão da prática letiva, em contexto da sala de aula; A ainda insuficiente participação dos pais/encarregados de educação no acompanhamento da vida escolar dos seus educandos, apesar das dinâmicas implementadas; O processo de autoavaliação ainda pouco sistemática e com fraco impacto na melhoria do serviço educativo.	A rede de instituições locais e parcerias, incluindo a autarquia, disposta a colaborar com o agrupamento, poderá continuar a promover a melhoria do serviço educativo e a inclusão social dos alunos.	O contexto social em que o agrupamento está inserido potencia a desvalorização da escola e das aprendizagens.



Agrupamento de Escolas do Amial (actual: Pêro Vaz de Caminha) março 2010 (avaliado em)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
As taxas de transição/conclusão, em 2009, nos três ciclos do ensino básico, foram inferiores às nacionais. As taxas de sucesso dos alunos sujeitos a planos de recuperação indiciam fragilidades de planeamento e de monitorização das medidas de apoio implementadas. O abandono escolar apresenta uma feição residual, fruto de uma intervenção oportuna e articulada dos diferentes agentes educativos. Os alunos não foram envolvidos na elaboração dos documentos orientadores do agrupamento. O ambiente educativo apresenta duas realidades, nos JI's e 1º ciclo as crianças revelam um comportamento disciplinado, bom relacionamento e satisfação da comunidade escolar, na escola sede há casos de indisciplina e menor satisfação com o serviço educativo prestado. O absentismo aumentou em 2009. Várias são as ações que tentam aumentar as expectativas da comunidade escolar e contribuir para a valorização das aprendizagens.	A articulação interdepartamental é realizada em 2 espaços: reuniões plenárias dos departamentos; sub-departamentos que são unidades de planificação, coordenação e monitorização. A gestão vertical do currículo é garantida através da continuidade pedagógica das equipas educativas. O acompanhamento direto da prática letiva em contexto de sala de aula ou de assessoria pedagógica não são procedimentos regulares. O agrupamento, atento às necessidades educativas dos discentes, implementa medidas diferenciadas de apoio com respostas eficazes, com diversos técnicos e agentes educativos. A organização e gestão das medidas de apoio aos 2º e 3º ciclo carece de uma reflexão das lideranças. A oferta educativa promove as competências pessoais e sociais dos discentes, facilitadoras da sua integração na vida ativa. Mas a falta de respostas educativas de cariz profissionalizante limita o despertar de saberes.	As metas quantificadas não são concordantes no projeto educativo e no TEIP2. As metas e planos de ação não foi calendarizada, reduzindo a sua operacionalidade e potencial estratégico, de monitorização e reorientação atempada. As soluções de âmbito organizacional apontam para a necessidade do seu aprofundamento estratégico, na perspetiva de agrupamento. A reduzida adequabilidade das instalações e equipamentos da escola sede não favorece a consecução da qualidade das aprendizagens. Os recursos materiais são globalmente bem geridos, assim como o corpo docente e não docente, apesar de não ser generalizada a utilização de equipamentos digitais em sala de aula, tendo sido desenvolvida formação interna nesse âmbito. O agrup. mobiliza-se para gerar receitas próprias que são consideradas insuficientes para responder às necessidades. Destacam-se positivamente as áreas de apoio à multideficiência, sociais e humanitárias.	A visão e a estratégia do agrupamento estão patentes nos documentos estruturantes (TEIP2) e foram definidas metas quantificáveis para áreas estratégicas. Foram delineados planos de ação nas áreas do insucesso escolar, indisciplina, absentismo discente e relação escola /comunidade. Os resultados não correspondem ao desejado, principalmente nos 2º e 3º ciclos. Os docentes e não docentes são empenhados no princípio da inclusão mas as resistências culturais e o alheamento do acompanhamento parental condicionam os resultados e ambições do agrupamento, apesar do envolvimento de diversas parcerias. De salientar o ambiente de cooperação entre docentes e as suas lideranças.	Revela práticas regulares e sistemáticas de avaliação do seu desempenho a nível dos resultados escolares e educativos, bem como da operacionalização e impactos dos planos de ação do TEIP. Foi constituída equipa de docentes, com consultoria externa e auscultada a comunidade educativa. Encontra-se em fase embrionária um processo de auto-avaliação institucional abrangente com colaboração de instituição de ensino superior. O agrup. define as estratégias tendentes à resolução dos problemas identificados. O desenvolvimento crescente e sustentado do agrupamento poderá apoiar-se no processo de autoregulação e no empenho de todos os atores internos e externos envolvidos.
SUFICIENTE	BOM	SUFICIENTE	BOM	BOM



Projeto Educativo Municipal do Porto

Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira fevereiro 2012 (avaliado em) (avaliação anterior: março de 2008)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
No triénio 2008/09 - 2010/11 o agrupamento orientou a sua ação para responder ao abandono escolar e à empregabilidade, apostando na diversidade formativa (cursos de educação e formação). Assim, reduziu a taxa de abandono escolar (nula em 2010/11), aumentou as qualificações escolares e profissionais básicas, melhorando as taxas de conclusão. O agrupamento carece de mecanismos de monitorização, sustentados em indicadores de prosseguimento de estudos e de empregabilidade, que lhe permitam avaliar o impacto das aprendizagens e (re)formular a sua ação educativa. O agrupamento, em colaboração com parceiros educativos, promove iniciativas de valorização do trabalho e do sucesso académico mas também de animação cultural e de ocupação dos tempos livres, durante as pausas letivas, o que, juntamente com outras atividades abertas à comunidade, propiciam visibilidade no meio, valorizando o sucesso dos alunos.	A articulação curricular ocorre principalmente ao nível dos departamentos e grupos de recrutamento. A avaliação diagnóstica dos alunos é assumida como crucial para os projetos curriculares de turma e é realizada num procedimento colaborativo. Com a intenção de melhorar a qualidade do sucesso dos alunos, o agrupamento tem atividades que visam colmatar dificuldades identificadas. O plano de atividades comporta um vasto conjunto de iniciativas que contribuem para uma oferta formativa abrangente, mesmo que se constate falta de articulação com as ações do projeto TEIP. Reconhece-se a necessidade de uma maior monitorização interna do desenvolvimento do currículo, para um conhecimento mais rigoroso da eficácia das medidas em curso e dos efeitos gerados na melhoria da qualidade do sucesso dos alunos.	(Neste relatório de avaliação, o IGEC agrupou as apreciações relativas à "liderança", "gestão" e "autoavaliação e melhoria") Áreas prioritárias nas quais o agrupamento deve incidir os seus esforços para a melhoria: Os resultados dos alunos dos 2º e 3º ciclos na avaliação externa; A construção de processos curriculares interdisciplinares; As práticas de supervisão e acompanhamento da prática letiva em sala de aula; O recurso a metodologias ativas e a processos promotores de aprendizagem autónoma; A consolidação do processo de autoavaliação.		
BOM	BOM	MUITO BOM		



Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira fevereiro 2012 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	Pontos fracos atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	Oportunidades condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	Ameaças/Constrangimentos condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
A diminuição contínua da taxa de abandono escolar, no último triénio; A eficácia das medidas educativas no combate à indisciplina com impacto na diminuição do número de incidências, de medidas sancionatórias, nos últimos 4 anos; O reconhecimento do papel educativo do agrupamento pela comunidade; A cultura de cooperação entre educadores/professores dos diferentes níveis de educação/ensino; A otimização das respostas educativas com impacto no desenvolvimento das crianças e alunos e na redução do absentismo e abandono escolar. O envolvimento de entidades e instituições parceiras do agrupamento e o desenvolvimento de projetos que visam melhorar as aprendizagens académicas e sociais e garantir a igualdade de oportunidades aos alunos e famílias; A valorização das pessoas e suas competências na gestão dos recursos humanos.	(Não contemplado no relatório de avaliação externa pelo IGEC)	(Não contemplado no relatório de avaliação externa pelo IGEC)	(Não contemplado no relatório de avaliação externa pelo IGEC)



Agrupamento de Escolas do Viso janeiro 2012 (avaliado em) (avaliação anterior abril de 2008)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
No último triénio, a taxa de abandono e desistência do ensino básico sofreu um agravamento mas nos cursos de educação e formação, o agravamento verificado é ainda maior. A participação das crianças na vida escolar e a assunção de responsabilidades é mais notória no pré-escolar e no 1º ciclo. Na escola-sede, embora se identifiquem iniciativas de responsabilização, a participação dos alunos na vida escolar ainda se encontra em níveis incipientes. Embora as normas de conduta estejam inscritas no regulamento interno, do conhecimento dos alunos, são vários os problemas disciplinares que são trabalhados pelos diretores de turma. Em questionário é o nível de satisfação face ao agrupamento, por parte de alunos, pais, docentes e não docentes. Como positivo: prática do desporto, abertura da escola ao exterior, apetrechamento da biblioteca. Negativo: utilização da biblioteca para trabalho e leitura, conforto das salas de aula e o comportamento dos alunos.	As dificuldades de acessibilidade à escola-sede e a imagem social que dela existe têm gerado uma fuga de alunos do 1º ciclo para outras escolas da zona, o que impede a continuidade desejada de um projeto comum. Constituindo o agrupamento um TEIP, dispõe de recursos humanos e materiais que lhe têm permitido apoios acrescidos às atividades curriculares e o recurso a uma assessoria externa que acompanha o desenvolvimento e a monitorização do projeto educativo. Quanto à dimensão artística, visível nos espaços físicos das escolas, é de realçar a oferta do ensino articulado da música, em parceria com a Escola de Música Silva Monteiro e apoiado pela Câmara Municipal. Os alunos com necessidades educativas estão identificados e acompanhados, apesar de alguma dispersão na mobilização dos recursos existentes na comunidade (unidade de saúde).	(Neste relatório de avaliação, o IGEC agrupou as apreciações relativas à "liderança", "gestão" e "autoavaliação e melhoria") Áreas prioritárias nas quais o agrupamento deve incidir os seus esforços para a melhoria: Taxas de conclusão nos 1º, 2º e 3º ciclos. Taxas de abandono/desistência, sobretudo nos cursos de educação e formação de jovens. Processos consistentes de monitorização dos resultados escolares. Níveis de participação e corresponsabilização dos alunos do 2º e do 3º ciclo na vida do agrupamento. Imagem social do agrupamento, de modo a promover a continuidade dos alunos na escola-sede. Constituição da equipa de autoavaliação, alargando-a a outros elementos da comunidade educativa, de forma a dar-lhe maior visibilidade e reconhecimento e a sustentar um plano estratégico de intervenção.		
INSUFICIENTE	SUFICIENTE	BOM		



Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade dezembro 2011 (avaliado em) (avaliação anterior junho de 2006)				
DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
Apesar dos bons resultados obtidos pelo agrupamento, as taxas de sucesso assumidas no contrato de autonomia eram demasiado ambiciosas e por isso não foram atingidas, tendo sido atingido o objetivo operacional de eliminação do abandono escolar. É pouco significativa a participação dos alunos apesar de ser outro dos objetivos operacionais. Os diferentes atores da comunidade educativa reconhecem que as situações de indisciplina são de frequência e gravidade reduzidas, fruto de um trabalho de prevenção, através da atuação de tutorias e do gabinete do aluno. O agrupamento, com tradição na qualidade das respostas dadas no domínio da inclusão, o que resultou em 2008 em estatuto de referência para a educação bilingue de alunos surdos, assume enquanto eixo fundamental a promoção de uma escola inclusiva. A comunidade educativa está, em geral, bastante agradada com o funcionamento, serviço prestado e resultados do agrupamento, exceção para os espaços, recursos e instalações da escola-sede.	O agrupamento evidenciou práticas de articulação vertical e horizontal, na feitura dos projetos curriculares de turma, com o objetivo de estabelecer as diferenças de ação que caracterizam ciclos diferentes. Na oferta educativa dirigida à população surda, é notório o esforço de inclusão dos alunos que frequentam o agrupamento nessa condição. Ao saber tirar partido do meio e parceiros, o agrupamento apresenta uma diversidade de ações constantes no PAA, embora nem todas eficazes. Os alunos com necessidades educativas especiais são uma prioridade para o agrupamento, sendo os recursos humanos existentes os adequados. Embora a constatação que os resultados escolares são superiores aos nacionais, a ação do agrupamento orienta-se numa lógica compensatória de dar mais a quem tem menos, descurando o incentivo a quem poderia ser ainda melhor.	(Neste relatório de avaliação, o IGECE agrupou as apreciações relativas à "liderança", "gestão" e "autoavaliação e melhoria") Áreas prioritárias nas quais o agrupamento deve incidir os seus esforços para a melhoria: A organização do plano anual de atividades de acordo com uma lógica mais integrada e estruturada, a partir do que se passa na sala de aula, da experiência dos alunos e dos contextos de aplicação dos saberes escolares; Os processos de monitorização e supervisão da prática letiva em sala de aula; A produção conjunta de instrumentos de avaliação no sentido da calibração da avaliação das aprendizagens; Os processos de comunicação, explorando e rentabilizando, por exemplo, a plataforma <i>moodle</i> nas suas diferentes vertentes; A implementação de processos sistemáticos e alargados de autoavaliação, enquanto instrumentos de melhoria e autorregulação do agrupamento, a levar a efeito por uma equipa representativa da comunidade educativa.		
BOM	BOM		BOM	



Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade dezembro 2011 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	Pontos fracos atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	Oportunidades condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	Ameaças/Constrangimentos condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
A evolução dos resultados nas provas de aferição do 4º ano no último triénio; A inexistência de abandono escolar em resultado de práticas articuladas de ação educativa; A articulação do currículo do 1º ciclo com as atividades de enriquecimento curricular; As dinâmicas de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, particularmente das crianças surdas dos 0 aos 6 anos através da implementação do programa de intervenção precoce na infância. O desenvolvimento de projetos, protocolos e parcerias com impacto na consecução dos objetivos do agrupamento.	(Não contemplado no relatório de avaliação externa pelo IGEC)	(Não contemplado no relatório de avaliação externa pelo IGEC) Referido em capítulo acerca da prestação do serviço educativo: O agrupamento pode tirar partido das especificidades do meio em que se encontra e dos parceiros que intervêm no currículo formal e informal, constituindo esse trabalho uma mais-valia na contextualização curricular.	(Não contemplado no relatório de avaliação externa pelo IGEC)



Agrupamento Vertical de Clara de Resende março 2007 (avaliado em) DOMÍNIOS				
Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria
Resultados escolares acima da média nacional. Forte participação e desenvolvimento cívico dos alunos e do comportamento e disciplina. O contacto estrito entre a escola e os pais/encarregados de educação leva a que o abandono escolar seja muito reduzido. Os dados de avaliação são utilizados para incentivar e promover o mérito dos alunos, premiando-se o sucesso, a progressão escolar e a participação na vida escolar. O agrupamento coloca um particular enfoque de importância nas áreas de cariz eminentemente académico, constatando-se uma certa desvalorização das áreas curriculares não disciplinares e das outras disciplinas de opção artística.	Aspeto positivo: diferenciação e apoios aos alunos, com vários mecanismos de intervenção pedagógica para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais. A abrangência do currículo oferecido decorre da vocação da escola sede para o prosseguimento de estudos. Os pais, docentes e alunos manifestaram uma opinião de alguma desvalorização das áreas curriculares não disciplinares e das disciplinas de opção artística. Particularmente débil é a articulação intra e interdepartamental, dada a importância atribuída à área disciplinar em detrimento do departamento curricular. O acompanhamento da prática letiva em sala de aula carece de investimento na supervisão pedagógica, para além da leitura efetuada de resultados académicos.	Há um conhecimento efetivo das competências pessoais e profissionais do pessoal, que é usado na afetação às tarefas. O agrupamento faz o planeamento e desenvolvimento das atividades tendo como linha orientadora o projeto educativo, que teve por base um inquérito à comunidade educativa. Os pais são chamados a uma intervenção ativa na dinâmica do agrupamento, nem sempre conseguido. Os parceiros da comunidade educativa resumem a sua participação a uma atitude a que falta alguma proatividade. O agrupamento faz uma utilização dos recursos financeiros disponíveis tendo em linha de conta os objetivos do plano de atividades. O agrupamento tem como preocupação, através dos seus responsáveis e das estruturas intermédias, proporcionar a todos as mesmas oportunidades.	O agrupamento apresenta uma liderança de tipo - conselho executivo - que apoia a sua ação nas estruturas de gestão intermédia, nos professores e numa equipa de funcionários não docentes eficaz e empenhada. A visão que esta liderança tem para o agrupamento assenta na continuidade de uma missão tradicional que, por vezes, surge como entropia à introdução de atitudes de inovação ou aceitação de processos de mudança. O agrupamento envolve-se em algumas parcerias, protocolos e projetos, procurando dar resposta a algumas das suas necessidades.	Os resultados alcançados, a estabilidade e a motivação dos docentes, a participação e o grau de satisfação da comunidade educativa, a qualidade do clima interno e o desempenho da liderança garantem uma razoável estabilidade no agrupamento e um progresso sustentado no rumo que escolheu. Mas o agrupamento conhece bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua ação, sendo difícil definir uma estratégia de melhoria que lhe permita ultrapassar as dificuldades com que se depara, e aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem.
MUITO BOM	BOM	BOM	BOM	BOM



Agrupamento Vertical de Clara de Resende março 2007 (avaliado em)			
Análise SWOT			
Pontos fortes atributos da organização/escola que ajudam a alcançar os seus objetivos	Pontos fracos atributos da escola que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos	Oportunidades condições/possibilidades externas à escola que poderão ajudar a alcançar os seus objetivos	Ameaças/Constrangimentos condições ou possibilidades externas à escola que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objetivos
Estabilidade, competência, experiência, motivação e empenho do corpo docente; Estratégias de administração e gestão do agrupamento, como a participação do coordenador da EB1 nas reuniões do conselho executivo, a realização periódica de reuniões dos presidentes do conselho executivo, do conselho pedagógico e do presidente da assembleia do agrupamento e as reuniões periódicas do presidente do conselho executivo com os presidentes das associações de pais da escola sede e EB1; Mobilização de recursos financeiros e materiais das receitas próprias do agrupamento para reapetrechamento da EB1; Relacionamento do agrupamento com os pais, nomeadamente com as respetivas associações; Envolvimento das associações de pais nas dinâmicas do agrupamento, sobretudo da associação de pais da EB1 João de Deus, na ação educativa desta; Esforço encetado na gestão dos espaços e do pessoal docente em prol dos alunos e no sentido de se encontrar tempos e espaços comuns de reunião de diferentes equipas pedagógicas, nomeadamente conselhos de disciplina/ano e conselhos de turma; Disponibilização de espaços da escola sede para as atividades de enriquecimento curricular da EB1; Reconhecimento das dinâmicas e lideranças do projeto da EB1, pelos respetivos pais.	Dificuldade em se libertar de identidade enraizada, de rotinas fortemente interiorizadas de cariz muito próprio de uma escola secundária, e em incorporar alguns vetores de mudança de mudança e de inovação. Resistências à integração do 2º ciclo na escola sede, nomeadamente no que se refere à convivência dos alunos deste ciclo com os outros e da adaptação das áreas curriculares deste ciclo a um trabalho inter e intradepartamental desejável; Frágil articulação inter e intradepartamental, entre os diferentes ciclos do ensino básico e entre estes e o ensino secundário; Sobrelotação das escolas e a falta de instalações específicas nas duas escolas; Debilidade e o caráter pouco sistemático dos mecanismos de supervisão e de acompanhamento das práticas letivas, pela coordenação dos departamentos; Inexistência de metas quantificáveis e de procedimentos de monitorização.	População escolar oriunda de um tecido sociocultural considerado privilegiado que permite, em grande parte, fazer coincidir as expectativas dos alunos e respetivas famílias com as da própria escola, sem que haja grandes desperdícios e se perca o primor da função social da educação; Envolvimento dos pais através das respetivas associações nas dinâmicas do agrupamento; Visão dos pais muito crítica mas solidária e cooperante com a escola dos seus filhos; Possibilidade de integrar na sua oferta educativa o programa "Novas Oportunidades" - novos programas para o ensino recorrente; Desenvolvimento de um projeto educativo que abranja todos os ciclos do ensino básico e o ensino secundário; Projeto de construção de novos espaços na EB1 João de Deus.	Frustração de expectativas legítimas de alunos e de pais/encarregados de educação; Possibilidade de saída de alunos para o ensino privado que prolifera na zona onde o agrupamento se localiza; Anuência a rotinas, fortemente interiorizadas, que criam inércias de questionamento ante à necessária eficácia de implementação de processos.



Anexo 4

Parcerias internas e externas por programas e iniciativas do Departamento Municipal de Educação



Parcerias internas e externas por programas e iniciativas do Departamento Municipal de Educação

Programa / Projeto / Iniciativa	Parceria	
	Interna	Externa
Atitudes e sinais a aprender para viver	Divisão Municipal Via Pública	DREN PSP
Bolsas Lusófona		Universidade Lusófona
Crescer Interativo	DMSI Associação Porto Digital	Universidade Aveiro Empresa Microsoft
Descobre outra cidade		Município de Lisboa
Educação para os valores	Fundação Ciência e Desenvolvimento	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
O Porto a ler	Museus municipais Bibliotecas municipais	Autores de literatura infantil Ilustradores Associação Porto Digital Fundação de Serralves
Portal extranet	DMSI	
Porto de Atividades	Porto Lazer	Federação Portuguesa de Ténis Federação Portuguesa de Minigolf Associação Gira Volei Faculdade de Letras da Universidade do Porto Flower Power Surf School MacDonalds Junta de Freguesia de Ramalde
Porto de Crianças	Museus Municipais Banco de Materiais Gabinete de Numismática Bibliotecas Municipais Departamento Municipal de Turismo Departamento Municipal de Planeamento e Projetos Departamento Municipal de Museus e Património Cultural	Associação Porto Digital Fundação de Serralves Casa da Música Teatro Pé de Vento Voluntário Instituto de Biologia Molecular e Celular/UP
Porto de Futuro		Águas do Douro e Paiva; Auto Sueco; BA Vidro; Bial; Cerealis; CIN; Corticeira Amorim; Efacec; Ibersol; Mota Engil; Porto Editora; RAR; Salvador Cetanos; Sogrape; Sonae; Symington ; Unicer; KPMG Universidade do Porto Universidade Católica Portuguesa Instituto Politécnico do Porto Porto Business School Serviço de Relações Internacionais e Serviço de Cooperação com Países Lusófonos e Latino-Americanos da Universidade do Porto Sociedade de Debates da Universidade do Porto Departamento de Matemática do Instituto Superior de Engenharia do Porto Associação de Rugby do Norte Cidade das Profissões Patrocinador: Hewlett-Packard
Programa das 8 às 8		Juntas de Freguesia Associações de Pais
Visitas aos Paços do Concelho	Divisão Municipal de Protocolo	
Visitas ao Sea Life		Empresa Sea Life
Prevenir para proteger	Batalhão Sapadores Bombeiros Gabinete Proteção Civil	INEM PSP

Fonte: DME 2012



Anexo 5

Questionário de avaliação da satisfação – Plano Municipal de Educação

Questionário de avaliação da satisfação - Plano Municipal de Educação						Nº
Agrupamento de Escolas/Escola não agrupada.						
A. Conhece o Plano Municipal de Educação? (Assinale com um X a sua resposta)	Sim		Não			
B. Tendo em conta a Oferta Educativa do Município, apresentada no Plano Municipal de Educação, quais são os programas/projetos/atividades em que o seu Agrupamento de escolas / Escola não agrupada participou no ano letivo 2011/12.						
1.	4.		7.			
2.	5.		8.			
3.	6.		9.			
C. Como avalia a Oferta Educativa Municipal experienciada relativamente aos seguintes parâmetros?						
(Assinale com um X a sua resposta, correspondendo 1 a muito insatisfeito e 5 a muito satisfeito)	Muito insatisfeito 1	2	3	4	5	Não sabe / Não responde
1. Apresentação e organização da Oferta Municipal						
2. A Oferta Municipal tem relação com os programas escolares						
3. Adequação da Oferta Municipal aos conteúdos programáticos						
4. Adequação da Oferta Municipal aos diferentes anos de escolaridade						
5. Relação da Oferta Municipal com as necessidades identificadas pela Escola						
6. Relação da Oferta Municipal com os objetivos definidos pela Escola						
7. Contribuição da Oferta Municipal para o sucesso escolar						
8. Contribuição da Oferta Municipal para a diminuição do abandono escolar						
9. Diversidade da Oferta Municipal						
10. Acesso às diferentes propostas da Oferta Municipal						
11. Qualidade da Oferta Municipal						
12. Duração das atividades						
13. Local das atividades						
14. Comunicação/divulgação da Oferta Municipal						
15. Tipo de atividades oferecidas						
D. Atendendo as expectativas de partida, considera que os resultados alcançados se encontram: (Assinale com um X a sua resposta)	Muito abaixo das expectativas	Abaixo das expectativas	Ao nível das expectativas	Acima das expectativas	Muito acima das expectativas	Não sabe / Não responde
E. Qual o grau de satisfação global?	Muito insatisfeito 1	2	3	4	5	Não sabe / Não responde
(Assinale com um X a sua resposta, correspondendo 1 a muito insatisfeito e 5 a muito satisfeito)						
F. Identifique 5 programas/projetos/atividades do Plano Municipal de Educação que mais contribuem para o reforço curricular do seu Agrupamento/Escola não agrupada.						
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
G. Com base no Plano Municipal de Educação, identifique os vetores de atuação (definidos no capítulo 3.0 do mesmo) que devem ser mantidos, reforçados ou eliminados.						
Vetores de atuação do Plano Municipal de Educação:	Manter	Reforçar	Eliminar			
Ambiente e sustentabilidade						
Animação e tempos livres						
Arte e cultura						
Cidadania, desenvolvimento vocacional e pessoal						
Cidade, memória e património						
Coadjuvação curricular						
Conhecimento e divulgação científica e tecnológica						
Desporto e saúde						
Empreendedorismo e inovação						
Enriquecimento curricular						
Ensino articulado						
Promoção do livro, da leitura e da escrita						
Recursos e benefícios						
H. Agradecemos que apresente sugestões que possam enriquecer a Oferta Educativa Municipal.						



Anexo 6

Guião entrevista elementos do CME



Guião entrevista elementos do CME

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DO PORTO

Conselho Municipal de Educação

Perfilhando a filosofia de que a educação é um assunto que a todos diz respeito, aposta na responsabilidade partilhada, numa ótica de território e promovendo o trabalho em rede.

O Projeto Educativo Municipal - Porto (PEM-Porto) é assumido como um processo aberto, dinâmico, **com enfoque na educação ao longo da vida**, **abarcando** as vertentes *formal*, *não formal* e *informal*, sendo construído com os demais atores e agentes educativos que atuam ou participam no território do concelho do Porto.

O PEM Porto tem portanto subjacente uma visão e uma dinâmica de envolvimento de agentes e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa.

O que se pretende:

O PEM Porto pretende consensualizar a ação educativa no município do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

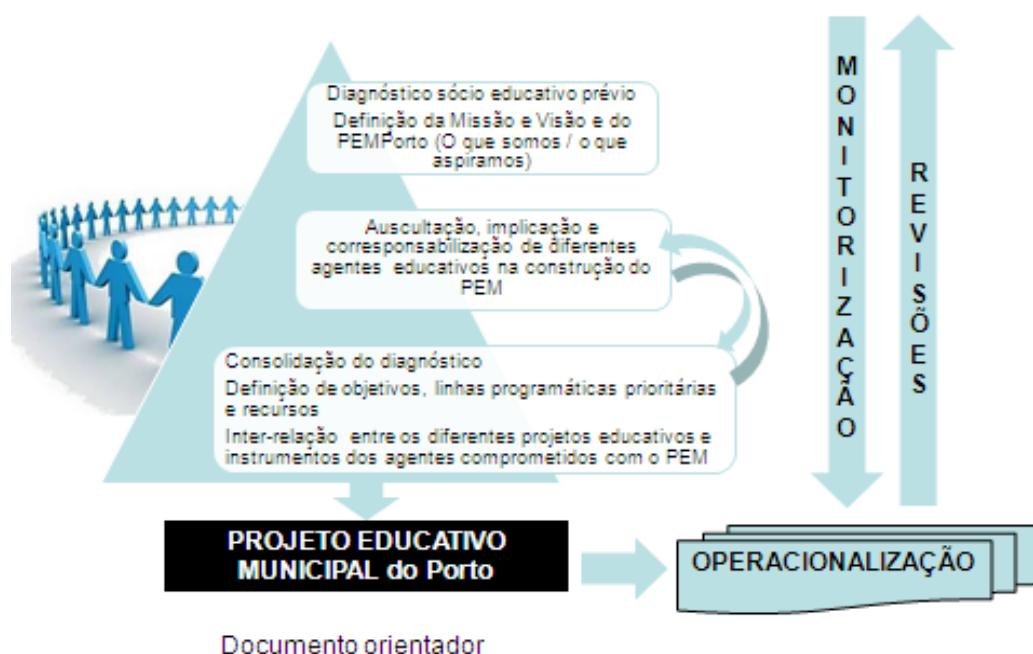
O que vem acrescentar o PEM aos projetos e ações educativas já existentes, quais os “atributos” e a mais-valia de um PEM

O PEM define o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica enquanto território educativo e o que nos potencia permitindo ***operacionalizar a conceção de uma ação articulada e sustentada em matéria educativa*** num determinado território, ***regulando e inspirando as ações das partes e do todo.*** (referencial PEM / Área Metropolitana do Porto)

O PEM traduz a participação, implicação e coresponsabilização de pessoas e instituições ***na concretização das metas e estratégias*** assumidas coletivamente num projeto de cariz municipal (território).

- Objetivo da auscultação aos agentes educativos

Nesta fase do processo de construção do PEM impõe-se auscultar os agentes no sentido de recolher os seus contributos para a consolidação do diagnóstico e planificação conjunta do PEM / Porto, percebendo quem e como se pretendem implicar no PEM-Porto.



Identificação Membro CME

Instituição

O **PEM Porto** tem subjacente uma visão e uma dinâmica de envolvimento de agentes e instituições que operam no município e que ajudam a construir e a definir o sentido estratégico da ação educativa e formativa.

O **PEM Porto pretende** consensualizar a ação educativa no município do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

1. Posicionamento face à sua implicação no PEM Porto.

1.1. Que participação/papel considera que poderá ser o da instituição que representa no PEM?

1.2. Que contributo considera poder dar para o PEM Porto?



2. Perceções sobre a realidade socioeducativa da cidade

Diagnostico sócio-demográfico permite-nos afirmar que se verificou:

- aumento da taxa de desemprego
- diminuição da taxa de natalidade
- aumento da taxa de mortalidade
- diminuição do número de residentes
- número da população presente maior que a população residente

Em traços gerais podemos depreender que a situação socio-demográfica é complexa, devido à deterioração das condições socio-económicas, agravadas por uma diminuição significativa da população (acentuação da inversão da pirâmide etária), podendo-se prever impactos negativos no Sucesso Educativo (diminuição).

2.1. No processo de construção (e posteriormente implementação) do PEM que intervenção tem ou poderá ter, para o aumento do **sucesso escolar**, e/ou diminuição do **absentismo**, e/ou do **abandono precoce**?

2.2. De que forma/Como? (exemplos práticos)



2.3. Que outros agentes considera que podem/devem intervir nestas problemáticas (sucesso escolar, absentismo, abandono precoce)

- ☐ CMP
- ☐ Estabelecimentos de ensino
- ☐ IPSS
- ☐ Saúde
- ☐ PSP
- ☐ IEFP
- Outros

3. Que outras áreas ou problemáticas considera que o PEM deve abranger? Porquê?

Data: ____/____/2013



Anexo 7

Questionário de auscultação às Associações de Pais e Encarregados de Educação do ensino básico e secundário da rede pública do Porto



Questionário de Auscultação - Projeto Educativo Municipal Porto

O Projeto Educativo Municipal do Porto (PEM-Porto) pretende ser um processo aberto, dinâmico, com enfoque na educação formal, não formal e informal, sendo construído com atores e agentes educativos que atuam ou participam no território do concelho do Porto.

O PEM-Porto pretende consensualizar a ação educativa no concelho do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

O PEM-Porto deve definir o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica enquanto território educativo e o que nos potencia permitindo operacionalizar a conceção de uma ação articulada e sustentada em matéria educativa no Porto, regulando e inspirando as ações das partes e do todo.

O PEM traduz a participação, implicação e corresponsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias assumidas coletivamente num projeto de âmbito concelhio.

Nesta fase do processo de construção impõe-se auscultar os agentes no sentido de recolher os seus contributos para a consolidação do diagnóstico e planificação conjunta do PEM-Porto.

***Obrigatório**

Identificação da Associação de Pais *

Identificação do representante da entidade *

O PEM Porto pretende consensualizar a ação educativa no concelho do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

Considera pertinente a existência do PEM-Porto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe /Não responde



Fundamente a sua resposta.

A instituição que representa está disponível para integrar o PEM-Porto *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

No seu entender que objetivos deve ter o PEM-Porto? (Identifique no máximo 4)

Objetivo 1

Objetivo 2

Objetivo 3

Objetivo 4

Que contributo considera que a Instituição que representa pode dar ao PEM-Porto?



Face à realidade socio-educativa da cidade identifique, por ordem hierárquica, 5 áreas problemáticas a intervir no território do Porto.

Área problemática 1

Área problemática 2

Área problemática 3

Área problemática 4

Área problemática 5

Na sua opinião, como se podem minorar as áreas problemáticas identificados anteriormente?

Em qual ou quais das áreas problemáticas identificadas a instituição que representa intervem?

- ☐ Área problemática 1
- ☐ Área problemática 2
- ☐ Área problemática 3
- ☐ Área problemática 4
- ☐ Área problemática 5
- ☐ Outro:



De que forma o faz?

Em qual ou quais das áreas problemáticas identificadas a instituição, que representa, poderá intervir, no âmbito do PEM-Porto?

☐ Área problemática 1

☐ Área problemática 2

☐ Área problemática 3

☐ Área problemática 4

☐ Área problemática 1

☐ Outro:

De que forma o poderá fazer?

Que outros agentes acha que devem intervir nas áreas problemáticas identificadas?

☐ Estabelecimentos de ensino

☐ Instituições particulares de solidariedade social

☐ Serviços de saúde

☐ Polícia de segurança pública

☐ Câmara municipal do Porto

☐ Junta de freguesia

☐ Segurança social

☐ Instituto de emprego e formação profissional

☐ Comissões de proteção de crianças e jovens

☐ Outro:

Contacto do Representante da Associação para esclarecimentos.

Enviar



Anexo 8

Questionário de auscultação às Associações de Estudantes do ensino secundário da rede pública do Porto



Questionário de Auscultação - Projeto Educativo Municipal Porto

A Câmara Municipal do Porto está a construir o Projeto Educativo Municipal do Porto (PEM-Porto). O PEM-Porto pretende consensualizar a ação educativa através da construção de um projeto comum para a cidade, que integre os agentes educativos, entre os quais, os estudantes das escolas do Porto.

O PEM-Porto deverá definir o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica enquanto território educativo, regulando e inspirando as ações das partes e do todo.

O PEM traduz a participação e corresponsabilização de pessoas, associações e instituições na concretização das metas e estratégias assumidas coletivamente num projeto de âmbito concelhio. Nesta fase do processo, impõe-se auscultar as Associações de Estudantes, no sentido de recolher os seus contributos para a consolidação do diagnóstico e construção conjunta do que será o PEM-Porto.

***Obrigatório**

Identificação da Associação de Estudantes *

Identificação do representante da Associação de Estudantes *

O PEM-Porto pretende consensualizar a ação educativa no concelho do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

Consideras pertinente a existência do PEM-Porto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe /Não responde

Fundamenta a tua resposta.



A Associação de Estudantes que representas está disponível para colaborar na construção do PEM-Porto *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

No teu entender que objetivos deve ter o PEM-Porto? (Identifica no máximo 4)

Objetivo 1

Objetivo 2

Objetivo 3

Objetivo 4

Identifica, por ordem hierárquica, 5 problemáticas/questões a que o PEM-Porto deverá dar resposta.

Problemática 1

Problemática 2

Problemática 3

Problemática 4

Problemática 5



Quais as tuas sugestões de resposta às problemáticas identificadas anteriormente?

Em qual ou quais das problemáticas identificadas a tua Associação de Estudantes, poderá intervir no âmbito do PEM-Porto?

- ☐ Problemática 1
- ☐ Problemática 2
- ☐ Problemática 3
- ☐ Problemática 4
- ☐ Problemática 5

☐ Outro:

De que forma o poderá fazer?

Que agentes achas que devem intervir nas problemáticas identificadas?

- ☐ Estabelecimentos de ensino
- ☐ Instituições particulares de solidariedade social
- ☐ Serviços de saúde
- ☐ Polícia de segurança pública
- ☐ Câmara municipal do Porto
- ☐ Junta de freguesia
- ☐ Segurança social
- ☐ Instituto de emprego e formação profissional
- ☐ Comissões de proteção de crianças e jovens
- ☐ Outro:



De que forma é que os agentes identificados na questão anterior podem intervir nas problemáticas que referiste?

O teu contacto enquanto representante da Associação de Estudantes.

Enviar



Anexo 9

Questionário de auscultação às Juntas de Freguesia



Questionário de Auscultação - Projeto Educativo Municipal do Porto

O Projeto Educativo Municipal do Porto (PEM-Porto) pretende ser um processo aberto, dinâmico, com enfoque na educação formal, não formal e informal, sendo construído com atores e agentes educativos que atuam ou participam no território do concelho do Porto.

O PEM-Porto pretende consensualizar a ação educativa no concelho do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

O PEM-Porto deve definir o que nos marca, o que nos distingue, o que nos unifica enquanto território educativo e o que nos potencia, permitindo operacionalizar a conceção de uma ação articulada e sustentada em matéria educativa no Porto, regulando e inspirando as ações das partes e do todo.

O PEM traduz a participação, implicação e corresponsabilização de pessoas e instituições na concretização das metas e estratégias assumidas coletivamente num projeto de âmbito concelhio.

Nesta fase do processo de construção do PEM-Porto impõe-se auscultar os agentes no sentido de recolher os seus contributos para a consolidação do diagnóstico e planificação conjunta do PEM-Porto.

***Obrigatório**

Junta de Freguesia *

Identificação do(a) inquirido(a) *

Identificação da função/cargo do(a) inquirido(a) *

O PEM-Porto pretende consensualizar a ação educativa no concelho do Porto, através da construção de um projeto educativo comum para a cidade, que integre as diferentes identidades e dinâmicas.

Considera pertinente a existência do PEM-Porto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde



***Obrigatório**

Fundamente a sua resposta.

A instituição que representa está disponível para integrar o PEM-Porto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

No seu entender quais devem ser os objetivos do PEM-Porto? (identifique no máximo 4)

Objetivo 1

Objetivo 2

Objetivo 3

Objetivo 4

Que contributo(s) considera que a Instituição que representa pode dar para o PEM-Porto?



Projeto Educativo Municipal do Porto

Face à realidade socio-educativa da cidade identifique, por ordem hierárquica, 5 áreas problemáticas a intervir no território do Porto.

Área problemática 1

Área problemática 2

Área problemática 3

Área problemática 4

Área problemática 5

Na sua opinião, como se podem minorar as áreas problemáticas identificadas anteriormente?

Em qual ou quais das áreas problemáticas identificadas a Junta de Freguesia, que representa, intervém?

☐ Área problemática 1

☐ Área problemática 2

☐ Área problemática 3

☐ Área problemática 4

☐ Área problemática 5

☐ Outro:



De que forma o faz?

Em qual ou quais das áreas problemáticas identificadas a Junta de Freguesia, que representa, poderá intervir, no âmbito do PEM-Porto?

☐ Área problemática 1

☐ Área problemática 2

☐ Área problemática 3

☐ Área problemática 4

☐ Área problemática 5

☐ Outro:

De que forma o poderá fazer?

Perante essas 5 áreas problemáticas, que outros agentes considera que devem intervir nessas áreas?

☐ Estabelecimentos de ensino

☐ Instituições particulares de solidariedade social

☐ Serviços de saúde

☐ Polícia de segurança pública

☐ Câmara municipal do Porto

☐ Conselho Municipal de Educação

☐ Instituto de emprego e formação profissional

☐ Segurança social

☐ Comissões de proteção de crianças e jovens

☐ Outro:

Enviar



Anexo 10

Guião de auscultação aos diretores e presidentes de CAP de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas



Tarefas auscultação painel agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas

**PROJETO EDUCATIVO
MUNICIPAL
DO PORTO**

ATIVIDADE 1

O que significa para a ESCOLA um Projeto Educativo, de âmbito territorial, ao nível da cidade do Porto

Auscultação Agrupamentos de Escolas



Pelouro da Educação, Organização e Planeamento
Departamento Municipal de Educação



PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DO PORTO

ATIVIDADE 2

1. Identificação dos principais objetivos e áreas de atuação a constar no PEM-PORTO

Objetivos	Áreas de atuação

2. Cotação das áreas de atuação por grau de prioridade (atribuir 1 à mais prioritária e 5 à menos prioritária)



Ausculção Agrupamentos de Escolas
Casa do Infante, 13 de maio, 2013

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL DO PORTO

ATIVIDADE 3

Que características deve ter o PEM-Porto para ser um instrumento potenciador da articulação interinstitucional

Ausculção Agrupamentos de Escolas
Casa do Infante, 13 de maio, 2013

